

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANDRÉA LIMA DA SILVA

**“A MORADA DO(A) TEIMOSO(A)”: AS PRÁTICAS SÓCIO-
AMBIENTAIS DE RESISTÊNCIA EM MÃE LUIZA/NATAL – UM
TERRITÓRIO (IN)SUSTENTÁVEL**

Recife, Agosto de 2003

ANDRÉA LIMA DA SILVA

“A MORADA DO(A) TEIMOSO(A)” : AS PRÁTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS DE RESISTÊNCIA EM MÃE LUIZA/NATAL – UM TERRITÓRIO (IN)SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto à Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Dr^a Maria Alexandra Monteiro Mustafá.

Recife, Agosto de 2003

ANDRÉA LIMA DA SILVA

“A MORADA DO(A) TEIMOSO(A)” : AS PRÁTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS DE RESISTÊNCIA EM MÃE LUIZA/NATAL – UM TERRITÓRIO (IN)SUSTENTÁVEL

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Alexandra Monteiro Mustafá (Orientadora)

Profª Drª Anita Aline Albuquerque da Costa

Prof. Dr. Luís Anastácio Momesso

RESUMO

Este é um estudo sobre as práticas sócio-ambientais de resistência dos(as) moradores(as) do bairro de Mãe Luiza – Natal/RN frente as diversas formas de degradação sócio-ambiental impostas ao seu território. O objetivo deste trabalho consiste em apreender e analisar as possibilidades, os limites e desafios da efetivação do Desenvolvimento Sustentável Local através das práticas sócio-ambientais dos sujeitos em Mãe Luiza. Trata-se de identificar a direção que assume essas práticas de resistência, suas ambigüidades e perspectivas. A pesquisa foi realizada com dirigentes de sete grupos associativos localizadas no bairro. O trabalho leva à reflexão sobre a construção das práticas sócio-ambientais de resistência dos sujeitos e os seus resultados permitem considerar que: 1º) a população se preocupa com a preservação do meio ambiente como estratégia para permanecer e lutar pelo direito ao território; 2º) a ação dos promotores imobiliários conta, na maioria das vezes, com o apoio do poder público; 3º) o poder público dissemina ideologicamente o discurso da sustentabilidade local em detrimento de ações concretas de fiscalização e controle da ação dos promotores imobiliários; 4º) as práticas sócio-ambientais de resistência dos(as) moradores(as) constituem-se em práticas imediatistas voltadas para responder questões sócio-ambientais relacionadas à sobrevivência, apesar de terem importância na formação da identidade política dos indivíduos, e 5º) apesar da resistência dos(as) moradores(as) às inúmeras formas de degradação sócio-ambiental, o meio ambiente natural e construído de Mãe Luiza, continua a sofrer, de forma, cada vez mais acentuada, ações entrópicas, inferidas, na maioria das vezes, pelos mecanismos de mercado que especulam sobre o valor do uso e ocupação do solo. Desse modo, o que se pode concluir, nessa pesquisa, é que as práticas sócio-ambientais dos(as) moradores(as) traduzem o signo da resistência, da luta pelo direito à cidade e da possibilidade da formação de uma consciência cotidiana crítica e, neste complexo processo de guerra entre territórios e territorialidades se revelam insuficientes para enfrentar o poder do mercado imobiliário. O território de Mãe Luiza, como outros espaços urbanos, permanece insustentável do ponto de vista social, ecológico e humano.

ABSTRACT

This study is about the inhabitants resistance practices of Mãe Luiza district, in the city of Natal at Rio Grande do Norte State, when facing the degradation of the territory social environment. The intent of the study consists in apprehending and analyzing the possibilities, limits and challenges in the effectiveness of Local Sustainable Development through the social practice of the dominated citizens. It has to do with the direction of these resistance practices, their ambiguities and perspectives. The research was accomplished with the leaders of eight associated groups in that district. The study leads us to reflect about the way those inhabitants build their resistance practices, considering: 1. The population worries about preserving the environment as a strategy to remain in the territory and fight for it; 2. The action of the immovable speculators is supported, many times, by the public power; 3. The public power disseminates an ideological discourse of local self-sustainable, removing concrete actions of fiscalization and control of the immovable speculators; 4. The resistance practice of people living in that property is important especially for the political identity of the individuals and has to do with their survival. 5. Although people resistance to avoid the social environment degradation still happening, they continue suffering the entropy actions coming from the market mechanism that maintain the immovable speculation about the value and the use of the land. The conclusion of this research expresses that those people living in Mãe Luiza are strong in resisting, fight daily for the right of living in the city and have a critical consciousness about the process of facing a war process involving territory and territorial rights. However all of these seem insufficient to face speculate immovable market. The territory of Mãe Luiza, as many other urban spaces, remain unsustainable from the ecological and human point of view.

AGRADECIMENTOS

À Deus luz que me alimenta e me inspira.

À minha mãe, meu pai e toda minha família, esse aglomerado de amor, calor, saudades, alegria, amizade. Vocês são imprescindíveis na minha vida. Sinto muito orgulho de ser parte desse maravilhoso clã. São tantos flashes na memória do tempo que tenho certeza: sem vocês a luta teria sido vã... Amo vocês!

À Silvana Mara, pela presença constante, inspiradora, significativa e fundamental no meu processo contínuo de conhecimento e “nas lutas dessa nossa vida”. Não sei como agradecer o abrigo, o afeto, o estímulo, a solidariedade e o mágico companheirismo. Obrigada por compartilhar comigo a sua leveza, a sua profunda capacidade de entender das coisas, da academia, do mundo e de gente. Obrigada por esse dom de se doar. Serei eternamente grata, e, mais uma vez, obrigadaaaaaaaaaa!

À Sâmya Rodrigues, pelo imenso afeto e companheirismo que “segura a batida da vida” em todos os momentos. Valeu pela força, incentivo e o cultivo da esperança para juntas(as) construirmos um “amanhã de verdade”! Sem a sua presença este processo seria muito mais árido.

À Marylúcia Mesquita, pelo apoio e força de todos os dias, todas as horas. O seu dinamismo, competência profissional, garra, dignidade humana e imensa onda de carinho e companheirismo se constituem numa fonte inesgotável de criação.

À família Moraes dos Santos – gente linda e importante para mim. O afeto de vocês, a torcida e a solidariedade são contagiantes, por isso, ainda acredito na vida, no amor e na amizade.

À minha Orientadora, Prof^a. Alexandra Mustafá pela inestimável colaboração e por acreditar no meu trabalho. Obrigada pelas sugestões, a confiança, a sua generosidade, disponibilidade e carinho.

À prof^a Anita Aline, Senhora da Sabedoria, o meu agradecimento é essa dissertação. Cada palavra, reflexão, as críticas indispensáveis, incentivos... As suas generosas contribuições estão impressas nesta pesquisa. Que bom tê-la e ouvi-la. Guardo você aqui, na minha memória e na minha emoção. Meu profundo agradecimento!

À Prof^a Edvânia Torres, pelas conversas que suscitaram o objeto de estudo. Agradeço as suas significativas contribuições neste processo.

À Marjorie Medeiros, que me instigou e me envolveu nos estudos da questão ambiental, através das trilhas nas terras potiguares.

À Dany Spósito e Rivânia pela colaboração na pesquisa e força na reta final.

Aos(às) colegas do Mestrado pelos momentos bons compartilhados e as longas discussões e prazerosas conversas. Adorei nossa turma!

Aos(às) amigos(as) que estão longe – Natal, Mossoró, Rio, Acre, Espírito Santo - mas que emanam energia, solidariedade e carinho. Aos(às) amigos(as) que estiveram próximos de mim nesse processo; as queridas cearenses, “amazonas do sertão”, pela ousadia, coragem e calor humano. Agradeço a força, o aconchego e o abraço de todos(as) vocês.

A Vlademir Alexandre pelo trabalho artístico e profissional em revelar nas fotos paisagens belas, acres, desiguais.

Ao Grupo DIVAS, que “nasceu” em Pernambuco para rasgar os casulos do preconceito e alçar vôos em busca de uma sociabilidade emancipada.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social – UFPE, pelo empenho e competência na condução do cotidiano acadêmico nesses tempos políticos sombrios e fragmentários da vida humana. Agradeço, também, à Jacilene, pela disponibilidade e paciência para atender nossas “urgências” e solicitações.

Aos(às) representantes dos Grupos Associativos de Mãe Luiza, pelas entrevistas concedidas. Obrigada pelo acolhimento, as respostas sinceras e instigantes.

As cidades visíveis do capital

À população de Mãe Luiza que resiste dia-a-dia à especulação imobiliária no seu espaço.

Cidade aberta, dividida,
estilhaçada demais como coração de gente:
lotada de agonia e solidão.
Cidades com pés de lama, lodo e dinheiro,
mas quem de fato mora em ti, quem te sorrir?
Esfinges modernas,
devoradoras de gente,
de corações e mentes,
engolidoras do povo que lhe margeia,
que sangra, que se derrama em lágrimas, resiste,
e se ergue com mais firmeza.

Há nessas cidades cores entristecidas,
esmaecidas, opacas,
tintas frias que pintam tuas esquinas,
avenidas, logradouros,
com seus cinzas de concretos,
das fumaças de carbono,
da dureza da vida.
Vida que só se faz vivida, sentida,
feito corte no peito que não cicatriza.
São nas vitrines das cidades
Que expomos nossas feridas.

Já é tarde e o último verde das matas tombou,
se quedou, se partiu.
Brotam nas ruas calçadas, argamassas, britas,
cidades furiosas, indóceis, ferinas,
babéis falsificadas.
Enxergamos daqui suas ruínas,
suas máquinas polidas, fábricas,
pontes, veias e vísceras.

E seus pedaços partidos vão se definhando
um a um pela ampulheta que marca o tempo,
a vida apressada, os afetos aligeirados, o cotidiano veloz,
pragmático, corriqueiro, exaustivo, enfadonho.

Sobram de seus cacos a esperança
do que um dia poderia ter sido humano, natural, ético e livre.

Polifônicas cidades. Sei lá se é miragem...
Se tuas pontes, vidraças, arranha-céus são de verdades.
Se teus mares ainda existem, se é azul a cor do céu.
Cidades rachadas como chão do sertão,
secas de justiça, direitos, de amor, solidariedade.
Territórios da contradição, desigualdade, da desesperança,
latifúndio do capital.

As cidades, porém, adormecem.
Não ouvimos mais os roncões dos motores,
os apitos das fábricas, as buzinas dos automóveis,
os gritos dos camelôs nas calçadas, as britadeiras,
as moto-serras.
Silêncio! As cidades param?
Quando as cidades forem dormir
o seu sono da ingratidão,
do abandono, da iniquidade e injustiças,
convocaremos quem mora nessa terra
para plantarmos pés de primavera.
Extrairemos desses solos não tão gentis:
sonhos, vontades e esperança de um novo tempo,
antes que as cidades acordem e nos devorem
com sua fome voraz.

Veremos, assim, outros pôres-de sol,
outros silvos de passarinhos,
a luz de vários amanhãs.
Construiremos o caminho para o trabalho,
para a diversão, para o tempo do beijo, da amizade e da reunião.
Das nossas moradas,
escreveremos pela força da luta e resistência
poesias, canções de liberdade
e tijolo por tijolo
construiremos uma nova cidade.

(Andréa Lima)

“O que importa é reconhecer o belo e ousar expressá-lo – o que, de fato, é dizer muito com poucas palavras” (Goethe).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - Desenvolvimento Sustentável: “por quem os sinos dobram”?.....	20
1.1 - A cidade sob a égide da mundialização do capital: vida social e espaço urbano fragmentados.....	20
1.2 - Da concepção de natureza ocidental à origem do Desenvolvimento Sustentável.....	33
1.3 - A (in)sustentabilidade ambiental na sociabilidade do capital.....	51
CAPÍTULO II - O ambiente urbano e a organização do espaço: da gênese da cidade do Natal aos problemas sócio-ambientais do bairro de Mãe Luiza.....	58
2.1 - Natal: o alvorecer da cidade do sol e o processo de (des)organização sócio-espacial.....	59
• Breves considerações sobre a urbanização da capital potiguar.....	63
2.2 - Território e territorialidades: espaços contraditórios de ação, poder e resistência.....	74
2.3 - A apropriação do território em Mãe Luiza e a construção das territorialidades: uma análise sócio-histórica do bairro.....	81

CAPÍTULO III - Práticas sócio-ambientais na “morada do teimoso”: limites e contradições na perspectiva da sustentabilidade local.....	98
3.1 - Mãe Luiza: lócus do imediato e da diversidade.....	100
• A expropriação pela especulação imobiliária.....	103
• Cenas do cotidiano em Mãe Luiza.....	107
3.2 - As práticas sócio-ambientais dos(as) moradores(as): luta, memória e história de um lugar.....	112
• O entendimento sobre meio ambiente e a direção social da luta.....	113
• Práticas culturais e religiosas como expressão sócio-ambiental de resistência.....	114
• O Conselho Comunitário e a reprodução da democracia representativa....	122
• Práticas ecológicas como forma de resistência.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
BIBLIOGRAFIA.....	150
ANEXOS.....	156

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar a direção política das práticas sócio-ambientais, vivenciadas pelos(as) moradores(as), como forma de resistir às conseqüências da degradação sócio-ambiental, postas no bairro de Mãe Luiza, localizado na cidade do Natal no Estado do Rio Grande do Norte.

Trata-se, pois, de apreender quais as possibilidades objetivas e o poder político que têm os segmentos mais subalternizados para interferir na agenda do Estado sobre promoção de políticas públicas, controle e gestão ambiental, nas Leis de Zoneamento de uso e ocupação do solo, com o objetivo de reduzir o acelerado processo de degradação sócio-ambiental no bairro e sintonizá-lo com a perspectiva do desenvolvimento local sustentável.

Este estudo insere-se no universo temático da reflexão sobre o desenvolvimento sustentável e as territorialidades urbanas. Neste sentido, partimos do fato de que a partir da década de 1970 instaura-se um debate teórico-político, com fortes implicações no metabolismo urbano e na dinâmica da vida cotidiana, que se orienta na defesa da possibilidade efetiva quanto à realização de um desenvolvimento sustentável e equilibrado na sociabilidade do capital.

A ênfase, dessa proposta, recai tanto no papel do Estado, que teria que assumir uma função atuante como regulador do uso do espaço e no atendimento das necessidades sócio-ambientais dos indivíduos, bem como na população que, na criação de suas territorialidades, teria um papel relevante na defesa e proteção do meio ambiente natural e construído.

Nosso pressuposto é de que o alto índice de degradação sócio-ambiental, notadamente expresso nas cidades dos países de capitalismo periférico, tem determinações sociais mais amplas originadas no fato de que, na sociabilidade do capital, o valor de troca assume o comando da vida social. *“O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social”* (Carlos, 2001:23). Assim, o espaço é cada vez mais hierarquizado, fragmentado e

(re)valorizado pela sua capacidade de tornar-se uma rentável mercadoria para quem pode pagar por ela.

A questão da degradação sócio-ambiental e a (re)valorização do espaço, bem como sua tecnicização e mercantilização constituem-se fenômenos, que analisados sob uma perspectiva de totalidade, são considerados partes integrantes de um movimento histórico que se inicia no capitalismo primitivo e se intensifica, hoje, com o processo contemporâneo de mundialização do capital. Processo esse que(re)organiza e especializa os territórios de acordo com os interesses de reprodução do capital, como bem afirma Santos(2000:23), *“entre o território tal como ele é e a “globalização” tal como ela é, cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na direção social”*.

Na sociabilidade vigente cresce a especulação imobiliária mediante o processo contraditório de “escassez” do espaço, o que gera, também, a necessidade de expulsar a população pobre dos lugares considerados rentáveis para o capital. O espaço em sua condição de valor de uso, de lócus de moradia, fica, assim, subsumido ao valor de troca. No entanto, a população não assiste passivamente ao espetáculo de apropriação comandado pelo capital.

População que “teima” e age em busca do direito à moradia, ao território e à cidade; que teima e reage à força dos promotores imobiliários, à fragmentação do território e à desconstrução de suas territorialidades. Cabe, no entanto, investigar a direção e o alcance sócio-político que assumem suas práticas: em que medida é possível um desenvolvimento sustentável com participação ativa da população diante da força imperiosa do capital que ordena e desordena, aglutina e fragmenta a cidade e seus habitantes?

Do ponto de vista metodológico, trabalhamos com a distinção marxiana entre método de investigação e método de exposição. No processo de investigação procuramos captar detalhadamente o cotidiano da vida social e política dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza na luta por uma ambiente e modo de existência sustentáveis.

Isto só é possível quando conectamos aquela experiência singular à totalidade da vida social. Esperamos que no processo de exposição o vigor dessa opção teórico-metodológica possibilite a explicitação do movimento real da sustentabilidade sócio-ambiental vivida pelas classes subalternas na sociabilidade do capital. Neste sentido, analisamos à luz das particularidades sócio-históricas de um país de capitalismo periférico, da região Nordeste, a possibilidade do desenvolvimento local sustentável de um bairro da cidade do Natal.

Entendemos de acordo com Minayo (1994:16) que a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Assim, “a metodologia inclui as concepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o potencial criativo do investigador”. Três categorias mereceram destaque na perspectiva de apreender o objeto de estudo: desenvolvimento sustentável, território/territorialidades e cotidiano.

Essas categorias foram trabalhadas ao longo de toda dissertação e dão suporte teórico para o entendimento da singularidade das questões verificadas em Mãe Luiza, ao tempo em que possibilitaram a compreensão de que os problemas ali identificados, guardadas suas particularidades, não são exclusivos daquele bairro e de sua população, mas expressam a realidade dos indivíduos subalternizados e dos bairros periféricos de boa parte das cidades brasileiras.

Entre os instrumentos utilizados para a coleta de dados desta pesquisa, destacaram-se:

- análise documental que possibilitou reunir e classificar documentos e Leis acerca da política urbana e da história de Natal, com ênfase para seu processo de colonização e urbanização; possibilitando, também, o resgate da história de Mãe Luiza;

- análise bibliográfica de Monografias, Dissertações, Teses e outras pesquisas sobre o bairro de Mãe Luiza;
- observação participante com o objetivo de estabelecer contatos direto com a realidade do bairro de Mãe Luiza;
- Conversas informais com moradores(as) do bairro e entrevistas semi-estruturadas com 01 morador antigo de Mãe Luiza que têm mais de cinquenta anos de moradia no bairro, e, com 07 dirigentes dos seguintes grupos associativos do bairro de Mãe Luiza: Conselho Comunitário; Centro Sócio-Pastoral Nossa Senhora Aparecida; Movimento de Resistência Ecológica; Grupo de Teatro Filhos da Mãe; Clube de Mães Lurdes Guilhermes; Grupo de Jovens; Sociedade e Cooperativa Escola de Samba Acadêmicos do Morro. As entrevistas foram gravadas com a permissão dos sujeitos entrevistados, transcritas e ordenadas em eixos temáticos, conforme apresentaremos no escopo deste trabalho.

Os grupos associativos foram escolhidos mediante os seguintes critérios: (1) possuir forte inserção no cotidiano das lutas e mobilizações no bairro; (2) conter lideranças com história de participação reconhecida em Mãe Luiza e que conhecessem os problemas e o cotidiano dos(as) moradores(as). Neste sentido, todos os indivíduos entrevistados residem, aproximadamente, em torno de vinte anos no bairro e (3) os grupos deveriam representar a diversidade das práticas sócio-ambientais existentes no bairro.

Durante as entrevistas procuramos resgatar tanto as condições objetivas em que se gestaram as lutas no bairro, quanto o sentido político que orientou às reivindicações e as expectativas dos sujeitos envolvidos. No conjunto das narrativas, mais do que meras recordações identificamos o empenho das lideranças em revelar os detalhes do cotidiano vivido: as conquistas, as derrotas e a disposição de permanecerem na luta, reinventando estratégias para que suas reivindicações sejam ouvidas e atendidas.

A escolha do bairro de Mãe Luiza, como unidade de pesquisa, deveu-se a dois fatos: o primeiro motivo é estritamente subjetivo, diria, afetivo, pois refere-se à minha emoção e memória histórica, relicário em que nada se perde ou desaparece. Desde os anos de 1980, quando pululavam os movimentos populares de bairro, Mãe Luiza já se fazia presente na luta pelo direito à moradia e ao território, enquanto eu ficava “espiando” da janela o acontecer da história. Apenas expectadora da luta e da resistência dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza. O segundo motivo, que está relacionado com o primeiro, é o fato deste bairro ser alvo constante das especulações imobiliárias em virtude de sua localização e da paisagem que resguarda o seu entorno, tornando-o uma área valorativa para o capital.

A relevância deste estudo consiste em identificar quais são e que direção política assume as práticas sócio-ambientais de resistência desenvolvidas pelos(as) moradores(as) de Mãe Luiza, frente à ação em expansão dos promotores imobiliários no entorno do bairro e analisar a questão ambiental, no contexto da questão social posta neste processo.

Os resultados, deste trabalho, poderão contribuir para identificar as potencialidades, bem como as lacunas das leis que regem o município e do próprio Plano Diretor, enquanto uma lei de regulamentação do uso e da apropriação do solo. Além disso, poderá contribuir na análise das práticas sócio-ambientais de resistência que, como veremos ao longo do trabalho, não se configuram como práticas puras e completamente libertárias.

Ao contrário disso, as práticas sócio-ambientais de resistência formam um caleidoscópio de variadas manifestações que combinam, a um só tempo, conformismo e resistência. Acreditamos, ainda, que os resultados desta investigação poderão contribuir na discussão sobre os novos desafios postos para a profissão de Serviço Social, particularmente no que se refere à questão sócio-ambiental.

Vale destacar que o interesse por essa temática originou-se a partir de duas experiências significativas. Em primeiro lugar, através da nossa participação no

projeto “Trilhas Potiguares” da UFRN¹ e, posteriormente, através do estágio curricular do curso de Serviço Social que foi realizado na Cooperativa de Trabalho Interdisciplinar Potiguar (TECHNE), momento no qual foi possível analisar aspectos da questão ambiental na área rural².

Esta última experiência, além de ter possibilitado a identificação de demandas para o Serviço Social no âmbito da questão ambiental, culminou com a realização de uma pesquisa e da monografia de graduação, sobre as tendências teórico-políticas do trabalho de educação ambiental, desenvolvido em áreas de assentamento, pela equipe técnica da Cooperativa TECHNE.

Dando continuidade a esses estudos, durante a realização do mestrado em Serviço Social, decidimos direcionar a análise para a questão sócio-ambiental na área urbana e o protagonismo dos sujeitos que lutam pelo direito à cidade. Vale destacar, aqui, que em nossa trajetória, na pós-graduação, tivemos a oportunidade de amadurecer as inquietações e questões iniciais contidas na monografia de graduação, alargando o horizonte de nossa reflexão para captar as determinações postas pela sociabilidade do capital e as implicações disso na vida cotidiana dos indivíduos que teimam em resistir a sua força metabólica.

Muitos foram os espaços de debate: no conjunto das disciplinas; no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética - GEPE³; nas sessões de orientação e co-orientação; nas conversas com as companheiras de turma durante os seminários e nos intervalos acadêmicos nos quais, por vezes, socializamos nossas inquietações e preocupações frente ao objeto de estudo e aos desafios contemporâneos postos à formação do pensamento crítico.

¹ A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através da Pró-Reitoria de Extensão, criou, em 1996, o Projeto “Trilhas Potiguares” com o objetivo de promover uma interação entre a academia e a comunidade potiguar, envolvendo professores, estudantes e funcionários dos diversos cursos que compõem a universidade. Através desse projeto são realizados trabalhos de ordem interdisciplinar nas áreas de educação ambiental, alfabetização de jovens e adultos, saúde preventiva, arte e cultura.

² A TECHNE foi fundada em 19 de Abril de 1998, tendo como objetivo: contribuir com o processo de construção das bases para o desenvolvimento sustentável, fomentando a conquista e o fortalecimento da cidadania em áreas de assentamentos, comunidades rurais e municípios do Rio Grande do Norte.

³ GEPE – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Ética constitui-se num dos grupos de pesquisa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFPE, sob a coordenação da Prof^a. Alexandra Mustafá.

Por fim, a exposição da pesquisa está estruturada em três capítulos que formam esta dissertação. O primeiro capítulo constitui um resgate analítico-crítico do Desenvolvimento Sustentável, que é apreendido na dinâmica da cidade que vive sob a égide da mundialização do capital. Aqui, merece ênfase a insustentabilidade sócio-ambiental do espaço urbano na sociabilidade vigente.

No segundo capítulo é resgatado o processo histórico de formação da cidade do Natal, com ênfase para a urbanização da cidade; a criação do bairro de Mãe Luiza; os problemas sócio-ambientais ali contidos e a construção das territorialidades diversas, que conformam espaços contraditórios de ação, poder e resistência.

No terceiro capítulo são analisadas as práticas sócio-ambientais de resistência, protagonizadas pelos moradores e moradoras de Mãe Luiza. Trata-se de resgatar as diversas formas de organização coletiva que se expressam no cotidiano do bairro. Os sujeitos individuais e coletivos formam territorialidades e direcionam suas lutas pelo direito à cidade: ações pontuais se misturam com estratégias mais consolidadas de resistência. As práticas sócio-ambientais sintetizam o longo itinerário de luta em busca do direito à moradia. A ênfase recai sobre “a morada do teimoso”: Mãe Luiza e seus protagonistas fazendo a história.

CAPÍTULO I – Desenvolvimento Sustentável: “por quem os sinos dobram”?

“Minha fé em todas as colheitas do futuro se afirma no presente. E declaro, por muito que se saiba, que a poesia é indestrutível” (Pablo Neruda)

Neste capítulo, a cidade, a questão urbana e o desenvolvimento sustentável são analisados no entrecruzamento de interesses variados. Sob o domínio do capital, entram em cena estratégias voltadas para o enfrentamento da crise contemporânea, na perspectiva de garantir a retomada da vitalidade produtiva do projeto hegemônico.

Neste sentido, no primeiro item, abordaremos a realidade da cidade no contexto da mundialização do capital com seus aspectos ideológicos e sociais. No segundo item, analisaremos a proposta de desenvolvimento sustentável como alternativa de controle e reversão do processo histórico de degradação sócio-ambiental. No último item do capítulo, apresentaremos nossas críticas à proposta de sustentabilidade, interrogando-nos: qual a viabilidade quanto à efetivação de um desenvolvimento sustentável sob a égide da sociabilidade do capital?

1.1 - A cidade sob a égide da mundialização do capital: vida social e espaço urbano fragmentados

A cidade apreendida, historicamente, como um dos fenômenos da questão urbana e, conseqüentemente, da questão social, é lócus de concentração do capital e das desigualdades sociais. A cidade constitui-se espaço para o desenvolvimento das forças produtivas em nível mundial, sendo, também, fábrica das possibilidades históricas quanto à construção do poder político das classes

subalternas. É neste ambiente de apropriação de territórios, de vivência das territorialidades, violências e diversidades, que analisaremos o processo de mundialização capitalista que acelera a degradação do meio ambiente nos espaços urbanos do mundo inteiro.

Para Santos (2001), vivemos num mundo físico, criado pelos indivíduos sociais, e a sua utilização consiste num mundo confuso e confusamente percebido, em que se consagra a “globalização”⁴ sobre os pilares da informação, da criação de imagens e simulacros da realidade. Um mundo que, no jogo de fabulações, nos parece atraente, não fosse pelas crises estruturais “globais” em que estamos imersos.

Devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só, o primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (Santos, 2001:17).

Teceremos comentários a respeito destes mundos, descritos por Milton Santos, no escopo deste trabalho, porém, se faz, necessário, neste primeiro momento, desmistificar o sentido da expressão “globalização”, que por força da dominação ideológica, exercida pelos países de capitalismo desenvolvido, ganhou o senso comum, notabilizando-se como algo positivo e benéfico.

O processo de “globalização” constitui-se como mais uma estratégia de superação da crise do capital, uma proposta de (re) configuração do sistema capitalista, em nível mundial, com todos os seus instrumentos e aparelhos de controle e regulação. O mais correto seria afirmar que se trata de um processo de mundialização do capital. Neste sentido, utilizaremos nessa pesquisa o termo “mundialização do capital” em substituição da expressão ideológica “globalização”.

⁴ Consideramos significativos e de grande importância o pensamento de Milton Santos na compreensão da cidade e de suas territorialidades, no entanto discordamos do autor quanto ao entendimento acerca da globalização e preferimos a explicação de Chesnais(1996) que ao invés de globalização, admite a existência de um processo de mundialização do capital.

O momento histórico de reestruturação capitalista que se convencionou chamar de “globalização” é capaz de regular, a um só tempo, a economia transnacionalmente, este processo que Milton Santos (2001) caracterizou como perverso, também, regula, molda e ajusta as relações sociais, interferindo na subjetividade dos indivíduos, seja numa megalópole como Nova York, seja numa cidade dos países do Sul, como por exemplo, Natal.

O processo de mundialização situa-se no universo das estratégias de enfrentamento da crise do capital, e, tal como em outros momentos históricos de crise capitalista, o foco central é a busca da garantia da acumulação, porém o diferencial deste momento histórico, para outros, é que neste processo de reestruturação produtiva entra em cena a financeirização, *“o estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira”* (Chesnais, 1996:14-15). Neste sentido,

a expressão ‘mundialização do capital’ é a que corresponde mais exatamente a substância do termo inglês ‘globalização’, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’ (Chesnais, 1996:17).

O caráter ideológico, que se esconde por trás da expressão “globalização”, é todo o esforço de uma ínfima parcela da população mundial para fragmentar os territórios nacionais e regionais, na perspectiva da obtenção de lucros, expansão do “livre” mercado e na “criação da fábula” quanto à existência de um mundo sem fronteiras e de interesses comuns. Nos propósitos reais desta expressão “homogeneizadora” está dada a hegemonia dos países centrais sob o resto do mundo.

A mundialização do capital é apresentada, pela produção midiática que lhe dá sustentação ideopolítica, através do poder da informática e da informação,

como um processo inevitável em escala mundial. Trata-se do mundo das fabulações, conforme Milton Santos, ou seja, é um mundo criado no universo de aparências e imagens que utiliza o desenvolvimento tecnológico como instrumento para encobrir as desigualdades sócio-ambientais, ou seja, falsear o mundo real ou, de acordo com Santos (2001), trata-se de ocultar o mundo como ele é: perverso. Segundo Chesnais (1996:25),

a globalização é a expressão das 'forças de mercado', por fim liberadas (pelo menos parcialmente, pois a grande tarefa da liberalização está longe de ser concluída) dos entraves nefastos erguidos durante meio século. De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado.

Os problemas sócio-ambientais são imanentes ao processo de mundialização capitalista. Neste sentido, é possível afirmar que os problemas que se encontram no *locus* desta pesquisa, o bairro de Mãe Luiza, não são exclusivos daquela territorialidade, mas são "comuns" a outros lugares e outros espaços.

São problemas estruturais, homogeneizados por uma modalidade de desenvolvimento que aumenta os índices de pauperismo, epidemias, mortalidade infantil, desemprego, violência, fome, degradando cada vez mais o meio ambiente. É importante considerar, no entanto, que, em cada lugar e região, esses problemas variam, em maior ou menor escala, de acordo com as particularidades sócio-históricas. Segundo Santos (2001:19-20):

para a grande parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como SIDA se instalam e

velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como egoísmos, os cinismos, a corrupção.

A mundialização do sistema capitalista influi em todas as esferas da vida social, no campo, nos espaços urbanos, em cidades regionais e mundiais, acirrando as desigualdades e expandindo o território da escassez. A *desterritorialização*, provocada por este processo, fragmenta o espaço habitado, hierarquiza lugares, impõe culturas ditadas pelo mercado, desenraíza os indivíduos de seus territórios. O fato é que todos os construtos da vida social, incluindo a dimensão ecológica e cultural são atingidos.

As novas gerações estão sendo socializadas por signos fortalecidos neste processo de mundialização do capital, signos que são cada vez mais perceptíveis no cotidiano, como o individualismo, a competitividade, as intolerâncias raciais, sexuais e religiosas e variados tipos de fobia, que são produzidos pela dinâmica perversa da sociabilidade capitalista em seu momento contemporâneo que é caracterizado pela ação destrutiva (Mészáros, 2002).

De acordo com os interesses da mundialização do capital, fronteiras e barreiras estão sendo dissipadas para implementação do “livre comércio”. Trata-se de garantir, com a devida anuência dos Estados nacionais, o livre espaço para a financeirização mundial. As conseqüências imediatas deste processo se revelam na fragmentação dos espaços, dos territórios e das classes subalternas, pois as relações sociais são moldadas a partir do produtivismo que, cada vez mais voraz, se apóia numa prática consumista, amplamente absorvida e praticada pelos indivíduos no seu cotidiano. Para Carlos (2002:192-193),

a globalização e a fragmentação dão-se no plano do indivíduo, tanto quanto no espaço. Na sociedade essa fragmentação dá-se através da dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si, na vida familiar e social bem como na sua relação com novos objetos, dentre

eles a TV, que banaliza tudo, da religião à política, através de seu poder hipnótico extraordinário que consegue transformar a guerra num aparato cênico (como vimos na guerra do Golfo)⁵. A segmentação da atividade do homem massacrado pelo processo de homogeneização, onde as pessoas 'pausterizadas tornam-se idênticas', presas ao universo do cotidiano, submissas ao consumo e à troca, capturadas pela mídia, encontram-se diante do efêmero e do repetitivo como condição da reprodução.

Os espaços são distribuídos de acordo com os interesses de acumulação do capital. Nessa direção, assume prioridade o (re) arranjo do mundo em favor das agências financeiras internacionais. Desse modo, os influxos da mundialização capitalista, no espaço urbano, ocorrem a partir do surgimento das "cidades globais".

A cidade, como já foi dito anteriormente, é o cenário das contradições, das possibilidades, onde se desenvolvem o jogo de interesses da classe dominante e as estratégias e ideologias da classe trabalhadora. A cidade abriga tanto o centro das decisões financeiras, como a periferia da economia "capitalista". Assim, a cidade "globalizada" se afirma a partir da tentativa de dissolução das fronteiras nacionais. Para Ianni (2001:54), *"são muitos os que reconhecem que a "cidade global"⁶ característica do século XX, renunciando o XXI, tem sido decisivamente influenciada pelos processos que acompanham o desenvolvimento do capitalismo, em escala mundial"*.

As hierarquias urbanas, ditadas pelas empresas transnacionais e pelas agências multilaterais, "dividem" as cidades de acordo com os interesses do capital, estruturando-as em três principais categorias: as "cidades mundiais",

⁵ Estas guerras exploradas incansavelmente pela mídia burguesa, com imagens alteradas e falseadas pela CNN, foram deflagradas sobre o pretexto da "guerra contra o terror", mas na verdade entre a promessa de derrubar o governo Talibã e de acabar com o "arsenal de armas de destruição em massa" de Saddam Hussein, esconde-se o objetivo real das ofensivas militares nestes países: o petróleo. As estratégias para controlar toda a produção de petróleo no Golfo Pérsico, que, segundo Noam Chomsky, faz parte da agenda política americana desde 1928. Para José Arbex Júnior *"Bush e mais ainda o seu vice, Richard Cheney, são Oil men, representantes diretos das empresas petrolíferas do Texas. Não por acaso, Cheney anunciou a disposição de abrir a exploração do petróleo às últimas regiões de preservação ambiental situadas no Alaska, com efeitos devastadores para o equilíbrio ecológico e ampliação do 'efeito estufa' "* (Cf. Caros Amigos ano V, edição 55, Outubro de 2001).

⁶ Grifo nosso.

caracterizadas por um sistema de controle, produção e expansão do mercado capitalista, como Tóquio, Nova York, Londres, Paris, Zurique e Hamburgo.

As cidades reconhecidas como “centros de zona”, dentre elas, Cingapura, Hong Kong, Los Angeles, que abrigam escritórios de grandes corporações e são consideradas um importante apoio para o capitalismo financeiro em escala mundial, ainda que suas responsabilidades recaiam sobre as zonas particulares; há também os centros regionais, tais como, Sidney, Chicago, Dallas, Miami, Honolulu e São Francisco, definidos como pontos estratégicos para a mundialização capitalista. As cidades periféricas precisam, de acordo com esta orientação hegemônica, passar por “adaptações” para serem incluídas neste anunciado processo de mundialização do capital.

A homogeneização entre os povos, tão bem difundida no “mercado mundializado, como se fizéssemos parte de um mesmo mundo e tivéssemos a mesma cultura ou partilhássemos das mesmas necessidades, não passa de uma “fábula” imposta pelos centros hegemônicos, conhecido como “aldeia global”. Há diferenças abissais entre a realidade e a necessidade dos países de economia periférica e os países centrais.

Ressalte-se aqui, o papel central que exercem a ciência, a informática e a informação, que não só contribuem para esta “hierarquização de lugares”, como criam novas técnicas que favorecem a dinamização das forças produtivas em escala mundial. Os apelos políticos em defesa da mundialização do capital anunciam a “falência do Estado”.

No entanto, o que se verifica é que o Estado, para atender os interesses da mundialização do capital, torna-se mais ativo, e, longe de uma possível neutralidade, direciona mudanças, na sua estrutura, necessárias para a chamada “globalização”. *“Solda-se, então, um nexo fundamental: o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário”* (Antunes, 2002:01). Para Santos (2000:19), *“fala-se com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos das finanças e*

de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida torna-se mais difícil”.

Nesse cenário da “globalização” projetou-se, também, como verdade o fim da sociedade do trabalho e o seu correlato imediato, o fim da classe trabalhadora. É o império das dissimulações, dos mitos quanto ao fim da centralidade do trabalho e a neutralidade do Estado que fortalecem a mundialização do capital.

Os que falam em fim da sociedade do trabalho vêm na ciência e na tecnologia uma possibilidade superior de resolução das contradições sociais; como uma correlação ascensional, progressiva, da racionalidade independente do confronto entre classes, projetos e concepções de mundo. Afirmar o *leitmotif* das atuais transformações da sociedade capitalista decorrendo de uma revolução técnico-científica é, no fundamental, aceitar a neutralidade da técnica⁷.

A lógica da “globalização” (Ianni, 2001:55) dissemina-se nas grandes cidades, metrópoles e megalópoles, e, se, distingue em relação as suas funções, particularizadas no processo de mundialização capitalista, sendo que num território nacional, algumas cidades são caracterizadas pela atividade política que exerce; outras são reconhecidas pelo trabalho artístico-cultural que desenvolvem, muitas são depósitos de mão-de-obra barata, e, outras (em quantidades menores) tornam-se o coração do capital financeiro. Nenhuma cidade, seja ela periférica ou central, está passando incólume aos efeitos “perversos” da mundialização do capital. De acordo com Ianni (2001:56):

a cidade global que se torna realidade em fins do século XX é a que se produz como condição e resultado da globalização do capitalismo. Torna-se uma realidade propriamente global na época em que o capitalismo, visto como processo civilizatório, invade, conquista, assimila, desafia, recobre, convive, em todos os cantos do mundo.

⁷ Cf: Dias, Edmundo, 1997, n° 29, p. 11-12.

Um dos aspectos da “cidade global” é a mistura cultural, das línguas e povos no caldeirão da globalização. Cria-se a aparência da convivência harmoniosa entre povos e culturas, no entanto, em tempos de mundialização do capital, predomina uma forte imposição dos padrões de consumo, como parte constitutiva das *desterritorialidades*.

Outro aspecto, circunscrito no bojo do processo de mundialização capitalista, é a complexificação da questão urbana e da questão social. Para Ianni (2001:59), a questão social adquire, simultaneamente, aspectos característicos da questão urbana. São questões, portanto, que não se dicotomizam e são agravadas nas “cidades mundiais”.

Problemas como o crescimento da violência; densidade populacional; segregação sócio-espacial; especulação imobiliária; assentamentos humanos “ilegais” são, ao mesmo tempo, problemas sociais e urbanos, desenvolvidos a partir das particularidades locais e suas contradições.

Para mostrar a relação indissociável entre questão social e a questão urbana, resgataremos aspectos da cidade no período da Revolução Industrial. A partir daquele momento histórico, a cidade foi aglutinando as condições sócio-históricas e ambientais para a concentração do capital e das forças políticas. Os espaços citadinos foram marcados pela polarização entre as classes sociais; convivendo lado a lado com a acumulação crescente do capital e o pauperismo da classe trabalhadora.

Naquele período, a segregação sócio-espacial tornava ainda mais nítida a desigualdade social, pois, de um lado, localizavam-se os bairros com suas casas luxuosas para a burguesia, e, do outro, moradias infectas para quem trabalhava mais de dezesseis horas por dia, nas fábricas instaladas nas cidades industriais.

A acumulação da riqueza, nas mãos dos proprietários contrastava com a pobreza crescente e aviltante, no cotidiano de vida da maioria das classes trabalhadoras. O fato é que nem pela venda da força de trabalho foi possível

superar o estágio da escassez, vivenciado por milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Dados históricos⁸ confirmam que houve, no período da revolução Industrial, o aumento exacerbado da fome, da exploração do trabalho infantil e da mão-de-obra feminina. Além disso, a situação de moradia da classe trabalhadora era precária, residindo em cortiços infectos e insalubres, os trabalhadores(as) e suas famílias habitavam num campo fértil para a propagação de epidemias. As calamidades naturais e materiais, desta época, contribuíram, ainda mais, para a degradação das classes trabalhadoras. Podemos citar a situação da cidade de Manchester, para ilustrar aspectos da questão urbana/social do século XIX.

Na obra “A situação da classe operária na Inglaterra”, Engels descreve a situação das moradias da classe trabalhadora na cidade de Manchester, em 1843 e 1844. O estudo, realizado por Engels, não se constitui um tratado sobre questão urbana, mas uma análise crítica e histórica sobre as desigualdades do sistema capitalista nas cidades industriais, contudo, o autor afirma que *“a crise habitacional não é um acidente, é uma instituição necessária, ela só pode ser eliminada, tal como as suas repercussões sanitárias, etc., se toda a ordem social do que ela decorre for completamente transformada”* (1981:110).

É interessante enfatizar, aqui, o relato de Emil Sax, um economista austríaco burguês, citado por Engels na descrição da cidade de Manchester. Do ponto de vista de Sax, *“as boas habitações são tão caras que é absolutamente impossível à grande maioria dos operários fazer uso delas. O grande capital... tem receio de se arriscar, nas habitações destinadas às classes trabalhadoras...que, assim, pela necessidade de se alojarem, caem nas garras da especulação”* (1981:111).

Esse relato do senhor Sax, que Engels usa para explicitar as condições aviltantes de moradia em que vivia a classe trabalhadora, nos parece atual, mesmo sendo um depoimento referente a uma situação vivida no período da Revolução Industrial. Sem anacronismo, é possível recorrer à história e verificar

⁸ Cf: Huberman, Léo. História da Riqueza do homem. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

que os problemas referentes à questão urbana, identificados nos dias atuais, foram gestados no processo de desenvolvimento paradoxal das cidades, no passado.

Poderíamos utilizar o depoimento citado, anteriormente, para justificar a especulação imobiliária, tão recorrente no cotidiano do bairro de Mãe Luiza, por exemplo. Nas manchetes do jornal de Manchester, em julho de 1872⁹, depois de uma enchente na cidade, uma matéria faz uma sucinta descrição dos bairros pobres, um cenário degradante, que serve de moradia para a classe trabalhadora:

o conjunto fica como que escondido da pessoa que passa e só é acessível aqueles que, forçados pela miséria, procuram abrigo no que mais parece um túmulo... Esse buraco horrendo era habitado por uma família de sete pessoas, que dormiam ali na noite da inundação. Não, não dormiam retificou a mulher: em função do mau cheiro, passaram a noite a vomitar. Também a mulher não julgava que aquilo era uma habitação humana, mas alugara pelo preço baixo um xelim por semana – e porque o marido, doente, nos últimos tempos quase não ganhava nada... (Engels, 1981:137-138).

O que diferencia a “cidade de ontem” para a “cidade de hoje” são as novas patologias urbanas, sociais e ecológicas que surgem, num momento em que o produtivismo se intensifica com elevados custos, irreversíveis para o meio ambiente¹⁰. Os indivíduos que habitam os nichos urbanos, sob a égide da mundialização capitalista, experimentam, de forma mais acentuada, a destruição

⁹ Cf. Netto, José Paulo (Org.). Friedrich Engels: Política. São Paulo: Ática, 1981, (pg. 136-137).

¹⁰ “De acordo com as estatísticas, três entre quatro pessoas que procuram ajuda médica nas grandes cidades apresentam doenças psicossomáticas causadas, na maioria das vezes, pela convivência desastrosa com o seu meio ambiente. Segundo os especialistas, o cidadão médio pode sofrer insônia, enxaquecas, alergias, infartos, úlceras ou pânico. Sua vida está marcada pelo estresse, pela massificação, pela solidão indesejada, pela alienação, pela desumanização, pela violência, pelo vandalismo e por outras loucuras características dos centros urbanos. O bombardeio de estímulos contraditórios de todos os tipos, o ruído, a poluição, a sobrecarga de informações e certos estilos arquitetônicos, bem como a superpopulação, os conflitos familiares e profissionais, e as pressões do grupo em que vivem, submetem seus habitantes a uma tensão vital crônica e a um esforço extenuante para tentarem se adaptar a eles. A medida que crescem as concentrações urbanas, aumentam as alterações orgânicas e comportamentais, afetando a comunicação entre as pessoas que vivem e trabalham nas cidades. Os especialistas dizem que a vida do *Homo urbanus* está mais próximo do inferno do que do paraíso” (ISTOÉ, São Paulo.06/03/96).

da proteção social, do aumento do desemprego, tanto nos países centrais como nos países periféricos¹¹.

Desse modo, a semelhança, entre as cidades do século XIX e as cidades da mundialização capitalista, consiste na desigualdade estrutural, gerada pela sociabilidade do capital. Daquele período para o momento histórico atual, o que se verifica é a capacidade do capital reciclar-se, colocando, de modo inovador, sob o seu domínio, as lutas de classes, num jogo de forças e relações contraditórias, visando à manutenção de sua hegemonia. Portanto, integra o projeto capitalista - uma direcionalidade contrária ao atendimento das necessidades humanas - e, isto é possível se verificar tanto na cidade do passado como nas cidades da mundialização do capital. Para Mézáros (1997:152),

o capitalismo, que foi o único sistema a atingir um domínio do mundo em sua totalidade, é, ao mesmo tempo, um sistema destrutivo. Cada avanço da produção traz consigo o seu oposto. Do ponto de vista da lógica do capital, o consumo equivale à destruição. Um sistema que se viabiliza pela auto-reprodução em escala crescente, necessariamente se choca contra barreiras, de forma destrutiva em si e por suas implicações. O capital necessita expandir-se *apesar* e em detrimento das condições necessárias para a vida humana, levando aos desastres ecológicos e ao desemprego crônico, isto é, à destruição das condições básicas para a reprodução do metabolismo social.

No entanto, na contra-mão do projeto capitalista hegemônico, a “cidade da mundialização do capital” não se constitui apenas o lócus das atividades financeiras internacionais, não é só o palco político do neoliberalismo, em que

¹¹ Segundo o Relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT, divulgado em Janeiro de 2003, o desemprego continuará aumentando depois de atingir um recorde estimado de 180 milhões de pessoas em 2002, equivalente a 6,5% da população economicamente ativa, com um acréscimo de 20 milhões de desempregados nos últimos dois anos. De acordo com a OIT, mais de 15 milhões de pessoas empregadas, ganham apenas US\$ 1 ao dia e mal conseguem sobreviver. Nos Estados Unidos, mais de 5,6% da força de trabalho está desempregada, no Canadá a percentagem é de 7,6%. No Brasil o desemprego passou de 6,2 em 2000, para 8,0% em 2002. Ainda sobre o relatório da OIT que será apresentado na Conferência Anual da OIT em Genebra, a pobreza antes “restrita” ao mundo em desenvolvimento, atinge, também, os países centrais, pois mais de 10% da população dos vinte países industrializados vive com menos da metade do salário médio, informou o relatório (Cf: Agencia Reuters de Notícias – site: <http://noticias.uol.com.br/inter/reuters>).

imperava o poder econômico das agências multilaterais, não é somente espaço das reuniões do G-8.

A cidade é, também, moradia da resistência da classe trabalhadora, é o lócus da cultura popular, por onde se movimenta a congruência de forças e ideologias, que lutam para reverter esta ordem societal que beira a barbárie. Nos espaços citadinos, cresce a pressão de determinados segmentos dos países periféricos que questionam a hegemonia dos países centrais e o unilateralismo americano que ameaça a liberdade humana em nível mundial. Assim, surgem, nas cidades, os movimentos símbolos da “contra-ordem”: Davos, Seattle, Gênova, Porto Alegre¹² – cidades sede da resistência mundial.

Sabemos que há perspectivas e possibilidades se insurgindo no mundo inteiro. Propostas que convergem para um apelo dramático: a idéia de que um outro mundo é possível. Mas que mundo seria esse? Um mundo (re) configurado a partir de propostas estratégicas do capitalismo internacional ou um mundo pensado a partir da superação do modelo de desenvolvimento hegemônico?

O Desenvolvimento Sustentável surge como uma alternativa possível para “limitar” e “reverter” o processo acelerado de degradação sócio-ambiental em escala mundial. Resta-nos saber quais os princípios desta sustentabilidade, para quem ou para quê se ergue o discurso e a prática do Desenvolvimento Sustentável na vida social? Desse modo, abordaremos, no próximo item, as conexões entre o processo de mundialização do capital, a degradação do meio ambiente e o surgimento da proposta de Desenvolvimento Sustentável no marco das Conferências sobre Meio Ambiente.

¹² De acordo com a imprensa alternativa, os protestos antiglobalização tem seu marco inicial em Dezembro de 1999 na cidade de Seattle, porém o Movimento de Resistência à “globalização” já acontece desde 1984, a exemplo do Fórum Alternativo, paralelo à reunião do G-7, em Londres. Outro momento memorável aconteceu em Berlim, em 1988, que sediou uma reunião do FMI e colocou nas ruas 100.000 pessoas que protestavam contra os poderosos do capitalismo internacional. Depois foram 200.000 em Gênova; 150.000 em Davos, outros milhares em Porto Alegre, e, como diz o cantor Manu Chao, símbolo do movimento antiglobalização sobre os acontecimentos de Gênova; “Gênova é a oportunidade única para dizer não a uma ditadura que nos diz em que mundo devemos viver. E o faz de modo violento, nos obrigando a um suicídio coletivo. A nossa força? Eles são oito, nós 200.000 mil” (Cf. O grito de Gênova. Caros Amigos, ano V, edição 53, agosto de 2001).

1.2 - Da concepção de Natureza ocidental à origem do Desenvolvimento Sustentável

As profundas mudanças que estamos vivendo, em todas as esferas da vida social, têm se revelado destrutivas para o gênero humano e para o meio ambiente natural e construído, como vimos no item anterior. A crise ecológica, o agravamento da questão social e o acirramento da questão urbana, notadamente presentes na formação das “cidades mundiais” são intensificadas mediante a mundialização do capital e do produtivismo.

O avanço tecno-científico não resultou, até o presente momento, em mudanças significativas nas condições materiais e subjetivas de vida da população. Diante disso, a “saída” encontrada para reverter o quadro de degradação sócio-ambiental ambiental e “limitar” o crescimento econômico desordenado encontra-se na proposta de Desenvolvimento Sustentável.

A questão da sustentabilidade surge imersa no panorama da crise estrutural do capital. A degradação sócio-ambiental é provocada, substancialmente, pelo produtivismo, que é entendido como parte constitutiva do processo de acumulação capitalista e, conseqüentemente, do modelo de desenvolvimento hegemônico. Nessas condições históricas, o desenvolvimento sustentável se configura como meta funcional e reorganizadora de uma ordem ecológica, social, economicamente equilibrada que possibilite a sobrevivência humana, através do controle do desenvolvimento hegemônico com o objetivo de evitar sua fúria destrutiva.

Algumas indagações são pertinentes para o entendimento da crise ecológica, da manipulação e dominação predatória da natureza. Como chegamos a esta racionalidade econômica, na qual o sentido e a essência da natureza foram devorados, usurpados e transformados em mercadoria? Como chegamos a um modelo de desenvolvimento “perverso”, homogêneo e destruidor do meio ambiente? Para a compreensão acerca da proposta de sustentabilidade, na

atualidade, é imperativo fazer um breve resgate histórico sobre a concepção de natureza, predominante em diferentes formas societárias e momentos históricos.

Ao analisarmos as sociedades primitivas, será possível verificar que a relação entre indivíduo e natureza era dotada de respeito mútuo, culminando num sistema natural, com códigos, símbolos e crenças, em que o ser humano tirava proveito da natureza apenas para sua subsistência. O indivíduo era parte indissociável da natureza, *“concebido como totalidade viva e divina, na qual ele é socialmente inserido pelos mitos e ritos sociais sagrados¹³”*.

A *relação entre* indivíduo-natureza poderia ser caracterizada como “harmoniosa”, no âmbito do sistema de natureza *“que inclui as crenças, as ações, os desejos, a realidade”* (Santos,1997:15). Era uma relação mítica-religiosa que concebia a natureza como “amiga” e “mãe”. Observamos, então, que esta primeira concepção a respeito da natureza, vigente nas sociedades pré-mercantis, era, de fato, um conceito includente (Muller, 2001) que resguardava um caráter divino e mítico, próprio da visão teológica da natureza.

Esta crença numa natureza “divina” é recorrente no pensamento de muitos filósofos, dentre eles, Heráclito. Para Heráclito, a natureza e todas as suas transformações constituíam uma manifestação divina, uma “razão” universal capaz de controlar todos os fenômenos do meio natural, tudo era regido por uma unidade, por um “logos”, por um “Deus”. A escola filosófica estoica, também, contribuiu para a sacralização da natureza. Os estóicos acreditavam que Deus e a natureza eram indissociáveis; os acontecimentos e fenômenos naturais possuíam caráter divino e a felicidade seria obtida através da harmonia do indivíduo com a natureza.

A partir da visão teleológica, oriunda do pensamento de Platão e Aristóteles, base de todo o pensamento ocidental (cultura greco-romana), a natureza passou a ser concebida, também, como criação de Deus, existindo independente da ação humana, porém com a finalidade de servir aos indivíduos. A ação predatória em relação à natureza era algo inadmissível afinal, como os seres

¹³Cf: Muller, Marcos L. In: Montibeller-Filho Gilberto(2001:30).

humanos poderiam destruir algo imanente a Deus? De certo modo, naquele momento histórico, a natureza era protegida pelo seu caráter divino e sua mitificação. De acordo com Engels (1976:157),

as ciências naturais da primeira metade do século XVIII achavam-se tão acima da antiguidade grega quanto ao volume dos seus conhecimentos e mesmo quanto à sistematização dos dados, como abaixo no que se referia à sua interpretação, à concepção geral da natureza. Para os filósofos gregos o mundo era, em essência, algo surgido do caos, algo que se desenvolvera, que havia chegado a ser. Para todos os naturalistas do período que estamos estudando o mundo era algo ossificado, imutável, e para a maioria deles algo criado subitamente. A ciência achava-se ainda profundamente imersa na teologia.

O pensamento vigente na Idade Média preparou o caminho para a dicotomia entre sujeito (indivíduo) e objeto (natureza), através da separação entre espírito e matéria, influenciado pelo pensamento de Platão e Aristóteles. *“Na ciência medieval dá-se a ‘dessacralização e a dessubstancialização da natureza operada pelo criacionismo cristão que permite, em última instância, a transformação da natureza num sistema de parâmetros de dependência funcional¹⁴”*.

É na matriz do pensamento de Descartes que ocorre a oposição indivíduo-natureza, sujeito-objeto. O conhecimento torna-se pragmático, há uma procura do que é útil para a vida. O ser humano, identificado como centro do universo, é o sujeito que pode e deve dominar a natureza. *“O antropocentrismo e o sentido pragmático-utilitarista do pensamento cartesiano não podem ser vistos desvinculados do mercantilismo que se afirmava e já se tornava, com o colonialismo, senhor e possuidor de todo o mundo”* (Gonçalves, 2000:34).

Com a emergência do capitalismo, inicia-se a chamada ciência moderna e o predomínio da visão mecanicista. O antropocentrismo inaugurou uma nova forma

¹⁴ Cf: Muller, Marcos L. In: Montibeller-Filho Gilberto (2001:32).

de pensar a relação entre indivíduo e natureza. Este sistema filosófico constitui-se na ancoragem epistemológica e efetiva, necessária para que o gênero humano dominasse e se apropriasse da natureza, destituindo, assim, o caráter de preservação, contemplação e harmonia que os indivíduos tinham anteriormente.

Desde as culturas antigas até as idéias iluministas do século XVII, foram desenvolvidas várias concepções sobre a humanidade e sua relação com a natureza, concepções estas, socialmente construídas, que vão desde o entendimento de que a natureza é algo imanente aos indivíduos ou, ao contrário, é exterior a eles: de uma natureza que atende às necessidades básicas dos seres humanos, bem como uma visão de natureza mercadorizada para atender o sistema produtivo dominante.

Em nossa análise, diante do processo complexo e contraditório do desenvolvimento histórico, a humanidade se viu diante de novas necessidades e, é, esta busca permanente, pela satisfação de suas necessidades, que definiu um novo sentido para o uso da natureza: os recursos naturais não seriam usados somente para a satisfação das necessidades básicas, mas serviriam para “sustentar” novas necessidades e toda base da produção material.

Na concepção marxista, as relações homem-natureza e natureza-sociedade são, fundamentalmente, mediadas pelo trabalho. Para Marx, a relação homem – natureza era, antes de tudo, uma relação de transformação. O homem, consciente do que a natureza poderia lhe prover, retirava dela o que necessitava, e esta ação era, para ambos, transformadora.

Na abordagem marxista, as relações sociais, estão fundadas no trabalho. Isto significa que entre indivíduo e natureza, verificamos uma relação dialética, na qual o indivíduo social ao retirar da natureza os recursos necessários para a sua sobrevivência, deixa registradas marcas humanas e sociais. Neste processo, acontecem alterações nos indivíduos e, neste caso, o que se altera é a sua consciência. É isso que vai diferenciar o ser humano de outros animais: a capacidade humana de pensar, criar e refletir sobre a sua ação, sobre a sua capacidade de produzir. O trabalho se constitui o processo definidor na relação

dialética entre o ser humano e a natureza. O trabalho é, para Marx, a protoforma do ser social. Segundo Lessa (1996:24), *“a reprodução social comporta e, ao mesmo tempo, requer outros tipos de ação que não as especificamente do trabalho. Todavia, sem a categoria do trabalho, as inúmeras e variadas formas de atividade humano-social não poderiam sequer existir”*.

O indivíduo, ao produzir e se reproduzir historicamente, estabelece, através do trabalho, as condições materiais e subjetivas necessárias para a sua existência. O trabalho é utilizado para a criação destas condições via transformação da natureza, e esta, para Marx, consiste num componente fundamental da atividade humana. No entanto, o ser humano, dotado de capacidade inventiva e criadora, pressente e/ou cria outras necessidades, a partir do desenvolvimento técnico e social. Sobre isto, Foladori (2001:83) analisa:

o ser humano estabelece relações técnicas tanto com a matéria abiótica como com outros seres vivos, por meio do processo produtivo e com o propósito de gerar produtos úteis a suas necessidades. As relações técnicas descrevem o processo de produção em seu sentido formal, como inter-relação entre o ser humano e a natureza, para mudar a forma desta. Essas relações se modificam segundo o nível de desenvolvimento da técnica, os conhecimentos tecnológicos e científicos e a amplitude de utilização do entorno.

Esta relação dialética de transformação, entre o ser humano e a natureza, tem, contraditoriamente, se revelado nociva para o meio ambiente. Isso porque ao aprimorar sua capacidade técnica, o ser humano subjuga, cada vez mais, a natureza, deixando fortes rastros históricos de degradação. O processo permanente de produção de novas necessidades está determinado e disciplinado ao modo de reprodução societária vigente.

As necessidades humanas são precisamente históricas, pois elas se alteram, se diluem para consolidação de outras, não há, portanto, um único caminho para resolução destas necessidades, pois elas se diferem, divergem, caminham entre o requinte e a brutalidade, entre o que explora e o que é

explorado, das necessidades materiais mais básicas de uma classe ao consumo do supérfluo da outra classe. Marx estabelece uma ponte radicalmente necessária entre homem-natureza-sociedade -história. *“A própria primeira necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento já adquirido da satisfação, conduz a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico”* (Marx e Engels, 1984:32).

Como foi visto anteriormente, nas sociedades “primitivas”, a produção era voltada para a satisfação das necessidades humanas, cujo objetivo era produzir os objetos como valor de uso. Na modernidade, o ato de produzir se volta para a produção da valorização do capital. O sentido da dominação e apropriação da natureza assume um caráter ilimitado e destrutivo. A natureza, vista como mero objeto de manipulação e dominação, tornou-se fonte de riqueza e de lucro, através do desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Foladori (1997:155),

é na sociedade capitalista que as mediações são mais complexas, onde o valor atua como mediador das relações humanas e do acesso ao restante da natureza, biótica e abiótica. Porém, este acúmulo de mediações nunca oculta, no pensamento marxiano, o fato de que a natureza constitui a base de toda atividade humana.

É imperativo ressaltar que a aceleração do processo produtivo, que tem sua base na sociabilidade do capital, provocou crises em todas as esferas da sociedade, no entanto, o uso predatório e sistemático da natureza alertou para um fato por muito tempo ignorado: a natureza não é uma fonte inesgotável de recursos. Deste fato, emerge um problema a ser enfrentado: a degradação do meio ambiente.

Marx, que foi acusado de produtivista¹⁵, anunciou, há um século atrás, em sua análise acerca do sistema capitalista, os efeitos catastróficos e sistemáticos que a produção e reprodução social do capital provocava na natureza. Na crítica feita por Marx a Feuerbach, que tinha uma visão idealista e abstrata a respeito da

¹⁵ Cf. a crítica de Foladori, G. (1997:141) a esta acusação.

relação indivíduo-natureza, Marx não só demonstrou a transformação dialética que se processava nesta relação, como, também, alertou para um fato tão comum na atualidade: o uso predatório da natureza em função da acumulação e reprodução do capital. Diz Marx¹⁶:

Feuerbach... sempre se refugia na natureza exterior, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas, com cada nova invenção, com cada progresso da indústria, uma nova parte é arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais proibições feurbachianas se reduz cada vez mais. A 'essência' do peixe é a 'existência' – a água – A 'existência' do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo, esta água deixa de ser sua 'essência', deixa de ser um meio adequado de existência, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros dejetos, tão logo seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência.

Atualmente, as conseqüências da mundialização do capital ameaça a preservação da natureza, colocando em xeque este patrimônio coletivo da humanidade. Para Marx, que concebia a natureza como base da atividade humana, a direção dada pelo capital produz o uso irracional do mundo natural, no desenvolvimento das forças produtivas, apoiado pelo incremento da tecnologia, e isto, provoca em escala crescente a degradação do meio ambiente. Sobre o advento da tecnologia, utilizadas no campo, que alijou milhares de camponeses de suas terras, Marx comenta:

e cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte, se inicia com a grande indústria como fundamento de seu desenvolvimento, tanto

¹⁶ Cf. Marx. A Ideologia Alemã, pp. 55-6. In: Mészáros, István. (2002:988).

mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador¹⁷.

O crescimento desordenado das cidades, a divisão do trabalho, o aumento da pobreza, o desenvolvimento acelerado dos dispositivos tecnológicos e a mercantilização da natureza são partes constitutivas de uma crise sistemática do meio ambiente, em que se degrada tanto o humano, quanto os sistemas de suas atividades e meios de sobrevivência, que, certamente, são engendrados pelos interesses econômicos dominantes. Para Bihr (1991:124),

certamente, não datam de hoje a poluição de elementos naturais, tais como a água ou o ar, a exterminação de algumas espécies naturais, ou mesmo a destruição de ecossistemas. A novidade reside no fato de o desenvolvimento industrial dessas últimas décadas e as possibilidades acumuladas pela técnica e pela ciência contemporâneas conferirem um duplo caráter aos ataques atuais ao ambiente natural. Esses ataques tornaram-se globais (...) e tendem a se mostrar de longo alcance no tempo, senão irreversíveis (...).

A crise de ordem econômica, política, social, cultural e ecológica presente na contemporaneidade está assentada na racionalidade própria da forma produtiva, com destaque para o seu ethos consumista que intensificou a degradação ambiental em todo o mundo, considerando que a “pedra filosofal” do capital consiste na produção pela produção, cuja finalidade é a garantia do lucro e da acumulação.

O produtivismo ilimitado que se utiliza, cada vez mais, do advento de novas técnicas para aumentar a produção, provoca, necessariamente, o aumento da pobreza. Isto ocorre em virtude da concentração de riqueza e da forma privada de usufruto da tecnologia. Com isso, há um aumento substancial nas taxas de

¹⁷ Cf. Marx, K. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988, V. II, Tomo 2, p. 100.

desemprego, no mundo inteiro, com implicações, dentre outros, na degradação do meio ambiente. Emerge, assim, uma questão social e uma questão ambiental a ser entendida e enfrentada como faces de uma mesma moeda. Sobre isto, Bihl (1991:129) adverte: *“é então exatamente o modo de produção capitalista em seu conjunto que, ao submeter a natureza aos imperativos abstratos da reprodução do capital, engendra a crise ecológica”*.

E se hoje temos uma “economia mundializada”, temos, também, inevitavelmente, uma degradação ambiental planetária. Para Leff (2001:15), *“o princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade”*. Mas a evidência da crise ambiental, em escala mundial, acontece, nos anos de 1960, quando as conseqüências da irracionalidade do sistema produtivo, sobre o meio ambiente, ganham as “páginas de um livro”.

Foi exatamente na década de 1960, num cenário político-cultural de grande efervescência, que surgem as primeiras inquietações públicas sobre a degradação ambiental provocada, indubitavelmente, pelo industrialismo. A publicação do livro, intitulado “Primavera Silenciosa” da jornalista Rachel Carson, causou verdadeira celeuma, no mundo inteiro, por denunciar as agressões sistemáticas que a natureza vinha sofrendo, por parte dos setores industriais.

O sentido e a ação da preservação moderna do meio ambiente tem seu início com o poético e provocante alerta do Best Seller de Carson, no qual mencionava que o canto dos pássaros seria apenas uma lembrança no mundo envenenado por pesticidas sintéticos. O livro *“Silent Spring”* foi considerado um clássico pelas idéias preservacionistas que continha, instigando a criação de novos movimentos ambientalistas e ecológicos, além de ter contribuído para fortalecer os movimentos já existentes, publicizando, assim, a complexidade da crise ambiental.

No final dos anos de 1960, as organizações e movimentos sociais saíram na frente dos órgãos oficiais do governo e deram visibilidade para a crise ambiental, que há muito tempo se instalara no planeta, mas, só naquele momento,

os efeitos desta crise estavam sendo sentidos em larga escala e os problemas advindos da crise postos em debate no mundo inteiro.

A publicação do relatório *“The limits of growth”* (*Os limites do crescimento econômico*)¹⁸ e o fortalecimento dos movimentos ambientalistas possibilitaram uma série de encontros e fóruns internacionais para a discussão das questões ambientais e do desenvolvimento. Este histórico documento denunciava a pilhagem da natureza em conseqüência do crescimento econômico ilimitado, sem controle sócio-ambiental. O relatório criticava, terminantemente, o aumento do consumo provocado pelo modelo de desenvolvimento capitalista.

Incentivado por estas e outras denúncias, surge o conceito de *ecodesenvolvimento*, utilizado, em 1973, pelo canadense Maurice Strong¹⁹, que apresenta o *ecodesenvolvimento* como proposta alternativa de política de desenvolvimento para um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades. Tratava-se de um tipo de desenvolvimento de caráter endógeno.

A partir de 1974, Ignacy Sachs ampliou e formulou os princípios básicos deste conceito, explicitando, dentre outras, as seguintes características: a satisfação das necessidades básicas dos seres humanos como uma meta a ser alcançada; o uso prudente e limitado dos recursos naturais; a promoção da gestão participativa e democrática; a preservação do meio ambiente natural e construído; a salvaguarda dos valores éticos, da cultura e a criação de um sistema social em que estivesse assegurado emprego, saúde, educação.

Para Sachs (2000:71), a sustentabilidade deve expressar a preocupação com a sustentabilidade ambiental, no entanto, este conceito se reveste de outras dimensões, como a social, *“que vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes de uma catástrofe ambiental”*. Além da dimensão

¹⁸ Relatório encomendado pelo Clube de Roma. Fundado em 1968, o Clube agregava trinta especialistas de diversas áreas cujo objetivo era discutir o futuro da humanidade. Esta entidade foi criada e financiada por grandes corporações como a Fiat, Volkswagen, Ford, Olivetti.

¹⁹ Maurice Strong foi o Secretário-geral da Conferência de Estocolmo-1972.

social estão incluídas as dimensões da cultura; da economia; da política, portanto, a sustentabilidade sócio-ambiental.

Embora o próprio Sachs (2000:55) admitisse que o Desenvolvimento Sustentável era incompatível com o jogo das forças de mercado, valeria a pena, do seu ponto de vista, o *ecodesenvolvimento* como uma proposta viável, em virtude das seguintes questões: pelo incentivo ao desenvolvimento local; pela criação de alternativas sustentáveis de recursos de biomassa e renda; pela conscientização das “comunidade” locais para o sentido da preservação e gestão democrática da área. De acordo com Sachs (2000:73), *“o ecodesenvolvimento requer, dessa maneira, o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadão envolvidos na proteção da área”*.

Do ponto de vista de Leff (2001:18), antes que qualquer tentativa de efetivação da proposta do *ecodesenvolvimento* fosse efetivada na prática, o potencial crítico desta proposta foi dissolvido pelas estratégias do poder hegemônico. Por outro lado, a efetivação desta proposta, como alternativa de controle diante do desenvolvimento predatório do sistema do capital, esbarra no principal fundamento desse sistema: o lucro e sua perspectiva crescente de acumulação - que impede qualquer tentativa de racionalizar e controlar o processo produtivo, para que todos saiam ganhando. Sobre isto, Foladori (2001:157) comenta, *“o lucro é conquistado por meio da decorrência do mercado. Uns ganham se outros perdem. Não há forma de fazer que todos ganhem, simultaneamente”*.

No início dos anos de 1970, a questão ambiental já era um tema presente na ordem do dia, tanto nos debates científicos, como nos órgãos oficiais do governo. Em todo o mundo, a questão ambiental começava a se destacar como demanda urgente a ser enfrentada. Em junho de 1972, ocorreu a antológica Conferência de Estocolmo, com uma delegação de 113 países, que objetivavam aprofundar a discussão sobre a preservação do meio ambiente e as possibilidades para a melhoria do ambiente humano.

Essa conferência resultou numa declaração que tematizou os principais problemas ambientais, como a industrialização, a explosão demográfica e o crescimento urbano. *O reconhecimento do direito a um meio ambiente saudável e o dever de protegê-lo e melhorá-lo para as gerações futuras*²⁰ saiu do arcabouço desta reunião. De acordo com Foladori (2001:117),

o espírito geral da declaração partia da idéia de que, com tecnologias limpas nos países desenvolvidos e transferência de recursos financeiros e técnicos para o Terceiro Mundo, junto com políticas de controle da população, poderiam ser solucionados os problemas. De qualquer forma, vislumbram-se contradições entre os países ricos, que pretendiam controlar a produção e a explosão demográfica, e os pobres, que viam a necessidade de desenvolvimento.

A “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano”, em Estocolmo, levou a UNESCO, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, a criarem, no ano de 1975, o Programa Internacional de Educação Ambiental. A Recomendação nº96, desta conferência, reconheceu a Educação Ambiental como elemento estratégico e crítico para o enfrentamento da crise ambiental e, também, serviu de base para promover a I Conferência sobre Educação Ambiental em 1977, em Tibilisi (URSS), momento em que foram definidas estratégias para nortear e difundir a Educação Ambiental no mundo inteiro. Em Tibilisi, foi referendada a necessidade de incorporar todos os aspectos ambientais, como o político, o social, o cultural, a dimensão ética e ecológica para a promoção do desenvolvimento ambiental.

²⁰ A Conferência de Estocolmo é reconhecida por ter se constituído um marco internacional de explicitação quanto aos recursos ambientais. No entanto, a preocupação com o meio ambiente é antiga. Há mais de cem anos atrás, Marx chamava atenção para esse problema. “*Do ponto de vista de uma formação econômico-social superior, a propriedade privada do planeta nas mãos de indivíduos isolados parecerá tão absurda como a propriedade privada de um homem nas mãos de outro. Nem sequer toda a sociedade, uma nação, mais ainda, todas as sociedades contemporâneas juntas são proprietárias da Terra. Somente são seus possuidores, seus usufrutuários, e devem melhorá-la, como boni patres famílias, para a geração futuras*”. (Cf: Foladori, 1997:145)

Ainda na década de 1970, foi produzido um importante documento: a Declaração de Cocoyok de 1974, que foi resultado da reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas). Este documento sinaliza para a possibilidade da redução do consumo, bem como dos elevados índices de poluição nos países centrais.

A Fundação Dag-hammerskjöld reuniu pesquisadores(as) de 48 países e publicou, em 1975, um relatório sobre a degradação do meio ambiente. A degradação é entendida, neste documento, como resultante do desenvolvimento ilimitado. Diante das considerações contidas, neste documento, tornou-se imprescindível pensar o político, o econômico-social e a cultura como elementos ambientais que, também, sofrem degradações.

No Relatório de Dag-hammerskjöld são indicados como problemas ambientais o autoritarismo, o extermínio de etnias e a desvalorização da cultura. Os dois documentos (Declaração de Cocoyok e o relatório) fazem uma crítica, contundente, ao desenvolvimento hegemônico, propondo, inclusive, mudanças estruturais no campo, como por exemplo, o controle dos produtores rurais sobre os meios de produção (Vegas, 2002).

Enquanto relatórios, acordos, protocolos eram criados, no marco destas históricas conferências, a população do mundo inteiro e o planeta sofriam com os efeitos catastróficos da degradação do meio ambiente natural e construído: os países de economia periférica aumentaram o seu endividamento financeiro com as agências internacionais (FMI, BID, Banco Mundial); as taxas de desemprego aumentaram praticamente em quase todos os países do mundo; a fome cresceu nos países do Sul, na África e Ásia; o agravamento da pobreza tornou-se irreversível; o problema da escassez de água aparecia em várias partes do globo terrestre; o chamado efeito estufa aumentava excessivamente o aquecimento do planeta; a população mundial produzia bilhões de toneladas de lixo provocado pelo consumo excessivo; o descuido com o humano e com o meio ambiente produziu acidentes como o de Chernobil; o acidente com o Césio-137 em Goiás.

Esses dados revelam que o ambiente tornou-se intensamente insustentável e desumano.

Para a manutenção de um tipo de sociedade e de desenvolvimento, cada vez, mais consumista se fazia necessário construir uma proposta eficaz para assegurar o crescimento econômico, de forma menos destrutiva para o meio ambiente, um desenvolvimento ecologicamente sustentável.

A urgência para encontrar soluções para os graves problemas ambientais e as pressões dos movimentos ambientalistas para o enfrentamento da questão ambiental impulsionaram a ONU a criar, no ano de 1984, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (CMMAD), com o objetivo de avaliar as agressões ambientais e os possíveis progressos alcançados na resolução destes problemas. Depois de três anos de intenso trabalho, a referida comissão produziu um relatório que propunha uma estratégia de desenvolvimento sustentável menos radical, se contrapondo, desse modo, às propostas da vertente que difundiu uma concepção de ecologia, digamos assim, mais democrática e menos mercadológica.

O *Relatório Burtland*, também conhecido como “*Nosso futuro Comum*”, envolto ao projeto neoliberal, lançou a proposta e o conceito do Desenvolvimento Sustentável como um “*processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras*”, confluindo assim, a produção no contexto da acumulação do capital, com o caráter da preservação, do crescimento econômico com “limites”. É imperativo ressaltar que a orientação dada ao desenvolvimento, contida neste relatório, segue a política neoliberal e a defesa da “globalização”. A proposta do Desenvolvimento Sustentável foi forjada no transformismo²¹, comumente usado pela classe dominante.

²¹ Transformismo: categoria Gramsciana que assinala a capacidade que tem as classes dominantes de se apropriarem das reivindicações, categorias e expressões identificadas historicamente com a classe trabalhadora, dando uma direção social conforme os interesses dominantes. No caso do Desenvolvimento Sustentável, embora não seja um conceito identificado com a classe trabalhadora, o discurso crítico do ambientalismo que mostrava a contradição entre crescimento econômico e preservação ambiental fora substituído por um conceito de “ecologização do mercado”.

Apesar do *Relatório Burtland* identificar um fosso social enorme entre os países; de relatar que a dívida dos países periféricos agravava, ainda mais, os seus problemas ambientais e que as estratégias de desenvolvimento dos países centrais são insustentáveis para o meio ambiente; a comissão propõe uma política de consenso com saídas diplomáticas e sem eficácia prática para o enfrentamento da pobreza nos países de economia periférica. A proposta se resume numa carta de boas intenções e na promessa quanto ao empenho das Nações Unidas para melhorar a qualidade de vida no planeta.

A partir desta nova concepção acerca do Desenvolvimento Sustentável, proposto pelo *Relatório Burtland*, foi decidido na XLIV Seção da Assembléia Geral das Nações Unidas, através da resolução 44/228, que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento aconteceria no Rio de Janeiro em Junho de 1992²². A resolução, também, indicava os principais aspectos que deveriam ser discutidos nesta Conferência: proteção da atmosfera; proteção da qualidade da água doce; proteção das áreas oceânicas e marítimas; combate ao desmatamento, desertificação e seca; conservação da diversidade biológica; controle de dejetos, principalmente químicos e tóxicos; erradicação da pobreza e melhorias da qualidade de vida e de trabalho no campo e na cidade; proteção das condições de saúde, dentre outros.

Na Rio-92 foram reunidos 114 Chefes de Estados; 170 Delegações Oficiais; representantes do FMI e do Banco Mundial e mais de 3000 ONG's²³ com o objetivo de discutir e analisar a Questão Ambiental e o "modelo" de Desenvolvimento em curso. Além de acordos entre os países, foram aprovados, durante esta conferência, dois importantes documentos: a Carta da Terra e a Agenda 21.

A Declaração do Rio, conhecida, também, como Carta da Terra, é um belíssimo texto que versa sobre os anseios, desejos e vontades de todos os povos

²² Esta conferência ficou conhecida como "Rio-92".

²³ Enquanto os representantes oficiais se reuniam no espaço principal da cúpula, "as ONG's e os movimentos sociais cumpriam uma movimentada agenda nos estandes armados na praia do Flamengo, estabelecendo uma nova base de articulação mundial. Destas reuniões, resultaram dezenas de declarações de compromisso e tratados entre as ONG's e movimentos sociais de todo o mundo" (Cf: www.ongbrasil.org.br).

do mundo, colocando na centralidade da discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável, o ser humano, além de consagrar o direito dos países pobres ao desenvolvimento. É sem dúvida um incentivo à paz, à cooperação e à participação. Trata-se, na verdade, de um tratado para o presente e para as gerações futuras. A Agenda 21 é o chamado produto central da conferência,

“trata-se de documento político com compromissos assumidos pelos Estados, traduzidos em ações concretas, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Será uma espécie de guia da cooperação internacional para as próximas décadas, pois as ações que estiverem nela contempladas terão melhores condições de receber cooperação internacional para a sua realização²⁴”.

A Conferência do Rio de Janeiro marcou, historicamente, o debate acerca dos problemas ambientais pelo fato de incluir na agenda política de discussão sobre o meio ambiente, o problema da fome, as disparidades econômicas e sociais entre os Países do Norte e do Sul; a dívida externa dos países pobres e dos Estados em Desenvolvimento.

Realizada num caleidoscópio multi-racial, multi-cultural, de etnias, crenças, ideologias e interesses distintos, tinha de tudo: dos “ecochatos” às organizações comprometidas com a degradação humana e ecológica; das propostas que sinalizavam para erradicação da pobreza ao jogo de improbidades das forças políticas hegemônicas para a manutenção e funcionamento do mercado.

Das várias sessões de debates, ocorridas durante a Rio-92, merecem destaque dois acontecimentos: a recusa dos EUA (representado pelo ex-presidente George Bush) em assinar o acordo que obriga os países a reduzirem em 20% a emissão de gases poluentes e o momento da discussão sobre Diversidade Biológica, em que alguns países ricos, liderados pelos EUA, lançaram a proposta de que a Diversidade Biológica de um país fosse “patrimônio comum

²⁴ Cf: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Relatório da Delegação Brasileira. Brasília, 1993.

da humanidade”. Tal proposta causou uma divisão, visto que alguns países defendiam a soberania do seu território, entre eles o Brasil²⁵.

Entre os interstícios das conferências governamentais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, emerge uma série de questionamentos a respeito da validade, e, sobretudo, da efetividade das propostas lançadas no bojo dessas conferências, que, se encaminhadas serviriam apenas para aliviar a degradação sócio-ambiental. Isso porque, as propostas e estratégias utilizadas, na elaboração da Agenda 21, são pontuais, estanques, paliativas e imediatas, além de se adequarem à manutenção da hegemonia capitalista. São estratégias que se moldam às questões minimalistas de valorização do mercado tais como, o apelo à solidariedade cidadã, o empoderamento meramente subjetivo dos segmentos subalternos e da fragmentação dos territórios.

O discurso do desenvolvimento local sustentável, mesmo observada todas as potencialidades e diversidades do território, não só sucumbe diante das ameaças exógenas do ciclo destrutivo do sistema capitalista, que atinge diretamente a vida social de cada indivíduo, como pode colapsar qualquer tentativa de superação desta ordem. Para Marx (1996:52),

uma formação social nunca aparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir²⁶.

²⁵ Sem tirar o mérito da Conferência, a relevância e contribuição histórica para a discussão da questão ambiental e da construção de possibilidades para um mundo realmente sustentável, é importante ressaltar que houve, também, na Rio-92 propostas absurdas de internacionalização da biodiversidade em nome do mercado consumidor. Na sessão que tratava da erradicação da pobreza não vimos, por exemplo, a construção de um protocolo com objetivo de colocar um fim na dívida externa dos países periféricos.

²⁶ Cf. Marx, Karl. A crítica da economia Política (1996:52).

É inegável, porém, os esforços e iniciativas que estão sendo produzidos pelos movimentos ambientalistas, pelos setores políticos das esquerdas, movimentos sociais e ONG's, para viabilizar alternativas para a preservação do meio ambiente. São resultados positivos que diminuem um pouco a perversa estatística de crimes ambientais. No entanto, essas iniciativas se revelam insuficientes, no enfrentamento da desigualdade social, da fome e do desemprego, que apresentam determinações estruturais.

Não há mudanças estruturais no escopo das “alternativas ambientais” que permita, por exemplo, equacionar a distribuição de riquezas entre os países centrais e países periféricos, ao contrário, agigantou-se o fosso econômico, político e social que separa esses países.

O Desenvolvimento Sustentável não foi criado pelo sistema capitalista, como estratégia para a manutenção de sua hegemonia, ele foi apropriado para servir a este fim, com todos os seus nuances, possibilidades e formas inventivas que possibilita a obtenção do lucro sem desperdício da matéria-prima. A estratégia da “sustentabilidade” se transformou num discurso ideológico utilizado, política e economicamente de modo funcional ao desenvolvimento do capital, mesmo quando se volta para amplos segmentos das classes subalternas, estimulando-os à efetivação do desenvolvimento local.

Mais de quatro décadas após as conferências internacionais em torno da questão ambiental são possíveis os seguintes questionamentos: como tem sido implementada a Agenda 21? Quais as mudanças substanciais alcançadas para melhoria da qualidade de vida material nos países periféricos? O que mudou no continente africano? Houve empenho dos países desenvolvidos para a erradicação da pobreza? Os direitos humanos foram ampliados para promoção do desenvolvimento humano? Estas e outras perguntas sobre a (in)sustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável serão trabalhadas no item seguinte.

1.3 – A (in)sustentabilidade Ambiental na sociabilidade do capital

As propostas reformistas concentradas no ideário do Desenvolvimento Sustentável ao invés de possibilitar um avanço real nas conquistas sobre a preservação do meio ambiente e desaceleração do processo de degradação ambiental em todas as suas dimensões, acabam por possibilitar proposições que sinalizam muito mais para a re-organização do sistema produtivo do que a emancipação efetiva dos indivíduos, se configurando, independente da vontade e do empenho de muitos sujeitos individuais e coletivos, numa sustentação ecológica da sociabilidade do capital.

Mesmo após intensos debates acerca da degradação ambiental verificados no mundo inteiro; das iniciativas políticas dos movimentos ambientalistas; da promoção pelas agências multilaterais do discurso sustentável, principalmente nos países periféricos, constatamos que nada mudou do ponto de vista da melhoria nas condições materiais de vida da população que vive na periferia da mundialização do capital. Para o entendimento da noção de insustentabilidade sócio-ambiental, nesta sociabilidade, será necessário retomar a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável no cerne das conferências ambientais.

Em 1992 ocorria a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. São onze anos que nos separa daquele momento histórico e as indagações feitas anteriormente sobre as possíveis mudanças que ocorreriam com a efetivação da Agenda 21 - documento máximo desta conferência e plano estratégico e efetivo do Desenvolvimento Sustentável.

São dúvidas elementares que podem ser respondidas através da complexidade que a realidade expõe quanto à situação dos países pobres que estão cada vez mais pobres; da destruição das florestas tropicais em mais de 2,5% só nos anos 90; através da pauperização crescente de milhões de pessoas no mundo inteiro. A resposta para saber se houve empenho e concretude das ações contidas na Agenda 21 para um ambiente mais “limpo”, sustentado e humano é necessariamente histórica e objetiva.

Apesar de importantes iniciativas, tais como: as estratégias preservacionistas; as micro-ações cotidianas; os esforços para implementação da Agenda 21 em nível Local; os protocolos e acordos firmados; o trabalho das ONG's e de alguns segmentos coletivos, não surtiram o efeito desejado, no que confere ao combate à pobreza; à mudança no padrão de consumo; à proteção e promoção da saúde humana; do comprometimento dos países ricos em doar 0,7% do PIB para ajudar no desenvolvimento dos países pobres.

Transcorridos onze anos, passamos do simulacro “do muito ter sido feito”, para o real e o que a história nos mostra, algo que o projeto capitalista foi capaz de realizar ao longo do seu intenso processo produtivo: uma degradação sócio-ambiental continuada e a decrepitude dos valores éticos e morais do ser humano.

É imperativo registrar que não houve imobilismo ou falta de iniciativa política no enfrentamento dos problemas sócio-ambientais, mas mudanças no alvo a ser atingido. A reprodução do capital que de fato é o maior responsável pelos impactos que o meio ambiente vem sofrendo, tornou-se a partir do conceito e do discurso do Desenvolvimento Sustentável algo conciliável com a preservação do patrimônio comum da humanidade: a natureza.

O que subordinou, fragmentou e destruiu a natureza, apresentou-se como um caminho conciliador entre a economia, o equilíbrio ecológico e melhoria das condições de vida da população mundial. Sabe-se hoje que os efeitos danosos da mundialização do capital instituídos em todas as dimensões da vida social contribuíram, também, para intensificar a degradação do meio ambiente no decorrer dos anos 90, agravando, assim, os problemas sócio-ambientais discutidos na Rio-92.

Pela via do neoliberalismo e pela “globalização”, temos o advento de novas iniciativas com o objetivo de gerar investimentos, suprir e ampliar o mercado que se torna mais competitivo, com um Estado fortalecido para atender aos interesses das corporações transnacionais e das agências multilaterais e um novo ethos social, construído da mundialização capitalista. Formou-se um ethos perverso,

individualista, fragmentado e que vê, ainda, a natureza como mais uma ferramenta a ser manipulada, subjugada, coisificada, mercadorizada.

Segundo dados do Fundo Mundial da Natureza (WWF), divulgados no “Relatório Planeta Vivo 2002”, o ser humano está usando 20% a mais dos recursos naturais do que o planeta é capaz de repor. A implicação disso é que, possivelmente, em 2050, estaremos consumindo o dobro da capacidade dos recursos provenientes da terra. A exploração da natureza pelo modelo de desenvolvimento hegemônico passou do limite que o planeta pode suportar, de acordo com o citado relatório.

O retrocesso no âmbito da questão ambiental foi geral, tanto no que confere à dimensão ecológica, quanto nas outras dimensões da vida social. A poluição atmosférica causa mais de três milhões de mortes por ano no mundo; as emissões do gás carbono aumentaram, consideravelmente, nos anos de 1990, talvez pelo fato dos países industrializados estarem motivados com a campanha dos EUA contra o Protocolo de Kioto²⁷.

Estamos diante de um fato que vai marcar profundamente as próximas décadas. Trata-se do fato de que a produção de alimentos que nunca foi capaz de saciar a fome (em virtude dos interesses econômicos-políticos da burguesia) corre o risco de ser diminuída nos próximos anos. Estudos recentes da ONU colocam a questão do aquecimento global numa relação direta com a produção de alimentos, *“os países mais pobres serão os mais afetados, pois poderão perder seus potenciais de produção em razão das mudanças climáticas”²⁸*.

Os acordos multilaterais sobre Meio Ambiente no que se referem ao combate à pobreza, à transferência de tecnologia e da redução dos níveis de poluição nos países centrais foram completamente ignorados, pois a resolução destes problemas remete necessariamente, à extinção do modelo de desenvolvimento predatório hegemônico. A Conferência de Johannesburgo,

⁴ Acordo internacional para a redução dos gases que contribuem para o efeito estufa. Na Cúpula de Johannesburgo a China e a Rússia ratificaram o protocolo, o Canadá ficou só na promessa e os EUA permaneceram na sua empáfia.

²⁸ Informações no site: wwf.org.br

intitulada de Rio+10, foi uma tentativa de validar o que tinha sido discutido e acordado na Rio-92, se constituindo em mais uma busca das Nações Unidas em (re)estabelecer metas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável.

A maioria das ONG's presentes em Johannesburgo criticou o Plano de Ação Global construídos na Rio+10, pois não fixava metas ou avanços fundamentais sobre o desenvolvimento dos países pobres, como a questão da dívida externa; a transferência de recursos e de tecnologia; dos subsídios para a exportação agrícola etc.

De acordo com Andrew Hewett da ONG inglesa Oxfam, o encontro foi “o triunfo da ganância e do interesse pessoal, uma tragédia para os pobres e para o meio ambiente²⁹”. Como exemplo disso, podemos citar os debates acerca da energia que se constituíram um ponto de impasse da conferência. Como já era de se esperar, os EUA como maior consumidor de petróleo do mundo, tratou de derrubar as iniciativas que ampliaria as fontes renováveis de energia, como a solar e a eólica³⁰, descartando qualquer mudança mais radical no uso dos combustíveis fósseis.

Outros impasses ocorridos durante a conferência, tais como a falta de iniciativas concretas voltadas para o desenvolvimento dos países periféricos e o descumprimento dos acordos firmados anteriormente nas antológicas conferências sobre Meio Ambiente são questões que revelam a insuficiência da proposta de desenvolvimento sustentável neste momento histórico.

A lógica societária descamba para um mundo, cada vez mais, degradado, pauperizado, estranhado, espoliado, no qual a liberdade humana é solapada pelos acordos ambientais subservientes às regras do jogo da ordem vigente, das regras da OMC, FMI, do Banco Mundial e do unilateralismo americano.

²⁹Cf: <http://globonews.globo.com/componentes/articles>

³⁰ Com o uso sistemático e predatório dos combustíveis fósseis o uso de energia renovável é imprescindível para a produção viável e sustentável de energia. Alguns especialistas afirmam que se existirem pesquisas e investimentos a participação do consumo destas energias aumentará em 20%, podendo, ainda reduzir as emissões de dióxido de carbono em mais de um bilhão de toneladas por ano (Burnie:1999).

A Rio+10 aconteceu num clima tenso de uma nova guerra: a guerra “preventiva” de Bush. Os acontecimentos do 11 de Setembro nos EUA respingaram no mundo inteiro. Em nome da “guerra contra o terror”, direitos políticos, civis e sociais foram cerceados em quase todos os continentes. O etnicismo, o racismo, a xenofobia e o genocídio são símbolos desta nova guerra nociva ao gênero humano e ao planeta. Tudo isso acontece num cenário caótico mediante a crise do Oriente Médio; ao controle americano do Afeganistão e do Iraque; a redução brutal da qualidade material e subjetiva de vida da população.

Acordos comerciais internacionais, como o NAFTA, a OMC e o projeto estratégico de ordem política, econômica e militar para as Américas – ALCA e o Plano Colômbia, são indiscutivelmente destrutivos para o meio ambiente. São, na maioria das vezes, instrumentos para anexar, regular e aumentar a dependência dos países periféricos e em desenvolvimento. Estes acordos multilaterais mercantilizam a natureza, promovem o genocídio de etnias; segregam os povos ameríndios; põem em risco a segurança alimentar da população mundial; criam barreiras comerciais; definem regras que impedem a autonomia dos países do Sul.

São metas de um desenvolvimento que compromete o direito às necessidades básicas da população: o direito de comer e beber água potável; o direito à saúde; educação; ao saneamento. Compromete o direito à liberdade de orientação sexual, etnia, gênero e, coloca em xeque, a possibilidade da efetivação dos direitos humanos e coletivos.

Desta forma, a incompatibilidade entre o atual padrão de produção e consumo e o Desenvolvimento Sustentável é visível. Somente após uma década de frustração, temos clareza de que a trilha percorrida para a sustentabilidade ambiental fracassou, se perdeu no processo de ideologização do discurso do Desenvolvimento Sustentável globalizado e na sua artificialidade quanto à possibilidade de garantir a preservação ambiental, a equidade, a justiça e os direitos para homens e mulheres do presente e para as gerações futuras. Este fracasso não está somente assentado na ação predatória dos indivíduos em suas

vidas cotidianas, mas ancorado ao mercado mundializado e nos seus instrumentos eficazes de produção e reprodução da ordem vigente.

O discurso ideológico do Desenvolvimento Sustentável que propõe a *“satisfação das necessidades da população sem comprometer a capacidade de atender às gerações futuras”* foi devorado pelo consumismo voraz, notadamente nos países centrais. Hoje estamos além da capacidade de recursos que a biosfera pode prover. As promessas de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento dos países periféricos, propagadas nos fóruns internacionais, não têm condições objetivas de efetividade frente aos interesses do capital em sua ação mundializada.

É urgente a unificação das lutas em torno da construção de propostas alternativas anticapitalistas. Os movimentos ecológicos e ambientais por si só, não apresentam mudanças significativas para o meio ambiente, uma vez que não explicitam a necessidade das transformações na estrutura complexa da sociedade, diante da produção em larga escala da escassez, da desigualdade social e da insustentabilidade ambiental. É o caso do Desenvolvimento Sustentável Local.

Desse modo, fervilham propostas localistas, estratégias desenvolvidas na agenda das micro-ações. Há uma reafirmação dos lugares como sede de resistência à perversidade do capital mundializado. A retomada dos territórios, juntamente com a (re) construção das territorialidades pelas classes subalternas, se abre como uma perspectiva possível de se contrapor a esse momento histórico, pela via do local, do regional, explorando os seus recursos e potencialidades humanas e materiais. No entanto, nos deparamos com a não objetivação dessas propostas. O fracasso da proposta de Desenvolvimento Sustentável se mostra visível no espaço urbano. A sustentabilidade local não conseguiu reverter à crise estrutural urbana, que se acentua nos últimos anos.

Faz-se mister analisar as indicações trabalhadas acerca do desenvolvimento sustentável, a partir da realidade de Mãe Luiza, fazendo o resgate sócio-histórico do bairro e (re)desenhando a partir das territorialidade

vividas pelos moradores(as) em sua vida cotidiana. O objetivo principal, desta pesquisa, consiste em apreender e analisar as possibilidades, os limites e desafios da efetivação do Desenvolvimento Sustentável Local através das práticas sócio-ambientais dos(as) sujeitos em Mãe Luiza, identificando a direção que assume essas práticas de resistência, suas ambigüidades e perspectivas.

Capítulo II – O ambiente urbano e a organização do território: da gênese da cidade do Natal aos problemas sócio-ambientais do bairro de Mãe Luiza

“Areias e pedras se encaixam na praia do forte, o rio é tão grande e é norte estrela dos mares, coqueiral nas palhas a luz de uma lua e o farol, Mãe Luiza uma luz que é tão sua...” (Pedro Mendes)

A cidade, produto do espaço urbano, é construída historicamente pela ação dos indivíduos sociais que atribuem diferentes finalidades para o uso da terra, na sua organização espacial, num processo de transformação dinâmica que acompanha o desenvolvimento das sociedades.

Como vimos no capítulo anterior, o desenvolvimento das cidades se objetiva de acordo com o projeto societário dominante que tem, no momento contemporâneo, se agravado, tendo em vista o processo de mundialização do capital que incide diretamente no acirramento da questão sócio-ambiental. Para a compreensão dos fenômenos naturais, sociais e culturais dispostos na realidade do bairro de Mãe Luiza, torna-se imperativo, neste segundo capítulo, apresentar a caracterização histórica da cidade que abriga o território pesquisado.

Neste sentido, foi necessário resgatar à gênese do processo de desenvolvimento do espaço urbano de Natal para capturar sua fragmentação sócio-espacial e, nessas condições, analisar o lócus privilegiado desta pesquisa: o bairro de Mãe Luiza. O objetivo é entender as implicações sócio-espaciais do seu território, bem como, as formas de uso e de apropriação do espaço, destacando a construção das territorialidades impressas na vida social dos indivíduos residentes no bairro.

Para apreender os aspectos constitutivos da questão urbana partimos do entendimento de que esta só pode ser compreendida no contexto da sociabilidade do capital, ou seja, trata-se de capturar as determinações da questão urbana, o

que implica compreendê-la para além de si mesma, no desenvolvimento da sociedade, no conjunto das relações sociais.

2.1 - Natal: o alvorecer da cidade do sol à desorganização sócio-espacial

Natal³¹ se localiza no extremo oriental do Estado do Rio Grande do Norte; limitada pelas coordenadas geográficas: 05° 47' 42" de latitude sul e 35° 12' 34" de longitude oeste. Situada a 30 metros de altitude, Natal se limita ao norte com o município de Extremoz, ao sul com o município de Parnamirim, ao leste com o Oceano Atlântico e ao oeste com o município de São Gonçalo do Amarante.

Os municípios que fazem fronteiras com Natal, juntamente com os municípios de Macaíba e Ceará-Mirim, integram a Região Metropolitana de Natal, criada através da Lei Complementar nº 152 em 16 de Janeiro de 1997³². A cidade do Natal expõe as suas singulares paisagens distribuídas nos seus 172 km² de extensão territorial, com seu relevo dunar, com cordões e recifes que enfeitam o mar, com seus terraços, várzeas, falésias e manguezais que brotam da região do estuário do Potengi, rio que banha com seus mananciais toda a cidade.

No que se refere à demografia, segundo dados censitários de 2000, a população natalense é de 709.538 habitantes. A cidade do Natal tem 35 bairros, divididos em quatro regiões administrativas: Norte, Sul, Leste e Oeste. Natal cresceu e ainda se desenvolve por seus atrativos ambientais e pelo forte apelo ao turismo. Slogan do tipo "Natal cidade do sol" ou "venha para Natal: o ar mais puro da América Latina" - encobre a face dura, não tão oculta da capital potiguar.

Em 1995, duzentos mil natalenses sobreviviam em favelas ou submoradias, segundo levantamento feito pelo IDEC (Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte). Essa é a base social dos "insustentáveis ambientais"

³¹ Mapa de Natal – anexo 1.

³² Lei de autoria da Deputada Estadual, pelo Partido dos Trabalhadores, Fátima Bezerra.

locais. Imersos na perversa lógica que une a pobreza à degradação ambiental (Lopes Júnior, 1997:95).

O processo de degradação ambiental em Natal vem se acentuando cada vez mais: é a contaminação dos lençóis subterrâneos; o assoreamento de rios e lagoas da cidade, provocado pelo desmatamento da vegetação; a devastação dos mangues em detrimento da construção de viveiros de camarão; a contaminação de praias; a poluição visual e a condição aviltante em que vivem os excluídos da cidade formal.

No entanto, para entendermos como esses problemas ambientais se acumularam e se complexificaram no espaço urbano natalense e a forma como se processou a ocupação deste espaço, a apropriação territorial e o seu desenvolvimento, torna-se necessário recorrer ao passado para capturar o presente numa perspectiva histórica. Diz o poeta *“que a história é um carro alegre que atropela indiferente todo aquele que a negue”*³³. Para não correr o risco de sermos atropelados(as) pela história, situaremos, ainda que de forma bastante sintética, aspectos do processo de formação sócio-histórica do espaço urbano da cidade do Natal. Sobre isto, Santos (1998:46) argumenta:

compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia e da “esfera política”³⁴ em nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos.

O período das grandes navegações (expansão marítima) e a fase que conhecemos por Mercantilismo que, “uniu” as monarquias européias e a burguesia em prol dos interesses comerciais, provocou profundas transformações na história. O mundo se voltou para atender as novas demandas impostas pela

³³ Canción por la unidad latinoamericana de Pablo Milanês, versão de Chico Buarque de Holanda.

³⁴ Grifo meu.

interdependência das economias entre as metrópoles e as colônias, num processo de ação destrutiva de territórios, países, etnias e culturas das colônias subjugadas às metrópoles européias.

Assim, a conquista e colonização do Norte e de parte do Nordeste brasileiro têm seu início no período que compreende a dominação espanhola no Brasil (1580-1640), da anexação de Portugal à Espanha, e, conseqüentemente, com a aclamação de Felipe II como rei de Portugal. Neste período, os franceses já habitavam o litoral do Rio Grande e gozavam de um certo apoio dos índios que habitavam o local. Felipe II, além de perceber a situação de abandono das referidas regiões, sabia do perigo que representavam os franceses que já se encontravam fixados no Estado.

A determinação de expulsar os invasores franceses e a construção de uma fortaleza para proteger a importante região estratégica dos invasores, bem como a ordem para se construir uma cidade com o objetivo de demarcar a posse definitiva do Rio Grande, vieram através de duas Cartas Régias. A primeira, datada em 09 de Novembro de 1596 e a outra em 15 de Março de 1597. Desse modo, por ordem do Governador-geral do Brasil, D. Francisco de Souza, o Capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, organizou uma esquadra que seguiu pelo mar e outras tropas seguiram por terra, liderada por Feliciano Coelho, Capitão-mor da Paraíba.

No dia 25 de Dezembro de 1597 a esquadra adentra o rio Potengi, dando início ao processo de conquista e colonização do Rio Grande. Obedecendo a ordem de Felipe II, foi construída a fortaleza dos Reis Magos. A planta da fortaleza foi elaborada pelo padre jesuíta Gaspar de Samperes e sua construção teve início no dia 06 de Janeiro de 1598, sendo finalizada cinco meses depois no mesmo ano. A primeira fortaleza foi construída em madeira e demolida em 1614.

O engenheiro-mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, fez algumas modificações na planta original e a construção definitiva da Fortaleza dos Reis Magos foi concluída somente em 1628. Nesta ocasião, Mascarenhas Homem ordenou que fossem construídas algumas casas para abrigar os oficiais que

faziam parte da esquadra que tentou conquistar o Rio Grande, e, aos poucos, foi se formando um povoado, chamado de Santos Reis. De acordo com Câmara Cascudo(1980), este povoado não tinha nenhuma relação com a cidade que seria fundada a meia légua da fortaleza.

A posse definitiva do Rio Grande que passou a ser chamado Rio Grande do Norte, por ter outro Rio Grande, localizado no Sul do país, só foi possível, mediante um acordo de paz entre portugueses e potiguares, solenemente celebrado no dia 11 de Junho de 1599, na Paraíba. De acordo com o historiador Varnhagen (1959), o lugar escolhido para fundar a vila, e, que na verdade, já era uma cidade, foi chamado de Natal em virtude do dia em que foi construída a Igreja Matriz, no dia 25 de dezembro de 1559, o que seria, também, o ano de sua fundação.

Para Câmara Cascudo (1980), diferentemente de outras povoações que foram inicialmente vila, Natal já nasceu cidade, mas, na realidade, ainda não existia, pois não havia ruas, população, casas. Assim, Natal foi crescendo lentamente. Registra-se que após quinze anos de sua fundação só existiam doze casas pertencentes às famílias influentes da época. De acordo com Cascudo (1980), o período que compreende o ano de sua fundação até 1633 foram tempos lentos, difíceis e de muita pobreza.

O interesse da coroa na fundação da cidade era simplesmente militar. Pelo seu recorte geográfico, a cidade era considerada um ponto estratégico para a defesa do território brasileiro, e, de certa forma, vulnerável à pirataria e às invasões, portanto, o interesse primeiro do Rei Felipe II, não era o desenvolvimento de Natal.

A cidade, sem pressa de crescer, sentiu retardar, ainda mais, o seu desenvolvimento, quando foi invadida pelos holandeses, que deixaram um rastro de destruição em Natal, pois parte do patrimônio histórico foi aniquilado. A ocupação holandesa durou 21 anos, tendo início em 1633 até 1654. Diferente do que ocorreu em Recife e Olinda, lugares já dominados e administrados pela Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, que fez de Pernambuco o maior

produtor de açúcar do mundo; os holandeses não propiciaram à cidade do Natal as benesses arquitetônicas, paisagísticas, artísticas e culturais que implementaram nas duas cidades pernambucanas.

Ao contrário, Natal tornou-se palco de intensas lutas entre portugueses, holandeses e índios, fato este que dispersava cada vez mais, a escassa população natalense. Neste período, Natal foi utilizada, somente, como grande fornecedora de gado para as regiões sob domínio holandês. O açúcar, principal produto brasileiro para exportação, era produzido apenas em dois engenhos nas terras potiguares: em Cunhaú e no Ferreiro Torto.

Com a decadência do sistema colonial no Brasil no século XIX, as transformações econômicas, políticas e sociais que se desencadearam, neste período, incidiram diretamente no desenvolvimento das cidades brasileiras. Em relação às outras cidades do país que se desenvolviam rapidamente, Natal não sofreu, no espaço urbano, mudanças significativas, entretanto, com a prosperidade do comércio local (ainda que de forma lenta) e a criação do cais do porto, surge o primeiro bairro de Natal: a Ribeira.

- **Breves considerações sobre a urbanização de Natal**

No final do século XIX, na transição para o século XX, Natal tinha pouco mais de vinte mil habitantes, concentrando-se, principalmente, entre os bairros da Ribeira, Cidade Alta, Passo da Pátria, Baldo, Rocas e Refoles (hoje com o nome de Alecrim) e Quintas. A Cidade Alta tinha uma praça, três igrejas, o palácio, a câmara e a prisão. A Ribeira considerada a cidade baixa era onde residiam os comerciantes locais. Impulsionado pelas transformações conjunturais, que impunha o arquétipo “ideal” de como encaminhar o planejamento urbano foi criado, em 1901, pelo arquiteto Antônio Polidrelli, o primeiro plano urbanístico de Natal, dando início ao projeto Cidade Nova que compreendia o bairro de Petrópolis e Tirol.

Com o processo de industrialização, em curso em nível internacional e nacional, a cidade do Natal começava, também, a se industrializar. Diante disso, emergem as demandas referentes à implementação do planejamento citadino como estratégia para atender as exigências que o processo de industrialização trazia. Desse modo, outro plano arquitetônico para a cidade começava a ser posto em prática.

Tratava-se do Plano de Sistematização da Cidade do Natal, planejado pelo arquiteto Giocondo Palumbo, no final da década de 1920. Este plano, além de ter sido elaborado para acompanhar as transformações impostas pelo processo de industrialização, tinha um objetivo explícito de aproveitar melhor os espaços considerados privilegiados para aglutinar as necessidades da elite local, a exemplo, da promoção do desenvolvimento da orla marítima.

Em 1940, a cidade entra no cenário mundial por ocasião da II Guerra Mundial, sendo escolhida, por motivo estratégico militar, para abrigar tropas norte-americanas. Neste período, a capital do Rio Grande do Norte recebeu o nome de Trampolim da Vitória. A partir deste acontecimento, a urbanização de Natal foi acelerada. São “criados” novos bairros e abertas extensas avenidas. Registra-se, neste período, um intenso crescimento populacional, que resultou, entre outros problemas, no início do processo de favelização.

Os anos entre 1933 e 1955 anunciaram uma nova fase na economia brasileira. O avanço da industrialização delineou o processo de acumulação capitalista e a ênfase no desenvolvimento industrial expande-se no setor agrícola, através da maquinaria, indústria de tratores, insumos, fertilizantes, agrotóxicos, dentre outras iniciativas. A ampliação deste setor se deu através de incentivos e de políticas agrícolas governamentais, voltadas para alavancar a industrialização do campo. Os efeitos causados, pela forma como foi realizada esta industrialização na agricultura, foram danosos, do ponto de vista social e econômico, para os pequenos produtores, para as classes trabalhadoras que vivem no campo e para o meio ambiente.

O êxodo rural que provocou o aumento da população e, conseqüentemente, um desordenamento espacial em várias cidades brasileiras, inclusive em Natal, é conseqüência, dentre outros aspectos, deste desenvolvimento capitalista no meio rural. Na região Nordeste, além destas mudanças que acabaram por alijar os pequenos produtores do campo, devem ser considerados, também, os longos períodos de seca que assolavam a região. A população nordestina, sem emprego e fustigada pela seca, migrava para as áreas urbanas das cidades em busca da sobrevivência e com esperança em dias melhores.

Natal necessitava, de forma imediata e urgente, de uma (re)organização espacial para frear o crescimento desordenado da cidade. Sobre isto, Passos (1992:16) afirma:

a década de 60 é marcada por transformações aceleradas no visual da cidade, sem maiores preocupações com a disciplina e com o planejamento até que, em 1967, fosse elaborado o primeiro Plano Diretor da Cidade, o Plano Serete. Em 1974 é aprovada a Lei nº 3.175, com o intuito de barrar distorções então já totalmente visíveis na velocidade e caráter especulativo do crescimento urbano. Sua implementação, no entanto foi atropelada pelos interesses mais fortes de grupos econômicos, particularmente dos especuladores imobiliários.

No auspício dos Planos habitacionais do regime militar³⁵, Natal cresce desordenadamente. O caráter visível desse desordenamento é a segregação sócio-espacial que se configura como uma das faces do seu desenvolvimento urbano. Os recém-criados conjuntos habitacionais promoveram uma estratificação social na cidade, do tipo: os conjuntos da zona sul foram reservados para a classe média, enquanto que os conjuntos construídos na zona norte, num local extremamente afastado do centro da cidade e longe do local de trabalho, foram

³⁵ É importante chamar atenção aqui, para o surgimento do BNH – Banco nacional de Habitação que juntamente com o SFH – Sistema Financeiro de Habitação, criados pelo regime militar em 1964, ocasionou um (re)modelamento das cidades brasileiras com a construção dos conjuntos habitacionais e dos prédios residenciais, que significaram, entre outras coisas, a verticalização das cidades e o desordenamento sócio-espacial.

designados à população de baixa renda e aos(as) moradores(as) que vinham das favelas, fazendo da Zona Norte, uma espécie de cidade dormitório.

A expansão da cidade foi ocorrendo desordenadamente, mediante desigualdades sócio-ambientais e disparidades sócio-espaciais que foram intensificadas, através da especulação dos agentes imobiliários e, também, pela ineficiência da ação governamental que contribuiu para criar um espaço fragmentado e segregado.

A segregação é determinada pelas regras dispostas na distribuição social dos bens, como uma estratificação social que privilegia determinadas zonas, aumentando o valor de uso do solo e destinando, assim, bairros endereçados à elite; por outro lado, destina-se, à população de baixa renda, locais inóspitos, equivalentes ao seu poder de compra do espaço-produto. Eis, em linha gerais, a caracterização da estratificação urbana. De acordo com Castells (2000:249):

a distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida etc. Entendemos por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia.

E quem produz esta segregação? As classes dominantes são “produtoras” desta segregação, que pela ação dos promotores imobiliários, exercem o poder de escolha das melhores frações territoriais, ao limitar o uso destas áreas a quem pode pagar por ela, excluindo, assim, a maioria da população (Corrêa,1995).

Em Natal, as classes dominantes comumente praticam a auto-segregação, verificada, seja, na existência dos bairros nobres, privilegiados pela presença de frações da natureza, ainda existentes na cidade, como se observa em Ponta

Negra, no Alto da Candelária, Tirol, na Via Costeira e no entorno de Mãe Luiza; ou por meio da construção dos condomínios fechados, vigiados, atentamente, por seguranças particulares, com suas áreas de lazer e praças arborizadas, tomando para si, a natureza como propriedade privada e fazendo, destes lugares, um reduto “seguro e bem planejado” dos que podem pagar por isso.

Outra forma de segregação, promovida pelas classes dominantes, refere-se ao controle total de terras, quando utiliza o mecanismo da especulação imobiliária para direcionar e impor uma organização espacial para os outros grupos que não têm o “poder de escolha” do espaço que vão habitar. De acordo com Corrêa (1995:64),

a segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva. Este controle está diretamente vinculado à necessidade de se manter grupos sociais desempenhando papéis que lhe são atribuídos dentro da divisão social do trabalho, papéis que implicam em relações antagônicas de classe, papéis impostos pela classe que precisa controlar um grande segmento da sociedade, não apenas no presente, mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção.

Outro agente que tem sido responsável por promover esta segregação é o Estado que, no seu papel de organizar e regular o espaço, ao invés de promover políticas públicas para garantir melhorias nas condições sociais e ambientais do espaço citadino, acaba por criar condições favoráveis à manutenção desta segregação imposta aos segmentos populares. Isto é feito através das leis e normas que garantem o pleno funcionamento dos meios de reprodução do capital no espaço urbano. É este mesmo Estado, principalmente em sua instância municipal, que será alvo das reivindicações dos segmentos que resistem à força do capital e de seus instrumentos, estimuladores da desigualdade social que engendra a segregação dos espaços.

A atuação do Estado, como um dos propulsores da segregação espacial, pode ser identificada no caráter indexador do valor da terra que o Plano Diretor revela. Sobre isto, Costa (1993:21) analisa:

ao fixar altas densidades para determinadas zonas onde houve investimentos públicos em infra-estrutura, sem cobrar do proprietário uma contrapartida, o plano beneficia esse indivíduo, contribuindo para que esses imóveis sejam supervalorizados. Por si só, o Plano Diretor é mais um indexador do valor de terra. É bom lembrar que os investimentos públicos realizados em uma determinada zona são feitos com o dinheiro de todos.

Esta lógica perversa que une Estado e mercado ocasiona um acúmulo de problemas sócio-econômicos e ambientais que vem se agravando nos últimos anos na cidade do Natal: ecossistema das dunas degradado; saneamento precário; moradias inabitáveis; desordenamento sócio-espacial; ocupação das áreas de preservação ambiental; especulação imobiliária; contaminação do lençol subterrâneo, entre outros problemas. Diante dessas condições de insustentabilidade ambiental, as respostas do Estado têm se caracterizado por ações pontuais e descontínuas.

Os graves problemas sócio-ambientais da cidade do Natal que vem se acumulando desde a sua fundação, não impediram o desenvolvimento da atividade turística. Ao contrário, Natal, é um lugar de rara beleza natural e de intensas paisagens, motivos esses, suficientes para o empreendimento turístico local, que se constitui um dos grandes pilares da atividade econômica do Estado potiguar e de sua capital. A atenção com o meio ambiente fica secundarizada pela poderosa indústria hoteleira e suas negociações no espaço citadino.

É relevante tecer, aqui, breves comentários acerca do processo de desenvolvimento da atividade turística no Rio Grande do Norte, especificamente em Natal, por considerarmos o turismo um vetor importante que (re) definiu o espaço da cidade, criando, também, o mito da cidade paradisíaca, refúgio do sol e

do mar. O que a cidade tem de atrativo, em termos naturais, foi utilizado para obscurecer os problemas intrínsecos ao desenvolvimento urbano desordenado.

As atividades turísticas em Natal tiveram início, praticamente, com a viabilização, por parte da SUDENE, de vários programas voltados para o desenvolvimento da Região Nordeste. O turismo foi alçado, neste período, como política de desenvolvimento regional, pela qual se aproveitaria uma entre muitas outras coisas que o Nordeste tem de melhor: a faixa litorânea e suas singulares paisagens. Observadas as potencialidades turísticas do Rio Grande do Norte, houve uma série de financiamentos por parte da SUDENE para a promoção do turismo no Estado. A cidade do Natal se constituiu como principal pólo turístico potiguar com a implantação do Projeto Via Costeira³⁶. Do ponto de vista de Lopes Júnior (1997: 24),

foi essa ocupação desordenada e ditada pela lógica de privatização do Estado que implicou, a partir dos anos 80, na configuração local de uma nova dinâmica sócio-espacial. Nela, o consumo dos lugares e os lugares de consumo são as expressões de uma nova forma urbana, as urbanizações turísticas. A via Costeira é o principal marco da produção espacial da atividade turística em Natal. Ela não é apenas o lugar onde estão instalados os melhores hotéis da cidade, mas um dos principais referentes para a construção imagética de Natal como cidade do prazer.

Estes projetos, que tinham o objetivo de expandir a atividade turística local e aumentar a receita do Estado, contribuíram, também, no processo de degradação ambiental verificado nas dunas, praias, vegetação nativa e falésias. O modelo de turismo, predominante, na maioria das cidades do país é mais um dos

³⁶ O projeto fazia parte das políticas de Desenvolvimento do Nordeste para incentivar o turismo na região. A partir da implementação da Via Costeira instalar-se-ia uma rede de hotéis e comércio para dinamizar o turismo local. Para Lopes Júnior (2000:37) “nos momentos iniciais do projeto da Via Costeira, era clara a intenção de deslocar a população local. Se no governo Tarcísio Maia, conforme depoimento de um dos secretários de governo, o Projeto Via Costeira aparecia como a explicitação de uma ‘Copacabana local’, estava implícito que Mãe Luiza teria que dar lugar para os moradores de ‘alto poder aquisitivo’ para quem esse novo espaço urbano estava sendo pensado. Essa não era uma novidade. O governador biônico anterior, Cortez Pereira, já planejara retirar os moradores da área”.

paradoxos urbanos que merecem destaque. Em Natal, o Projeto Via Costeira imprimiu uma nova forma na dinâmica social e espacial da cidade, elegendo Ponta Negra como espaço privilegiado do turismo local e lócus fundamental para as práticas de especulação imobiliária.

O espaço urbano abriga diversos interesses, por isso, constitui-se palco central por onde se movem as classes sociais e o Estado em suas disputas hegemônicas. Desta forma, o desenvolvimento das forças produtivas que co-habitam num espaço tão heterogêneo, como a cidade, implica em mudanças de caráter macro em todos os âmbitos da vida social, como, também, implica mudanças subjetivas, observadas no cotidiano da população, através de suas condições de vida e de trabalho.

A mitificação criada pela indústria turística em torno da “cidade do Sol”, engloba mudanças comportamentais profundas, alicerçadas no padrão de consumo dos indivíduos que passam a incorporar as determinações do desenvolvimento capitalista com seus significados aparentes e mercadológicos, a exemplo do individualismo exacerbado, da competitividade, da disseminação de (des)valores³⁷ como elementos positivos, estranhamentos e perda de identidade e pertencimento em relação a cidade e suas possibilidades.

Natal vai crescendo de acordo com a polarização imposta pelo desenvolvimento das forças produtivas no espaço urbano, que, também, (re)cria as desigualdades sócio-espaciais. Na Zona Sul da capital potiguar, tem-se uma cidade paradisíaca, bela, encantada, margeada pelo mar, limpa, hospitaleira, convidativa, com seus shoppings, restaurantes, hotéis. Enfim, uma cidade bem cuidada que é atravessada pelas “cidades informais” que crescem velozmente e expõem os graves problemas urbanos: da ocupação indevida das áreas ambientais; do aumento da violência em seus territórios; da infra-estrutura que não

³⁷ Valor é “tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais; e pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de um determinado componente essencial” (Heller, 1989:04/05). Os componentes da essência humana são, para Marx: a objetivação pelo trabalho, a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. Para análise desses componentes Cf. Barroco(1996) e Tonet (2000).

funciona; da ineficiência do poder governamental no enfrentamento dos problemas cotidianos.

Os segmentos excluídos do desenvolvimento urbano natalense ocupam terrenos vazios, encostas, áreas protegidas ambientalmente e, formam, as “cidades informais”, áreas sem nenhuma infra-estrutura, com condições aviltantes e extrema carência. Nessas áreas verificamos a ausência do Estado e da efetivação de programas sociais de emergência.

Cria-se assim, uma cidade (informal) dentro da mesma cidade (formal). As cidades informais crescem duas vezes mais rápido do que as formais, devido ao fosso social crescente, ocasionado pela lógica da desigualdade social. De acordo com Maricato(2001:133), *“(...)identifica-se a ausência de um trabalho técnico e/ou especializado, bem como se constata a ausência do poder público enquanto esfera que planeja e gerencia o uso do solo, que fiscaliza e controla a construção de moradia e de outros imóveis”*. Sobre isso, Maricato (2001:133) afirma, ainda, que:

os investimentos públicos municipais feitos nas capitais brasileiras (uma regra que é comum a todo o universo urbano) são regressivos. Eles alimentam o mercado imobiliário restrito e especulativo ao invés de ampliar oportunidades de localizações, condição, dentre outras, para a democratização ao acesso à cidade.

As desigualdades sociais, produto do projeto capitalista, parecem romper as avenidas da zona sul, cortando os cartões postais da cidade formal. No contraste das belezas naturais de Natal, encontra-se uma “outra cidade”, que a indústria turística prima em esconder.

A problemática urbana de Natal assemelha-se aos problemas de outras cidades brasileiras, resguardando, no entanto, as particularidades locais. Questões como a ocupação de áreas ambientais, a violência e número de favelas vêm aumentando nos últimos dez anos. Os bairros crescem desordenadamente,

evidenciando o congestionamento do tráfego, a segregação do espaço urbano e a falta de condições materiais para a maioria da população.

O processo de degradação ambiental em Natal é grave e complexo, assim como a condição aviltante vivenciada por amplos segmentos da população³⁸. Estes problemas recorrentes do desenvolvimento urbano natalense vêm se agravando, no entanto, a luta e o debate acerca da preservação ambiental, conseguiram imprimir avanços significativos na esfera da proteção jurídica, a exemplo disto, foram equacionadas mudanças na Lei Orgânica do Município, promulgada em 03 de Abril de 1990 e no Código de Meio Ambiente do Município do Natal, criado pela Lei 4.100 e publicado no Diário Oficial do Estado em 24 de Junho de 1992.

No ano de 1994, o então prefeito Aldo Tinôco Filho, sancionou a lei complementar Nº 00007/94 que dispõe sobre o Plano Diretor, considerando na ementa, novas demandas para o desenvolvimento urbano numa perspectiva sustentável, ou seja, assegurando, do ponto de vista legal, direitos sociais, ambientais e culturais.

No artigo 2º da ementa, percebe-se a nova configuração do Plano Diretor que tem como objetivo “o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, garantindo um uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do seu território de forma a assegurar a todos os seus habitantes condições de bem-estar e segurança, conforme dispõem os arts. 118 e 119 da Lei Orgânica do Município do Natal”.³⁹

A exemplo de outras conquistas sociais/políticas/trabalhistas, “o novo” Plano diretor surgiu do debate sobre a problemática sócio-ambiental da cidade, envolvendo, dentre outros, a participação de profissionais liberais, professores da

³⁸ Para se ter um exemplo, 75% da cidade não é saneada e esta falta de saneamento básico compromete os lençóis mananciais. Outra forma de poluição encontrada na cidade é causada pelo aumento substancial de veículos que, em determinados trechos, geram congestionamentos e provocam poluição na atmosfera através dos resíduos expelidos dos automóveis. Verifica-se, também, a degradação do ecossistema das dunas, a devastação dos manguezais e a poluição no rio Potengi. (Cf: Passos, Rubens. Natal em Perfil, 1993).

³⁹ Citação extraída da Lei Complementar Nº 00007/94 – de 1994, publicado no Diário Oficial em 07/09/94.

UFRN, representantes dos conselhos comunitários; dos movimentos ecológicos e dos partidos políticos de esquerda. No entanto, estas leis, na prática, não ganham efetividade, verificando-se um descompasso entre o aspecto legal e a realidade que se apresenta em Natal.

É comum, encontrar, na cidade, agressões ao meio ambiente natural e físico. Os manguezais estão se extinguindo em consequência da construção dos viveiros de camarões. O rio Potengi agoniza num processo acelerado de contaminação de suas águas e de seus afluentes, que recebem das indústrias toneladas de resíduos tóxicos.

As dunas, que margeiam toda a via Costeira, foram cortadas ao meio, cedendo espaço para os concretos dos hotéis instalados à beira-mar. Com a implantação de um determinado tipo de turismo na área, hoje, o entorno do bairro de Mãe Luiza foi invadido pela construção de prédios que danificam o patrimônio coletivo: a natureza. É fácil encontrar pela cidade regiões inteiras segregadas, agredidas ambientalmente, desprotegidas da ação do Estado que se volta para atender, do ponto de vista econômico, os interesses das classes dominantes.

Para Corrêa (1995:08), *“o espaço urbano é um reflexo tanto das ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”*. A forma como se processou o desenvolvimento urbano imprimiu algo imanente a sua (des) organização espacial: a desigualdade.

Em Natal, os indivíduos sociais vivenciam em seu cotidiano, contatos com diferentes crenças religiosas, valores, simbolismos e desejos. São indivíduos com condições materiais adversas e muitos se esforçam para aglutinar perspectivas políticas, identidades e territorialidades nas lutas sociais que também apresentam sinais de imobilismo. Surge, também, no enfrentamento do conjunto das desigualdades do espaço citadino, a ação dos que resistem a esta desigualdade.

Assim, o espaço urbano natalense é um palco intenso de luta pelo direito à cidade, à justiça, pelo direito a um meio ambiente saudável e equilibrado. Os conflitos entre o poder público e os natalenses que estão excluídos do cenário formal da cidade do sol, alertam, entre outras questões, para a ausência de políticas públicas, de justiça social e de proteção ambiental. É o que acontece, por exemplo, no bairro de Mãe Luiza, que simboliza, antes de tudo, resistência à especulação imobiliária e à degradação sócio-ambiental do seu território.

2.2 - Território e territorialidade: espaços contraditórios de ação, poder e resistência

A ocupação do bairro de Mãe Luiza foi marcada por uma série de acontecimentos que singularizam a apropriação e a construção do seu espaço. Para entendermos melhor este processo que envolve sua urbanização; seu reconhecimento jurídico-político enquanto bairro de Natal; a ação dos promotores imobiliários e as práticas sócio-ambientais de resistência, efetivadas pelos moradores e moradoras, frente às degradações sócio-ambientais que marcam profundamente o *lugar* e seu entorno; faz-se necessário, a compreensão da categoria Território.

Desde que os indivíduos passaram a ser nômades, saindo de suas cavernas na busca da sobrevivência, colocam-se as primícias do processo de produção e apropriação do espaço. Os indivíduos travam uma luta constante para dominar e se apropriar de um espaço específico: o território.

O processo histórico que revela a presença humana na transformação das técnicas, na relação com a natureza e nas relações sociais, revela, também, o modo como os indivíduos se apropriam do território, estabelecendo múltiplas relações de poder. A luta por um dado território vai se configurando como uma luta por poder, pela manutenção da hegemonia de um grupo social, pelo

fortalecimento de um Estado-Nação, e, não mais, exclusivamente, pela busca de sobrevivência. Neste sentido, o conceito de território se reveste da dimensão política: em busca ou pela manutenção do poder, do domínio, da gestão e da participação, dimensões estas, exercidas tanto pela ação do Estado e do grande capital, como também, pela ação dos segmentos populares que resistem à perda ou a degradação/fragmentação de seus territórios.

O termo território recebeu diversas acepções conceituais e mesmo de ordem “prática”, e, até do senso comum. Um de seus significados refere-se ao espaço físico-natural de um Estado-Nação que exerce, num dado território, sua soberania, sob o aspecto jurídico-político. Sobre esta noção, Santos (2002:15) comenta:

o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e o Século das Luzes à era da valorização dos recursos chamados naturais.

O Estado foi há muito tempo definidor de territórios, subordinando-os ao seu controle, imprimindo, quase sempre, uma modelação nefasta no território, do ponto de vista econômico, social, político, cultural e ambiental, porém, como bem lembra Santos(2002:15), “*nem tudo era território ‘estatizado’*”.

O território, também, é caracterizado como princípio gerador de identidades, raízes, “pertencimentos” de um grupo social em relação ao seu lugar. Esta acepção traduz uma concepção sócio-cultural do território, em que se resgata os simbolismos e as afetividades produzidas. Assim, o território não é algo destituído de vida, mas profundamente imbricado nas relações sociais que se formam no cotidiano historicamente vivido de homens e mulheres em suas singularidades e diferenças.

Desse modo, o conceito de território não deve ser confundido com o conceito de espaço. Para Corrêa (2002:251), “*território não é sinônimo de espaço,*

ainda que para alguns ambas palavras apresentem o mesmo significado". Milton Santos apresenta uma (re) significação do território, reiterando o caráter da apropriação; da ação do sujeito que emprega as técnicas na transformação do meio ambiente natural e construído e das práticas sociais que são exercidas num determinado espaço. De acordo com Santos⁴⁰,

consideremos o território como o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e meio, o seu uso, ou, em outras palavras a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política.

Podemos, assim, dizer que as relações de poder, estabelecidas num espaço específico, levando em consideração, as técnicas fortemente atreladas aos meios de produção e reprodução social e os componentes culturais e subjetivos que fazem parte da vida humana e do cotidiano vivido, definirão o território.

A história das sociedades está repleta de exemplos que atrelam a apropriação do território com o exercício do poder político e econômico de um Estado-Nação. Exemplos disto são: a colonização do Continente africano, bem como a colonização do Brasil, que representaram não só o lucro e poder das metrópoles européias, como também, provocaram a *desterritorialização*⁴¹ dos povos africanos e ameríndios. A expansão do Império Romano; a Guerra dos Cem anos entre Inglaterra e França; o avanço territorial do III Reich; as duas guerras mundiais; a Guerra Fria, e, recentemente, a "Guerra Preventiva" comandada pelos EUA sob o pretexto de combater o terrorismo.

A invasão dos EUA e da Inglaterra ao Iraque, representou não só a apropriação territorial, mas a possibilidade do controle das reservas de petróleo

⁴⁰ Cf: Santos, Milton. A guerra dos lugares. Folha de São Paulo, Caderno Mais: 08/08/1999.

⁴¹ Desterritorialização ou desterritorialidade "é entendida como perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território" (Corrêa, 2002:252).

por parte das “forças de coalizão”; a expansão do domínio americano no Oriente Médio; o fortalecimento do *unilateralismo* dos EUA e a crise do ideário dos direitos humanos. E tantos outros conflitos efetivados pela busca de poder, podem ser citados na história para ilustrar concretamente a relação indissociável entre apropriação- território-poder.

Para Corrêa (2002), a apropriação do território pode assumir dois significados, um de dimensão efetiva que se desenvolve mediante o controle, às vezes legitimado, de grupos, instituições e outros agentes sociais sobre um espaço específico, e, outro que revela uma apropriação que condensa uma dimensão afetiva imanente à diversidade de grupos definidos a partir da renda, sexo, religião, orientação sexual, raça, entre outros. Estas dimensões se combinam e definem o território. Segundo Corrêa (2002:251),

o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambos. Territorialidade por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.

Há na verdade, uma série de territórios e territorialidades apropriados indistintamente, percebidos, sentidos e “praticados” de forma diferenciada pelos indivíduos que constroem a emaranhada teia das relações sociais. O território, como já vimos, pode ser entendido e definido por seu caráter físico e natural e a partir de construtos sócio-culturais, podendo, na sua existência, ter um caráter definitivo ou temporariamente curto, a depender da dinâmica da vida social.

A exemplo disto, temos a formação física e natural de um dado território: rios, florestas, dunas, manguezais, ou territórios construídos socialmente, como as gangs de rua que dominam um determinado “pedaço”; o território dos traficantes de droga; o território das prostitutas; o território da cultura popular; o território das elites, dentre outros.

O território habitado é, portanto, uma arena em que convive dialeticamente, o antagonismo de classe, o poder dos grupos hegemônicos, os interesses divergentes entre os (as) moradores(as), a consolidação de um grupo que domina e a resistência das classes populares, e é “*o lugar – não importando sua dimensão – a sede dessa resistência(...)*” (Santos, 2002:19).

A sociabilidade capitalista e, mais recentemente, o processo de mundialização capitalista imprimiram um caráter de exterioridade entre o indivíduo e o seu lugar. O indivíduo foi privado do seu ambiente natural e social por vários eventos que engendraram a fragmentação do seu território “específico”: o *lugar*.

Os *lugares* sob a hegemonia capitalista são espaços onde habita a produção técnica e a acumulação de riquezas, mas, também, são, o lócus de realização das ações políticas dos sujeitos, é o ambiente da cultura popular, do folguedo e do reisado, das reuniões dos pescadores e dos clubes de Mães, é onde habita a vida social. Entretanto, sob a lógica do capital, ocorre a transmutação do espaço de valor de uso para valor de troca, que faz de um determinado “pedaço” do espaço urbano uma valiosa mercadoria na economia mundializada.

Assim, o lugar é um componente indispensável das territorialidades, criado a partir da apropriação *efetiva* e/ou *afetiva* de um dado território. É o espaço de resistência e de acomodação que abriga o caleidoscópio complexo do cotidiano; é onde se cria a hibridez do território; é onde as relações de poder se desenvolvem numa guerra cotidiana, entre as ações governamentais, as estratégias do mercado para a manutenção do seu território e as práticas (territorialidades) desenvolvidas pela população que anseia pelo direito à cidade, abrindo os caminhos possíveis, novas sinergias, para *novas territorialidades*⁴².

A luta dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza pela permanência no bairro, pelo direito ao território é sem dúvida, criada, para se contrapor as ações inferidas

⁴² “Novas territorialidades ou re-territorialidades, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos” (Corrêa, 2002:252).

no bairro que contribuem para a degradação sócio-ambiental do lugar. Segundo Mesquita (1995:84), *“as discontinuidades espaciais, as fragmentações territoriais, enfim as rupturas de toda ordem, também podem constituir-se em possibilidades, ou seja: configuram-se em interrupções propiciadoras de tomada de consciência”*.

Estas discontinuidades e fragmentações territoriais são partes constitutivas da transformação do espaço em mercadoria, processo de coisificação do espaço, materializado pelas *territorialidades* protagonizados pelos proprietários fundiários e promotores imobiliários⁴³. Lobato (1995) afirma que esses agentes sociais transformam o espaço através de suas ações, imprimindo a desigualdade sócio-espacial e a degradação sócio-ambiental, modelando o espaço de acordo com interesses econômicos e de suas corporações.

Desta forma, a análise das práticas de resistência sócio-ambientais dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza, implica mediante a compreensão do território habitado, do cotidiano histórico do bairro, das territorialidades vividas e da possibilidade de afirmação de novas territorialidades.

A defesa do meio ambiente natural e construído está diretamente relacionada com a estratégia de permanecer no lugar e resistir às diferentes formas de degradação que ameaçam o bairro e seu entorno, dentre as quais se destacam: a especulação imobiliária que, na maioria das vezes, conta com o aparato legal do poder executivo e da legislação existente; que permitem, dentre outros aspectos, a super valorização do solo e, conseqüentemente, a segregação dos espaços e a criação das chamadas “cidades informais”; as construções ilegais que ameaçam o ecossistema das dunas; a verticalização da orla marítima; a falta de espaço para o lazer no bairro, entre outras formas de degradação.

Faz-se mister, porém, adentrar no cotidiano do bairro e dos(as) moradores(as), com o objetivo de conhecer como se formou este território de

⁴³ “Por promotores imobiliários, entende-se um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: (a) incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de transformação em mercadoria, em imóvel... (b) financiamento, ou seja, a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas; (c) estudo técnico; (d) construção ou produção física do imóvel; (e) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros; os corretores, os planejadores de vendas e os profissionais de propaganda são os responsáveis por esta operação” (Corrêa, 1995:19-20).

resistência, conhecer a paisagem da luta e das reivindicações que fizeram do bairro um lugar singular na cidade do Natal, tanto pela sua localização geográfica e seus atributos naturais, como pelas práticas sociais que transformam Mãe Luiza na “*morada do teimoso*”.

O bairro de Mãe Luiza se caracteriza pela riqueza de recursos naturais, ao mesmo tempo em que expressa, de forma aviltante, o desordenamento do meio ambiente com elevados índices de desigualdade social. São problemas (re)criados e intensificados com a migração, com o desemprego, o sub-emprego, com a falta de moradia, com a desigualdade social e espacial, com a apropriação dos territórios que passam a ser controlados por agentes imobiliários que “coisificam” o solo urbano.

Mãe Luiza traz, nas páginas de sua história, fenômenos de determinações estruturais que afetam o mundo contemporâneo: desemprego, violência e incerteza quanto à possibilidade dos indivíduos possuírem condições materiais e subjetivas que garantam o futuro. Como bairro popular constitui-se num dos principais lócus de moradia para boa parte dos indivíduos que estão desempregados ou inseridos nos empregos precários e temporários na cidade do Natal. Para o representante do *Grupo Teatral Filhos da Mãe*, o desemprego é um dos principais problemas que atinge os habitantes de Mãe Luiza.

(sic) Um dos maiores problemas é o desemprego, existe um índice muito grande de desemprego, por causa da juventude também tá envolvida com drogas, existe muito isso aqui em Mãe Luiza. Tinha que ter um apoio maior com o pessoal que esta ocioso.

Além do desemprego, os sujeitos pesquisados identificaram outros problemas em Mãe Luiza, tais como: falta de espaço adequado para o lazer; evasão escolar; problemas relacionados às condições de saneamento, saúde, segurança, dentre outros.

Conforme vimos no primeiro capítulo, todos essas questões são partes constitutivas do processo de degradação sócio-ambiental que ocorre sob os imperativos da mundialização do capital que torna o meio ambiente (natural e construído) fragmentado, frágil, destituído de uma proteção social mais efetiva por parte do poder público. Diante desses problemas, os indivíduos se desestabilizam não somente em suas condições materiais, mas, também, na sua subjetividade e no conjunto das relações sociais que desenvolvem em suas territorialidades.

A história do bairro, de como ele surgiu, da chegada dos(as) primeiros(as) moradores(as), da ocupação e construção dos casebres nas dunas, se confunde com a luta dos(as) moradores contra a especulação imobiliária e de muitas tentativas de “desocupação” da área, implementadas pela prefeitura da cidade do Natal.

2.3 - A apropriação do território em Mãe Luiza e a construção das territorialidades: uma análise sócio-histórica do bairro

Localizado na parte leste da cidade do Natal, área que abriga o Parque das Dunas⁴⁴, formando um cinturão de dunas que acompanha o mar, da ponta do Morcego até quase a entrada de Ponta Negra, o bairro de Mãe Luiza é, sem dúvida, um espaço privilegiado devido ao seu entorno: o mar, as dunas e a reserva florestal do Parque das Dunas.

O bairro faz fronteira com áreas “nobres” da cidade, o bairro do Tirol, Petrópolis e a Orla Marítima. Com uma população hoje estimada em 20.000

⁴⁴ “O Parque das Dunas ocupa 1.172 hectares, situando-se entre Via Costeira e suas praias, e compreendendo os bairros de Mãe Luiza, Petrópolis, Tirol, Morro Branco, Nova Descoberta e Capim Macio, além da área em que o Campus da UFRN está situado. Constitui o principal, senão o único ecossistema dunar com características nativas, com vegetação remanescente da Mata Atlântica. É a mais importante área ecológica da cidade, sendo o segundo maior parque urbano do país, com elevado potencial científico, turístico e de lazer. É fundamental para a qualidade de vida da cidade e possui uma vegetação nativa que impede que as areias possam, impulsionadas pelo vento, soterrar áreas urbanizadas; contribui para a amenização do clima da cidade”. (Cf: Dito & Feito, nº 02 – Crimes ambientais em Natal, 2001).

habitantes, o bairro se desenvolveu sob o signo da exclusão do cenário formal da “cidade do sol”, da degradação ambiental que ameaça seu território, causado, entre outros fatores, pela mercantilização do uso do solo e pela ineficiência da ação do estado.

Não se sabe, ao certo, qual a origem do nome “Mãe Luiza”. Relatos dos(as) moradores(as) mais antigos(as) sinalizam para a história mitificada da parteira Joana Luiza Pirangí, outros afirmam que “Mãe Luiza” não era parteira e sim lavadeira. O certo mesmo, é que o mito não só emprestou o nome ao bairro como ajudou a construir a identidade do lugar.

Mãe Luiza era a maior favela de Natal, erguida em meio às dunas e uma vegetação que resguarda resquícios de Mata Atlântica. Foi ocupada, em meados da década de 1940, por pescadores⁴⁵, migrantes que fugiam da seca do interior potiguar e, também, por segmentos pauperizados da cidade que construíam suas casas feitas de taipa ou de papelão fincadas nas dunas, efetivando assim, a apropriação territorial de Mãe Luiza. A apropriação de Mãe Luiza é característica de um fato histórico marcante das cidades brasileiras em que as desigualdades sociais e a segregação espacial se convergem para a criação de espaços “apropriados” para abrigar estes segmentos pauperizados.

Nesses espaços, a desigualdade social se manifesta nitidamente na ausência de infra-estrutura urbana; na distância para o local de trabalho; na ausência de oportunidades de emprego; na formação dos estereótipos que circundam estes territórios; na violência policial; na formação de gangs; na falta de lazer; na precariedade das habitações; na construção de barracos em áreas de risco. Esses e outros tantos problemas são partes intrínsecas da degradação sócio-ambiental dos espaços citadinos.

⁴⁵ “Há indícios, que os primeiros pescadores a ocuparem o morro foram aqueles que residiam na Praia de Areia Preta. Com a chegada do Bonde em 1915, nessa praia os pescadores passaram a vender seus terrenos para os veranistas que começaram a chegar, evidenciando-se assim um processo, ainda incipiente, de valorização do solo”. (Barros e Maia, 1992:25)

Os(as) moradores(as) de Mãe Luiza lutaram pela obtenção de energia elétrica, água encanada, escola, posto de saúde. Os desempregados, refugiados da seca, sem-tetos lutaram, ainda, pela legitimação, legalização da favela, por se constituir um espaço destinado à sobrevivência destes segmentos. Uma luta que se forja no processo de apropriação território e no reconhecimento jurídico-político dessa ocupação.

O Estado, através do poder executivo municipal estimulou esses segmentos a ocuparem Mãe Luiza, afastando-os das áreas “privilegiadas” da cidade, o que caracterizou uma segregação sócio-espacial. Na gestão do prefeito Djalma Maranhão, a favela de Mãe Luiza foi reconhecida como bairro. A administração de Djalma Maranhão foi marcante para os(as) moradores(as) do bairro, tanto pelas melhorias infra-estruturais realizadas (construção de escolas, praças), como pelo incentivo dado à prática de organização popular.

Este período compreende os anos de 1956 a 1962, da administração do prefeito Djalma Maranhão que foi eleito em 1960 e do governador do Estado, Aluisio Alves, também eleito no mesmo ano. Estes governos foram marcados pelo caráter “oposicionista” às forças conservadoras do Rio Grande do Norte e pelo forte “apelo popular” que conseguia aglutinar verdadeiras massas populares como apoiadoras desses governos.

Durante os anos de 1960, os(as) moradores(as) de Mãe Luiza intensificaram suas lutas em favor das condições materiais do bairro. Como resultado das reivindicações, obtiveram do poder público a construção de chafarizes e poços tubulares, que amenizaram o sofrimento da população que, anteriormente, tinha que descer o morro para buscar água nas cacimbas localizadas na Praia do Pinto. Outro serviço implantado, por força da organização popular foi a energia elétrica.

a conquista da energia elétrica, na segunda metade dos anos sessenta, e o início de um processo de legalização da ocupação que iria durar quase duas décadas, deram a antiga favela o contorno de bairro popular. Essa situação não impediu, muito ao contrário, aumentou os momentos de

conflitos e as pretensões de expulsão dos moradores locais pelos governantes locais (Lopes Júnior, 1997:37).

A luz, que vinha dos candeeiros a gás, dava lugar agora para a luz elétrica que iluminava os barracos e as casas simples do bairro. As conquistas podem ser entendidas como fruto das reivindicações dos(as) moradores(as) populares que exigiam melhorias nas condições materiais do bairro, e, por meio das territorialidades já formadas, experimentavam o gosto destas conquistas.

Assim, Mãe Luiza crescia desordenadamente. Em seu desenvolvimento, registra-se a ausência de uma fiscalização eficiente que assegurasse as demarcações dos limites territoriais do bairro e as definições de seus logradouros. Não houve como otimizar o espaço e frear o avanço eminente da especulação imobiliária que começava a se instalar no bairro. De acordo com Barros & Maia (1992:26),

no período de 1975 a 1979, na gestão do governador Tarcísio Maia, foi elaborado o Plano “Grande Natal – Plano Regional de Desenvolvimento Urbano”, o qual trazia o primeiro estudo do Parque das Dunas/Via Costeira que visava uma ocupação da área, como único meio de preservação da ação predatória do próprio homem (devastação das Dunas) desenvolvendo assim o potencial turístico existente (orla marítima de Areia Preta e Ponta Negra) oferecendo também melhor condição de vida para a população. Este projeto foi o que causou maior impacto sobre o processo de expansão e posterior valorização dos terrenos de Mãe Luíza.

Este projeto, também, conhecido como “projeto Via Costeira⁴⁶”, como já vimos anteriormente, objetivava transformar toda a área (via costeira/parque das dunas/Mãe Luiza) em uma “Copacabana natalense”. O argumento de que o desenvolvimento turístico traria, necessariamente, benefícios e melhoria para

⁴⁶ A Via Costeira é uma extensa faixa litorânea de 12 Km que liga a praia de Areia Preta, Zona Leste da cidade à praia de ponta Negra, situada ao Sul de Natal. O projeto Via Costeira tinha um claro objetivo de promover a atividade turística no Estado, especificamente, em Natal e fazia parte das políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste, implementadas pela SUDENE.

os(as) moradores(as) de Mãe Luiza, integrava as estratégias implementadas pelas classes dominantes que, através da mediação do poder público, facilitava a ação dos agentes imobiliários no processo de apropriação destes espaços, ignorando a resistência da população, até porque o discurso do desenvolvimento encobria a outra parte do projeto, que previa a remoção de toda favela, para dar lugar aos grandes projetos comerciais e à indústria hoteleira.

Não fosse a organização popular e a “teimosia” dos(as) moradores(as) em permanecerem no bairro, o Projeto Via Costeira teria avançado muito mais na sua efetivação, inclusive na retirada total da população das favelas. As derrubadas dos barracos, realizadas pela prefeitura, eram constantes. *“A polícia derrubava de dia e a gente construía de noite”⁴⁷*.

No início dos anos de 1980, os movimentos sociais e ecológicos endossaram a luta pela regulamentação dos terrenos, pela preservação das dunas e pelo equilíbrio ambiental da área em questão. O movimento social em Mãe Luiza se configurou num importante interlocutor para (re)discutir o espaço urbano em toda a cidade. A presença dos movimentos sociais no cenário brasileiro, naquele momento histórico, evidenciava as necessidades materiais das camadas pauperizadas que, através de suas reivindicações, denunciavam, sobretudo, a crescente desigualdade sócio-espacial das cidades brasileiras. Sobre isso, Kowarick (2000:63) afirma:

o despertar da questão urbana como problema político decorre de ações reivindicativas de várias ordens e matizes que numerosos grupos desenvolvem no cenário de nossas cidades: associações de bairro, juntas de vizinhos, clube de mães, grupos de base mais díspares, que lutam por água, iluminação, pavimentação, saneamento, creches, postos de saúde ou policiamento, contra a alta dos aluguéis, pela legalização ou ocupação da terra, despontam em todos os cantos. Tem direta ou indiretamente, o poder público como alvo de reivindicação, que é levada adiante por um conjunto díspar de trabalhadores pauperizados, que se percebem

⁴⁷ Depoimento de um morador de Mãe Luiza sobre as várias tentativas de desocupação realizada pela prefeitura. Cf. Aparecida, Maria (2000:32).

como espoliados em elementos básicos para sua reprodução como moradores urbanos.

Desta forma, a segregação urbana, imposta ao bairro de Mãe Luiza, dificultou, ainda mais, o seu processo de urbanização, no entanto, criou algo que fará parte da história do bairro: uma identidade de resistência dos(as) moradores(as) à lógica do mercado imobiliário. Esta identidade e as práticas de resistência não se configuravam numa linearidade em Mãe Luiza. O mosaico de interesses, próprio das territorialidades construídas naquele lugar, denota esta constatação. Assim, podemos afirmar, também, que Mãe Luiza, aglutina ações de conformismo.

A força ideológica do discurso de políticos e empresários locais sobre o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida materiais da população de Mãe Luiza que os empreendimentos turísticos e comerciais trariam, foi introjetada em muitos indivíduos, tendo como resultado um certo conformismo vivenciado por uma parcela dos (as) moradores(as) que, além de ter acreditado nas promessas eleitorais de candidatos conservadores, acreditaram, também, que sua permanência no bairro era uma decisão de cunho meramente pessoal (Fernandes:2000). Entretanto, o que particulariza Mãe Luiza é a contra-face desse conformismo, é a luta de homens e mulheres para permanecerem no lugar onde possam viver e construir suas territorialidades. Neste sentido, o bairro assume visibilidade pelas práticas de resistência expressas, notadamente, nas lutas contra o poder público e a ação dos promotores imobiliários.

A construção dos hotéis na Via Costeira trouxe mais problemas do que benefícios para o bairro de Mãe Luiza. Nessa perspectiva se posiciona o dirigente atual do Conselho Comunitário. Do seu ponto de vista, a população não é contra a construção do hotel, mas contra o desrespeito com que a “comunidade” é tratada, tanto pelo poder público quanto pelos empresários da indústria turística e imobiliária.

A construção do hotel pirâmide é uma afronta para a comunidade, quando eles chegaram ali nós já estava, colocou mais esgoto a céu aberto e esses dejetos vão para praia. Nós batalhamos muito, porque a praia é do povo, a praia é nossa. Eles vieram para não respeitar Mãe Luiza, muitos querem passar manteiga, querem vender ilusão (Representante do dirigente do Conselho Comunitário de Mãe Luiza).

O mar, a paisagem paradisíaca do local, a brisa e o ar puro, que emanam dos imensos colchões de areia, aparecem como mais um produto para o consumo da elite local e dos turistas. A racionalidade capitalista parece não aceitar que a Via Costeira e grande parte do Parque das Dunas sejam divididas com os(as) moradores(as) de uma antiga favela. É na esteira das lutas sociais, notadamente, a partir da ação política dos movimentos sociais, que as contradições dos espaços urbanos ganham maior visibilidade social e passam a ser questionadas, como por exemplo, a forma desigual e especulativa do uso e da ocupação do solo.

A legislação, sobre o uso do solo existente em Mãe Luiza, acompanha o próprio desenvolvimento do bairro e a correlação de forças das disputas ali travadas. Através da Lei de nº 3.175/84, o bairro é definido apenas como uma Zona de Recuperação Urbana com densidade 02 (ZER-2), isto implica que os prédios devem possuir no máximo 02 (dois) andares⁴⁸. O uso e a ocupação do solo de Mãe Luiza e seu entorno, também, foram alvos de outros instrumentos reguladores como a Lei Orgânica do Município e a Legislação Ambiental, dispostos no Código do Meio Ambiente de 1992. O decreto nº 7.538/79 da Política Estadual do Meio Ambiente, que regulamenta o Parque das Dunas, define o bairro como uma Zona Especial de Uso Controlado (ZEC).

A pressão política, exercida pelos movimentos ambientalistas e por várias entidades ligadas ao meio ambiente e pela própria população do bairro, resultou em vários debates referentes à necessidade de profundas reformulações no Plano Diretor, que incluísse a questão do Desenvolvimento Sustentável como meta a ser alcançada no uso e ocupação do solo da cidade do Natal. Em 1994, foram

⁴⁸ Cf. (Barros & Maia, 1992:44).

aprovadas as novas ementas para o Plano Diretor, incluindo, assim, as reivindicações das entidades para a garantia da sustentabilidade. A Lei Nº 04663/95 definiu o bairro de Mãe Luiza como área especial de interesse social (AEIS). Isso significa que essas áreas possuem normas próprias para o uso e a ocupação do solo.

O princípio básico contido na AEIS, no bairro de Mãe Luiza, propõe “o condicionamento do uso e ocupação do solo ao interesse social, à base físico-ambiental e sua infra-estrutura, conforme as especificações constantes desta norma legal” (Lei Nº 04663/95, de 31 de Junho de 1995). As AEIS no bairro de Mãe Luiza estão divididas em três áreas:

- Área 1- AO1 – Área de ocupação, onde serão admitidas edificações de acordo com os índices e prescrições urbanísticas por esta lei.
- Área 2 – AOR2 – Área de ocupação restrita, que por suas características físicas e topográficas exigem índices e prescrições urbanísticas diferenciadas.
- Área 3 – AC – Área de conservação, que por suas características de valor paisagístico, ecológico, histórico, cultural e turístico, só permitem usos relativos à pesquisa científica, aos projetos de desenvolvimento comunitário, desde que compatíveis com as exigências físico-ambientais.

A área III, denominada área de conservação (AC), se constitui área valorativa e propensa à especulação imobiliária. São inúmeras as estratégias utilizadas pelos promotores imobiliários nestas áreas, como é o caso de Mãe Luiza. Grande parte destas estratégias conta com o apoio do Estado⁴⁹. São ações predatórias em que o capital se expande, na medida em que aumenta a fragmentação espacial. Sobre isto, Lopes Júnior (1997:40) afirma,

⁴⁹ No próximo capítulo situaremos como se efetiva o apoio do Estado em favor da especulação imobiliária.

os dilemas relacionados à apropriação espacial de Mãe Luiza revelam toda a conflitividade derivada da assimetria das relações de poder nas paisagens da urbanização turística. Os moradores defrontam-se não só com a voraz especulação imobiliária que leva alguns a vender casas e terrenos, mas com o novo destino dado aos imóveis. Na parte do bairro que desemboca na Via Costeira e no mar, a construção de hotéis, postos de gasolina e o projeto de construção de um condomínio de apartamentos estimularam protestos no bairro na primeira metade dos anos noventa.

A partir destes empreendimentos hoteleiros e comerciais e da construção do Flat “*Paradiso Mare*”, localizado na Via Costeira, a valorização da área tornou-se efetiva e concreta. Em Mãe Luiza, a paisagem “natural” se transformou em paisagens de técnicas, de símbolos estranhos aos(às) moradores(as) do bairro. O ethos neste “novo” entorno é consumista e caro, por isso se torna estranho à maioria da população ali residente, que sobrevive dos empregos informais e precários produzidos pela nova realidade. No entorno do bairro, se instaura “a força da grana que ergue e destrói coisas belas”.

O bairro permanece/resiste, mesmo convivendo com significações estranhas ao seu território: são os hotéis cinco estrelas com suas “praias particulares”, os restaurantes panorâmicos e bares. Trata-se do mundo turístico, situado longe do mundo real do bairro, que, também, convive com as ações antrópicas da natureza em reação às práticas predatórias dos indivíduos. Imerso a tudo isto, os(as) moradores(as) buscam, ainda, uma identidade do seu *ludo real*: identidade forjada a partir das lutas pelo direito à moradia, dos mutirões populares, das conversas nas calçadas à noite com a vizinhança. Segundo Santos(1997:263), “a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência, resistência⁵⁰ e da elaboração do futuro”.

⁵⁰ Grifo meu.

Neste sentido, o bairro de Mãe Luiza é considerado uma paisagem singular e a luta popular é uma parte constitutiva desta singularidade. É um cotidiano compartilhado que co-existe com a lógica do individualismo. Como se já não bastasse o fato dos(as) moradores(as) se sentirem estrangeiros(as) no próprio lugar, que por direito e luta lhes pertence, registra-se, em meados de 1995, uma disputa por um direito universal: a praia⁵¹.

Os inúmeros hotéis, instalados na Via Costeira, impediram, através de cercas colocadas em toda extensão litorânea, o acesso dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza à praia. Diante dos inúmeros protestos realizados, as cercas foram retiradas, no entanto, tal questão não está devidamente resolvida e a população continua sofrendo restrições para o uso da praia.

A praia é o que tem de mais positivo e acessível como espaço de lazer para os segmentos subalternos. Os sujeitos entrevistados ressaltaram isto e afirmaram que parcelas da população de Mãe Luiza procuram preservar a praia e têm consciência que o acesso a este bem natural deve ser público. De acordo com o representante do Grupo de Teatro Filhos da Mãe,

(sic) a praia é o que mais valorizo aqui, essa questão de poder estar num ambiente bem mágico. Mãe Luiza é praia, mato, mar.

Para a representante do clube de Mães, a praia é um espaço de lazer, comum a todo mundo.

(sic) a gente tem que cuidar do que é nosso. É no caso da nossa praia, não jogar lixo. As pessoas levam comida e deixa lá jogado. Quando a gente vai a praia, eu já levo um saquinho também pra botar lixo. Se as pessoas zelassem, limpassem o que é nosso, mas fica lá, resto de comida, tudo.

⁵¹ Cf. (Lopes Júnior, 1997:40).

A privatização do espaço público é sem dúvida parte do processo de urbanização das cidades, ou melhor, do desordenamento urbano. Os hotéis, instalados na Via Costeira, privatizaram a praia, alocando-a como um produto exclusivo para os turistas e a elite local. De acordo com Gomes (2002:176), a apropriação privada dos espaços comuns,

é um processo muito amplo, complexo e com manifestações e aspectos bastante variados. De fato, sua magnitude pode compreender desde uma simples ocupação da calçada até o fechamento de ruas ou de bairros inteiros. Sua manifestação pode ocorrer por meio de estruturas físicas fixas, mas também pode ser uma ocupação veiculada por instrumentos bem mais sutis e simbólicos.

Assistimos, nas cenas do cotidiano, a privatização dos espaços públicos, acontecerem à revelia do Estado e de suas legislações. São calçadas que viram estacionamentos e impedem os pedestres de trafegarem; são ruas inteiras “marcadas” pelas flanelinhas, que, na luta pela sobrevivência, alugam pedaços do espaço público como estacionamento privado; são bares que ocupam espaços públicos com mesas e cadeiras, fazendo destes espaços extensão do bar; são cercas concretas e simbólicas que delimitam o espaço reservado à burguesia e aquele destinado às classes populares.

Milton Santos nos pergunta qual a fração da natureza que cabe a cada indivíduo ou a cada grupo social? Fazendo um recorte para os problemas existentes no bairro de Mãe Luiza, notamos que há, hoje no bairro, uma natureza alheia aos habitantes do local. A organização da praia em Mãe Luiza, por exemplo, é a personificação do consumismo. Os hotéis instalados na Via Costeira privatizaram a área que agora é, predominantemente, dos turistas e para os segmentos ricos da “*cidade do prazer*”.⁵²

⁵² Expressão utilizada por Edmilson Lopes Júnior (1997) para caracterizar Natal.

A natureza foi usurpada da realidade de homens e mulheres de Mãe Luiza. O que se constata é uma natureza mercantilizada e tecnicizada, tão alheia ao povo como os hotéis de luxo que iluminam a orla à noite. Esta tecnização da natureza integra um projeto societário voltado para a acumulação capitalista. As necessidades humanas são subjugadas mediante um tipo de desenvolvimento predatório. O desenvolvimento tecnológico, tão difundido pelos defensores da “era da globalização”, se configura num elemento estranho e enigmático para grande parte da população que se encontra carente das condições materiais de vida, tais como: saneamento básico, educação, saúde e de um ambiente social e ecologicamente equilibrado.

Mãe Luiza, como outros bairros periféricos, não acompanhou o desenvolvimento urbano de Natal, ou melhor, não foi incluída no modelo de desenvolvimento da cidade. O bairro foi e continua sendo constituído por uma população pobre, em que 36,4% da população possuem renda mensal inferior a dois salários mínimos e a renda equivalente entre R\$ 200,00 a 500,00 reais só atinge 43,8% dos(as) moradores(as). O trabalho informal vence o sonho e o direito à carteira assinada.

Um povo com tradições, ritos, histórias, mitos e heróis populares, e que, no entanto, tem um nível de escolaridade baixo, chegando a altas taxas de evasão escolar, expressa em índices alarmantes, em que mais de 60% dos estudantes da faixa etária de 10 a 26 anos estão fora da escola, e, apenas 1% da população consegue ingressar e terminar um curso superior.⁵³

Entre os principais problemas identificados, pelos dirigentes dos grupos associativos entrevistados para esta pesquisa, encontraram-se problemas que remontam ao início da ocupação de Mãe Luiza. Em síntese, problemas infra-estruturais. A questão do saneamento básico aparece em quase todas as falas

⁵³ Cf. Os dados do perfil socioeconômico de Mãe Luiza podem ser encontrados em Carneiro, Bartolomeu. Fisionomias de um bairro: renovação do espaço e organização comunitária em Mãe Luiza (1999:23). Estes dados, também, estão disponíveis no relatório da Pesquisa intitulada -Desenvolvimento: sociabilidade metropolitana – formas e significados das Relações Associativas contemporâneas – (Org.) Miranda, Orlando. Natal, 09/1999 (mimeo).

como sendo o principal problema do bairro. Segundo o Presidente do Movimento de Resistência Ecológica:

o saneamento é uma das piadas que a gente tem aqui. A gente no fórum que tem em Mãe Luiza toda a última quinta-feira do mês a gente se reúne enquanto entidade, enquanto igreja, enquanto grupo organizado, a gente identificou que a CAERN andou com convênio com o Governo Federal fazendo saneamento na comunidade, só que aqui eles fizeram em dois locais em que a mídia vem. Um na entrada de Mãe Luiza e outro na entrada da Via Costeira. Na Via Costeira fizeram até o motel, algo assim bem estranho. E lá em cima fizeram até o topo da ladeira que tem um posto policial, e fizeram das ruas Guanabara que dá acesso a Areia Preta. Tudo eles fizeram na estratégia de evitar poluir esse lado aqui, vamos fazer propaganda da rua principal. A rua Guanabara que dá acesso a Via Costeira fizeram de uma ponta a outra, só que eles canalizaram o sistema de esgoto, mas não fizeram as ligações domiciliares.

A fala do entrevistado é emblemática para desmistificar o “mito” da realização dos bens e serviços, comuns a “cidade formal” nos espaços periféricos. As obras de saneamento; drenagem; pavimentação; recuperação de estradas entre outros, só acontecem mediante o interesse do mercado imobiliário.

Para Maricato (2001:134), *“a deterioração de determinados territórios urbanos e a valorização de outros respondem a uma conjunção de interesses que buscam a captação de renda imobiliária e do lucro de construção”*. As obras, os investimentos públicos são orientados a partir dos interesses do mercado em detrimento da maioria da população, como bem observa o *representante do Movimento de Resistência Ecológica* ao relatar o “mito” do saneamento básico:

a gente fazendo fiscalização identificamos que tem muitas casas cadastradas como sendo saneadas, mas na verdade não chegou ninguém da CAERN. Inclusive é um dos pontos a ser discutido agora nessa próxima reunião do fórum, como a gente vai se contrapor a isto e orientar alguns moradores a entrar numa ação da justiça que tá sendo cobrado no comprovante de pagamento da CAERN e eles não tem esse serviço. Pouco é saneado em Mãe Luiza, mas pra lá tem muito projeto de saneamento já aqui...

Outro aspecto, que preocupa as lideranças dos grupos e movimentos associativos entrevistados, é a violência relacionada à criminalidade e ao uso de drogas, problemas estes, agravados pelo desemprego e pela ausência de lazer, que fazem parte do cotidiano do bairro. A violência, como fenômeno intrínseco às desigualdades sócio-espaciais é recorrente nas periferias das cidades. Mas afinal, de que violência estamos falando?

O lugar como “espaço esquizofrênico” é tensionado por inúmeras modalidades de violência que habitam nestes territórios, desde a violência física à violência que cria o “*apartheid social*” – o gueto, as favelas, os territórios do tráfico de drogas, os territórios das classes subalternas. Esses nichos periféricos, que servem de moradia para a população pobre, é onde impera a violência dos poderes “paralelos”, dos bandidos; da polícia; “*por excelência é o mundo da subcidadania*” (Kowarick: 2000:43). São lugares “enquadrados” pelos preconceitos dos segmentos médios e da elite, que concebem esses lugares como um conglomerado de marginais, homens e mulheres entregues ao vício e à “bandidagem”.

Esses estereótipos, que criam um simulacro da realidade, servem, também, para mascarar um trinômio constitutivo da cidade sob a égide capitalista: desigualdade social, desemprego e violência. Lembremos, que a violência não é sintomática apenas nas periferias, nos enclaves territoriais da “ilegalidade” dos morros e favelas. Atualmente, a violência já não desce só dos morros como pensavam, equivocadamente, os ideólogos burgueses. A violência está no Leblon (RJ); nos Jardins em São Paulo; em Casa Forte no Recife; em Aldeota no Ceará, no Alto da Candelária em Natal; está na Escola, na família e em alguns espaços da mídia.

A violência habita nos porões da injustiça e da impunidade que são territorialidades tão comuns “*no tempo presente, na vida presente*”. A violência se escora na morosidade da justiça e na ineficácia do estado de direito e se manifesta em todas as esferas da vida social como um braço forte da barbárie. A

violência crescente é produto da sociabilidade vigente e sua lógica destrutiva aprofunda e (re)alimenta as desigualdades sociais. Segundo Maricato (2001:36),

está desigualdade não surge simplesmente da reestruturação produtiva e do recuo das políticas sociais como sucede em muitos países centrais. Trata-se do aprofundamento da desigualdade numa sociedade histórica e tradicionalmente desigual.

Mãe Luiza é a tradução desta desigualdade histórica. Nessas condições, a violência tende a se acentuar. O bairro, ainda, hoje é chamado de “morro de Mãe Luiza”, numa referência ancorada mais no preconceito do que pelo seu relevo geográfico. O bairro já “nasceu” com o estigma de “marginal” e violento. O que difere Mãe Luiza de outros bairros periféricos é o processo de degradação ambiental em curso, provocada, entre outros fatores, pela forte especulação imobiliária presente no bairro e no seu entorno. Para Kowarick (2000:55):

a violência está fortemente presente no cotidiano de nossas cidades. Não apenas a da polícia ou dos bandidos, mas também a dos salários, transportes e jornadas de trabalho; isso para não falar nas situações de doenças, acidentes e desemprego ou nas formas espoliativas de moradia. E enquanto assim for, muitos permanecerão na condição de subcidadania. Sem direito à cidade.

A segregação espacial, imposta aos segmentos pauperizados da população pelo projeto político capitalista, faz a violência aparecer em Mãe Luiza, por exemplo, de forma mais nítida, como se fizesse parte de um cotidiano homogêneo, vivido por todos os seus habitantes. O bairro, ainda hoje, é visto como um bairro onde trafega a criminalidade. De acordo com Maricato(2001:36):

concentração territorial homogeneamente pobre (ou segregação espacial), ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, ausência de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro, e, além dessas características todas, o desemprego

crescente que, entre outras conseqüências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais, essa é a fórmula das bombas sócio-ecológicas. É impossível dissociar o território das condições sócio-econômicas e da violência.

Mãe Luiza possui todos os componentes necessários dessa bomba sócio-ecológica, como descreve Maricato, no entanto, as territorialidades construídas no bairro, pelos segmentos populares organizados, representam a outra face dessa ecologia da desigualdade.

É neste contexto que se mistura a ordem e a desordem nos espaços urbanos, tornando-se possível a criação de uma cidade “bem planejada” em meio à segregação exposta das classes subalternas. Eis a essência da sociedade expressa na cidade: a ordem imersa no caos. A desigualdade social aumentou, e, sem dúvida, houve um aumento da segregação dos espaços destinados à população pauperizada, restringindo a classe subalterna do acesso aos bens e serviços infra-estruturais da cidade formal. Cada vez mais, o não-direito à cidade vem se constituindo como uma “lei natural” aplicada à população subalterna. Sobra para este segmento: a ilegalidade, a ocupação, a favela.

Desse modo, a cidade está ancorada na desigualdade. De um lado, temos uma cidade servida pelos setores que dinamizam a economia: o comércio, o turismo, a tecnologia da informação. Para esses segmentos, as condições infra-estruturais, os bens e serviços estão garantidos pelo poder público. Do outro lado, temos uma população inserida no quadro da escassez. Tal população fica destinada à desproteção social por parte do Estado; à ambigüidade das Leis que regulamentam o uso do solo, ao desemprego e à precarização do trabalho. Restam-lhes o acesso para ilegalidade, para a ausência dos direitos e para a formação de “espaços ilhados” em torno do vasto território da mundialização capitalista.

Através do protagonismo dos grupos populares, foi possível a identificação de práticas sócio-ambientais de resistência em Mãe Luiza. A análise e compreensão das práticas sócio-ambientais, desenvolvidas na área de Mãe Luiza através de suas diversidades (físico, naturais e construídas), desigualdades (sócio-econômica) e das conseqüências da degradação sócio-ambiental, exigiram a apreensão do processo de desenvolvimento urbano, da questão social e ambiental, conectando o lugar, lócus de produção de territorialidades e singularidades à totalidade da vida social. Desse modo, o desenvolvimento da cidade e do bairro segue a lógica do projeto societário vigente que tem se agravado, tendo em vista, o processo de mundialização do capital que incide, diretamente, no acirramento da questão sócio-ambiental.

Capítulo III – Práticas sócio-ambientais na “morada do teimoso”: limites e contradições na perspectiva da sustentabilidade local

*“Apesar das ruínas e da morte onde sempre acabou cada ilusão a força dos meus sonhos é tão forte que de tudo renasce a exaltação e nunca minhas mãos estão vazias”
(D. Sophia de Mello Bryner)*

O alto índice de agressão ao meio ambiente em Mãe Luiza tem, nas últimas décadas, gerado, contraditoriamente, práticas sociais que se voltam para a questão ambiental. O território, vivido em Mãe Luiza, sintetiza graves problemas sócio-ambientais: degradação dos recursos naturais; desemprego; problemas infra-estruturais, tais como: saneamento; crescimento da violência; desintegração da dimensão humana. Essa diversidade quanto aos problemas sociais e ambientais geram a desordem do ambiente.

Enfrentar essa situação supõe um conjunto de iniciativas, também, diversificadas. Desse modo, tanto o Estado como os segmentos organizados do bairro, para enfrentar as crises sócio-ambientais, irão se apoiar no ideário do desenvolvimento sustentável local. Diante disso é imperativo retomar, neste capítulo, aspectos da discussão sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no primeiro capítulo desta dissertação, para compreender o que estamos denominando, nessa pesquisa, de práticas sócio-ambientais.

A idéia originária de desenvolvimento relacionada apenas ao crescimento econômico foi superada. A partir dessa superação, o desenvolvimento é apreendido como um processo que desencadeia, simultaneamente, três importantes dimensões da vida social: a eficiência econômica, equidade social e a liberdade política. Condensando estas três dimensões e ampliando ainda mais o conceito de desenvolvimento, surge o conceito ampliado de Desenvolvimento Sustentável no marco histórico das Conferências sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Apesar dos paradoxos práticos e conceituais da proposta de Desenvolvimento Sustentável, foram incluídas, nos seus pressupostos, as seguintes dimensões: econômica, política, social, ecológica, humana, cultural e a dimensão ética. Portanto, quando nos referimos às práticas sócio-ambientais⁵⁴, no escopo desta pesquisa, estaremos, necessariamente, incluindo, as práticas culturais, religiosas, ecológicas e políticas.

Este capítulo está estruturado em dois itens. No primeiro, analisaremos aspectos do cotidiano em Mãe Luiza a partir das narrativas dos sujeitos entrevistados. Neste sentido, na análise do conteúdo das entrevistas, estruturamos dois eixos temáticos: (1) a apropriação pela especulação imobiliária e (2) o cotidiano. No segundo item, são as práticas sócio-ambientais que ganham destaque. Nosso objetivo consiste em analisar a direção sócio-política das práticas sócio-ambientais objetivadas no território do cotidiano vivido em Mãe Luiza.

Neste sentido, nossos questionamentos orientam-se para os seguintes aspectos: em que medida as práticas sócio-ambientais efetivadas pelos(as) moradores(as) de Mãe Luiza se direcionam na perspectiva da sustentabilidade local? Qual o poder político que têm os sujeitos habitantes do bairro para impedir a degradação sócio-ambiental? É possível a sustentabilidade sócio-ambiental do território de Mãe Luiza? As informações coletadas, quando submetidas à análise, foram agrupadas em quatro eixos temáticos: (1) o entendimento sobre o meio-ambiente e a direção social da luta; (2) práticas culturais e religiosas como expressão de resistência sócio-ambiental; (3) o conselho comunitário e a reprodução da democracia representativa e (4) práticas ecológicas como forma de resistência.

Iniciamos, então, dando visibilidade para os sujeitos desta pesquisa: são sete homens e uma mulher que disponibilizaram parte do seu tempo para falar da

⁵⁴ De acordo com Carvalho (2000:60), “as práticas educativas, bem como as lutas socioambientais – sejam aquelas levadas pelos movimentos ecológicos ou por movimentos populares que incorporam a questão ambiental – podem ser compreendidas como parte desse conjunto heterogêneo de valores e ações constitutivas do campo. E, neste sentido, representam uma das possibilidades de agenciamento de uma sensibilidade de valorização da natureza enquanto bem estético e vital, com as lutas pelo direito aos bens ambientais e à qualidade de vida”.

história do bairro; das práticas de resistência; das formas de conformismo; problemas e esperanças foram relatados com o conhecimento de quem vive, em média, mais de vinte anos no bairro e ocupam posição de liderança em diferentes espaços de organização popular em Mãe Luiza.

3.1 - Mãe Luiza: lócus do imediato e da diversidade

A luta cotidianamente travada no território de Mãe Luiza, através das práticas sócio-ambientais dos(as) moradores(as) do bairro, é, antes de tudo, uma luta pela sobrevivência; pelo direito ao território; por bens e serviços; pelos espaços públicos de lazer e pelo direito à cidade. Essas práticas sócio-ambientais não se limitam apenas à preservação do meio ambiente, através da luta ecológica, mas englobam, o somatório das práticas religiosas, culturais e ecológicas que fazem de Mãe Luiza um ambiente de resistência às degradações sócio-ambientais.

A primeira vista, Mãe Luiza parece um bairro popular como outro qualquer – com alta densidade populacional; saneamento precário; desigualdade social; aumento da violência, entre outros problemas. No entanto, este bairro se diferencia, tanto pela beleza da paisagem natural, que se exhibe no seu entorno, quanto pelo seu ambiente construído.

As casas, por exemplo, se amontoam umas nas outras como um acotovelar-se permanente, por consequência da distribuição irregular do espaço físico do bairro. As casas parecem “despencar” das ladeiras, como pingentes de concreto, com seus “puxadinhos”, que são feitos para abrigar as famílias que vão crescendo e se aglutinando no mesmo lugar. A existência dos “sobradinhos”, ao lado dos espigões residenciais são indicadores da verticalização a que o bairro está submetido. Um bairro de contrastes visíveis, lugar onde a riqueza convive lado a lado, num mesmo território, com as consequências das desigualdades sociais.

Quando entramos em Mãe Luiza, a visão é tomada por inúmeros contrastes econômico-sociais que caracterizam o seu ambiente físico: uma paisagem exuberante em meio a uma “guerra de lugares”. De um lado, ergue-se, pela força dos mecanismos de mercado, um lugar para uma ínfima parcela da população que exige e pode pagar pela moradia à beira-mar, e, do outro lado, edifica-se o lócus da resistência, o lugar construído para os indivíduos que não podem pagar e/ou sequer permanecer nos territórios destinados à elite local. Sobre isto, o representante do Conselho Comunitário declara:

(sic) para construir os espigões na Via Costeira, eles iludiram, ludibriaram nossa opinião, nós sabemos que é proibido pegar uma lata de areia da praia, do morro. Isso o IBAMA, o IDEMA prega, mas não é proibido tirar milhões da caçamba de areia. Aqueles prédios que eles construíram, tudo ali é morro. A própria prefeitura através do IPLANAT passou a desrespeitar nossa opinião, não faltou abaixo assinado, não faltava representante. Na frente de nossas casas fizeram um muro de Berlim, e tá lá né, na Guanabara todinha.

A construção dos prédios residenciais em Areia Preta⁵⁵ só foi possível graças a uma estratégia, utilizada pelo mercado imobiliário, sob a convivência e participação ativa do poder público, que, apoiado na ambigüidade das Leis de Uso e Ocupação do Solo, criou as condições sócio-jurídicas para garantir a expansão do capital quanto ao uso do solo. Na fala do representante do Conselho Comunitário, ilustra-se aspectos dessa situação:

(sic) os prédios começaram a ser construídos ainda na gestão de Aldo Tinôco e a meta era construir 53 prédios. Onde tem rico não tem conselho comunitário, eles desmembraram Areia Preta pra gente ficar fora. Como é que pode de uma rua fazer um bairro? Isso tudo foi armação, quer dizer, foi a palavra que eu chamei aí, eles ludibriaram a gente que era pra gente não entrar.

⁵⁵ Areia Preta está localizada na Zona Leste de Natal, o bairro possui 30,57 ha e se limita ao Norte com Mãe Luiza.

De acordo com o representante do Movimento de Resistência Ecológica:

(sic) aqui em Mãe Luiza tivemos que perder uma área da comunidade pra dar ao poder público para construir um espaço de terreno curtíssimo, quase 15 ou mais espigões, de 20 a 25 andares. E aí numa área que não se podia construir nem segundo andar, nem dois pisos, quer dizer, eles conseguiram burlar a lei e construir vinte e poucos andar. Então isso é uma destruição.

Os fragmentos dessas entrevistas são emblemáticos para exprimir um fenômeno contemporâneo que acontece nos centros urbanos. Trata-se da especialização do uso do solo, que está imbricado no fenômeno de (re)construção de novos espaços para atender um produto cada vez mais “escasso” e “raro” nas cidades: o espaço urbano. De acordo com Carlos (2001:22),

vivemos, hoje, um momento do processo de reprodução em que a propriedade privada do solo urbano – condição da reprodução da cidade sob a égide do capitalismo – passa a ser um limite à expansão econômica capitalista. Isto é, diante das necessidades pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente – e tornado mercadoria no processo histórico – é apropriado privativamente, criando limites a sua própria reprodução (em função da produção de sua própria escassez). Nesse momento, o espaço, produto da reprodução da sociedade, entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital. Isso significa que a “raridade” é produto do próprio processo de produção do espaço, ao mesmo tempo que sua limitação.

A sociabilidade do capital tem, como um dos seus pilares fundamentais, o fato do valor de troca constituir-se na determinação central das relações sociais. O espaço é, desse modo, tomado e apropriado como mercadoria que servirá aos propósitos da expansão imobiliária. Mas, como se desenvolve esse processo de apropriação num espaço, cada vez mais, fragmentado, com acentuada densidade demográfica e “escasso” para atender à lógica da acumulação? O capital usufrui

desse espaço-mercadoria por meio de mudanças, readaptações de usos e funções dos lugares que se verticalizam e se fragmentam para atender aos seus interesses, na maioria das vezes, apoiado pelo Estado.

- **A expropriação pela especulação imobiliária**

A articulação entre Estado e capital representado em Mãe Luiza, pelo mercado imobiliário, pelo setor hoteleiro e outros segmentos, é tão explícita que os sujeitos entrevistados chamam atenção para o fato de que a aliança entre o poder público e o capital só beneficia a classe dominante. Nas entrevistas, essa articulação é expressa na referência ao empenho político do Estado, ainda na fase inicial da construção dos prédios residenciais em “Areia Preta”, ao fazer concessões ao Plano Diretor, permitindo a criação de espaços verticalizados em área restrita para a construção com o objetivo de atender aos interesses do mercado. A ação do Estado está registrada na memória das lideranças do bairro. Sobre isso, o *Vice-Presidente do Conselho Comunitário*, comenta:

(sic) nós tivemos reivindicação quando foram fazer os edifícios na parte de Areia Preta, porque tinha um plano piloto pra não subir mais do que o segundo andar e eles fizeram edifícios de 25 andares. Tivemos várias reivindicações mobilizando a população, mas a gente não teve êxito de conseguir vetar. Primeiro por causa do poder público, era só deputado, senador, prefeito, vereadores em massa que tem poder econômico. Então eles fazem e acham que deva fazer. Do nosso lado é só as entidades e a população. Eles compram os terrenos e fazem as construções e nós não temos como parar. O poder público tá envolvido nisso e não tem como vetar essas construções.

Evidentemente, o capital, também, necessita da aliança com o Estado, pois só o poder político constituído pode atuar na regulamentação de grandes parcelas do espaço; produzir infra-estrutura; fazer valer ou não o estatuto da propriedade

privada no solo urbano e intervir na liberação de áreas ocupadas para novas atividades empresariais. Os sujeitos entrevistados mostraram-se conscientes desses mecanismos que une Estado e mercado.

É, possivelmente, nos espaços destinados à moradia, que as contradições sociais e a rarefação espacial aparecem de forma mais intensa. Mas como se dá a “escassez” nos lugares de moradia? O espaço que se constitui como uma valiosa mercadoria, é apropriado de forma privada. Isto, contraditoriamente, gera um limite para a expansão dos serviços naqueles espaços, implicando, entre outras coisas, a “raridade” de lugares para o capital poder se reproduzir.

O espaço em Mãe Luiza é ocupado pelos(as) – moradores(as) – fato este, que impede, pela sua permanência no território, o mercado de se desenvolver mais rapidamente no bairro. A solução encontrada pelo mercado para resolver essa “contradição” de “falta de espaço” foi se aliar com o Estado para redefinir os limites e usos do espaço urbano, *“fazendo a propriedade trocar de mãos, e possibilitando com isso as mudanças de usos e funções, necessárias à continuidade da reprodução do capital”* (Carlos, 2001:24)

Desde os idos de 1980, Mãe Luiza é um espaço potencializador para o enriquecimento imobiliário. É um lugar privilegiado pela natureza, e, portanto, se constitui num espaço “escasso” na cidade do Natal, o que torna o bairro, alvo constante do mercado imobiliário, da indústria hoteleira que, aliada ao poder público, (re)define usos e funções do solo para atender aos objetivos da maximização dos lucros.

Nesse processo, a força e os interesses dos segmentos dominantes desapropriam, desenraizam, desterritorializam, excluem e expulsam a população residente, negam seu direito de moradia, transformando, assim, o uso residencial do solo num uso mercantil do espaço e dos serviços. Esse é o antigo jogo do mercado que ignora o valor de uso dos produtos, fixando-se no seu valor de troca. Neste caso, o objetivo é solucionar o problema da “raridade” dos espaços. É importante enfatizar, aqui, o papel fundamental que o Estado exerce nessa operação de “criação de lugares” para a expansão do capital.

Em Mãe Luiza, tornaram-se lugar comum os “apelos” do mercado imobiliário para que os(as) moradores(as) vendam seus imóveis, principalmente, os que residem nas áreas privilegiadas, de onde pode se contemplar o mar. Os indivíduos são assediados pelo mercado e presenciam, assim, a mercadorização de suas casas.

Suas necessidades e o direito a uma vida digna; o histórico da ação coletiva no momento das ocupações e a construção das casas; a identidade formada na família, nas relações com a vizinhança e com o meio são subsumidos no valor de troca e no jogo do mercado que (re) modelam as relações sociais presentes no bairro. De acordo com a representante do *Clube de Mães Lurdes Guilherme*, a especulação imobiliária é muito forte no bairro, mas a resistência ainda é motivo de orgulho e sabedoria:

(sic) eles tentam tirar a gente daqui no sentido assim, eles compram as casas. Muitos deles botam um dinheiro bom e muita gente acaba vendendo. Eu conheço um que ele vendeu sua casa e com o dinheiro de uma casa ele comprou duas. Comprou uma em Nova Descoberta e outra na Zona Norte com o dinheiro de uma casa. E aqui eles lutam muito pra tirar a gente daqui, botam um dinheirão e tem gente que nem pensa, é abestado. Porque eu moro aqui há 27 anos, vai fazer 28 e eu não saio daqui. Ave Maria, não tem dinheiro. Minha casa foi com luta. Não tem dinheiro que pague.

Instaura-se no bairro a convivência entre territorialidades distintas, e, desse modo, registram-se, num mesmo espaço, a identificação dos sujeitos com seu lugar de moradia e o forte apelo do mercado imobiliário para que vendam suas casas. Isto não é de forma alguma, um evento estranho à realidade do bairro, ao seu cotidiano heterogêneo. Ao contrário, integra os choques entre territorialidades diversas; entre uma população que luta pela preservação da memória, da identidade e do seu próprio território, e, uma outra parte, formada por moradores(as) que já deixaram de resistir à força do mercado imobiliário que os expropria do seu habitat e da sua identidade.

O espírito de luta, a permanência no bairro, a afetividade e os laços de amizade criados são perdidos juntamente com o imóvel. Trata-se de uma forma, ao mesmo tempo, objetiva e simbólica de violência. A violência da expropriação do espaço pelo mercado imobiliário que acontece em Mãe Luiza é uma das faces perversas vividas pela população.

(sic) A maior agressão que Mãe Luiza sofre é a discriminação e a pressão do poder imobiliário, que tenta excluir os demais moradores dessa área. E a gente termina pagando, os hotéis são construídos na Via Costeira e no final a gente tem as praias como o hotel Pirâmide daqui, tem vários locais atrás do hotel que eles colocaram segurança. Isso é um exemplo das praias daqui, que era de Mãe Luiza e agora não são mais nossas. A comunidade como é chamada, a comunidade dos farofeiros, de pobres e favelados não tinha mais o direito de permanecer ali (Representante do Movimento de Resistência Ecológica).

As relações mercantis que moldam os processos sociais, conseguem, também, (re)modelar o espaço. Os(as) entrevistados(as) lembram que Mãe Luiza após a construção dos prédios em seu entorno vem, paulatinamente, deixando de ser um bairro arborizado. Não fosse o verde do Parque das Dunas que se encontra no entorno do bairro, difícil seria ver os cajueiros brotando nos quintais das casas, com os seus exíguos espaços; amendoeiras dando sombra para as conversas nas calçadas.

Segundo Medeiros(1995:25), *“o bairro tem uma densidade de 180 habitantes. Apesar de grande densidade populacional, o bairro possui apenas 0,12m² de área verde por habitante, muito aquém do recomendado pela ONU que é de 14 a 16 m² por habitante”*. O lazer, o ambiente saudável e equilibrado estreita os laços de amizade e solidariedade na vizinhança e com o meio ambiente e, é, imprescindível à vida social.

A competitividade e correria impressas no cotidiano dos sujeitos afetam, inexoravelmente, à subjetividade humana. As pessoas estão diminuindo o tempo para o prazeroso ato de “jogar conversa fora”, pois elas estão na fila em busca do

emprego; estão cansadas de lutar contra um “inimigo” poderoso e obter sucessivas derrotas. O conformismo diante da situação de carência vivida é fruto, também, da lentidão e da ineficácia nas respostas dadas pelo poder público às reivindicações populares. Na avaliação de um representante do Grupo de Jovens:

(sic) a gente já cansou de fazer barricadas, caminhadas, de ir na prefeitura.

A fragmentação sócio-espacial que observamos no território pode ser nomeada através: da falta de espaço para o lazer; da privatização dos espaços públicos; do esfacelamento das relações sociais; da questão da violência; do desemprego; da forte especulação imobiliária que existe no bairro. A fragmentação, também, é marcada pela criação de sub-espços dentro de Mãe Luiza. A especulação imobiliária (re)define as áreas privilegiadas, (re) organiza o espaço de acordo com os interesses do mercado imobiliário.

- **Cenas do cotidiano em Mãe Luiza**

A população vivencia, em seu cotidiano, a lógica da fragmentação que é forjada no jogo do mercado imobiliário com seu poder de transformar não só o uso do solo como, também, promover alterações substanciais na esfera das relações sociais. Desse modo, é possível verificar que em algumas localidades de Mãe Luiza, como por exemplo, o “Barro Duro” que é caracterizado como uma “área nobre” por ser próxima da Via Costeira e os(as) moradores acreditam possuir um certo “status” por habitar essa localidade⁵⁶.

Assim, se estrutura a lógica da fragmentação, produzindo os seus “sub-espços”, estratificando, no interior do bairro, áreas mais valorizadas do que outras, o que implica, além de impostos mais altos, dada a especulação

⁵⁶ Cf. (Carneiro, 1999:27).

imobiliária, a criação de preconceitos entre os(as) vizinhos(as), contribuindo, ainda mais, para a “guerra entre territórios”.

A população internalizou a fragmentação do seu território, assim como o caráter estratégico de especialização do espaço. Muitos acreditam possuir “status” por habitar um local tão disputado pela elite local. Trata-se de uma identidade que se gesta a partir da lógica do opressor, uma vez que se desenvolve mediante o jogo do mercado.

Para o *representante do Centro Sócio-Pastoral*, há realmente uma hipervalorização do espaço por conta de sua localização geográfica, evidenciando um paradoxo social entre “o bairro nobre” para as elites e o bairro repleto de desigualdades sociais, todavia, esse espaço é considerado “área nobre”, pela população de Mãe Luiza:

(sic) A localização é privilegiada, nós temos status de bairro nobre, mesmo entre aspas, mesmo tendo deficiências que devem ser contornadas. Essa questão geográfica é invejada, quer dizer nobre, ao mesmo tempo que se entende e que se rotula que é um lugar para gente rica e que pobre não pode morar.

A especulação imobiliária e as implicações nefastas que produz em termos das questões sócio-ambientais, tem determinação estrutural que no entanto se revelam em suas particularidades locais na vida cotidiana. O bairro materializa-se, aqui, como síntese dessa cotidianidade, pois, é, nesse espaço que se experimentam, historicamente, as emoções, os movimentos políticos-sociais e os conflitos entre as diversas territorialidades.

Trata-se de um lugar onde trafegam, pela mesma via, os interesses das classes subalternas e das imposições do mercado imobiliário, num intenso, complexo e contraditório movimento. O cotidiano em Mãe Luiza, é, antes de tudo, heterogêneo e fragmentado, seja pela diversidade de interesses singulares, seja pelas formas hierárquicas, impostas pelas estruturas econômico-sociais, que

tensionam, permanentemente, os lugares – lócus do cotidiano e seus habitantes. Mas como se dá essa permanente tensão no cotidiano do bairro?

Na análise acerca da vida cotidiana, muitas vezes, o cotidiano é apreendido como expressão dos indivíduos em sua singularidade; como cenário para a resistência; para o desenvolvimento local; espaço possível para sinergias centradas no indivíduo, que através de sua ação coletiva será capaz de enfrentar as degradações sócio-ambientais inerentes ao desenvolvimento desordenado das cidades. No entanto, é relevante enfatizar a complexidade da vida cotidiana numa sociabilidade que se rege pela desigualdade social.

A vida cotidiana não passa incólume aos interesses do mercado, por conseguinte, da mundialização capitalista. Exatamente por isso, o cotidiano não pode ser entendido tão somente a partir da singularidade dos indivíduos e de sua capacidade de resistência. O cotidiano se reproduz em sintonia com a totalidade da vida social. Desconectá-lo da totalidade social é desprezar as determinações sócio-históricas. O cotidiano integra todas as esferas da vida social do indivíduo, é o centro do acontecer histórico. Para Heller (1989:17),

a vida cotidiana é a vida de todo o homem(...) Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão – somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.

Em Mãe Luiza, observamos nos (as) moradores(as) uma forte identificação com o lugar, com os(as) vizinhos(as); identidade esta, construída desde o período das primeiras ocupações ocorridas no bairro. A maioria da população de Mãe Luiza reside ali há mais de vinte anos, o que lhes permite desenvolver esse traço visível de pertencimento e de identidade. Em Mãe Luiza, praticamente todos os habitantes se conhecem. A rua é nitidamente a extensão de suas casas. De acordo com o *representante da Escola de Samba Acadêmicos do Morro*,

(sic) o que mais valorizo aqui é a moradia, o clima, por exemplo, a distância, aqui tudo é perto. A gente vai a pé pra cidade, até ali pro centro se quiser, às vezes a gente tá sem dinheiro, vai até o alecrim, vai a praia e quer dizer tudo isso é bom pra gente(...) Não tenho vontade de sair daqui gosto de tudo. Eu nasci e fui criado aqui, porque a convivência que a gente tem, eu criei meus filhos aqui e eles também gostam daqui. Meus pais foram, quase dos primeiros a chegar aqui e até hoje tá. Então é tudo bom para mim.

Ao referir-se a “tudo” o entrevistado condensa a história e seu projeto de vida. Mas, refere-se, também, à realidade concreta em que se movimentam: ruas que servem de passagem para os(as) transeuntes e para o tráfego dos carros; ruas dos ônibus que sobem e descem as ladeiras do bairro, disputando o espaço com as pessoas; com os carrinhos dos ambulantes que circulam dia-a-dia na labuta da informalidade e com as crianças que brincam nessas vias estreitas por falta de uma área de lazer adequada. Há uma luta constante por espaço, pela preservação da identidade, pelo direito ao território e à cidade, mas há, sobretudo, uma luta pela sobrevivência.

Nas entrevistas realizadas o caráter de identificação com o lugar aparece em todas as falas. A paisagem, o clima, a praia, os laços de amizade e solidariedade são aspectos ressaltados enfaticamente pelos(as) entrevistados(as), como mostra a representante do *Clube de Mãe Lurdes Guilherme*,

(sic) as pessoas são amigas. Eu quero muito bem ao povo daqui e sinto que o povo também me quer bem. As pessoas se ajudam, é o único bairro em Natal, que ajuda as pessoas daqui. Vêm muitas pessoas de fora pra cá. É um bairro carente, mas que graças a Deus ajuda muito as pessoas. E o bom que eu acho também daqui é que é perto de tudo.

Os laços de amizade se fortalecem mediante as necessidades materiais dos indivíduos, num quadro de escassez de bens e serviços coletivos. A amizade, a identidade, o orgulho de pertencer ao bairro de Mãe Luiza, também, são práticas

de resistência construídas a partir das diversas territorialidades e demonstram o caráter subjetivo e simbólico da percepção dos sujeitos sobre o seu território. Essa identidade presente na sociabilidade dos(as) moradores(as) revela um aspecto importante na luta contra as degradações sócio-ambientais que ameaçam o bairro de Mãe Luiza e seu entorno: o caráter de preservação e do respeito à identidade local.

As atividades realizadas pelos(as) moradores(as) no seu dia-a-dia, como o ato conversar na rua com os(as) amigos(as), namorar na praça, participar das reuniões do Conselho comunitário, lutar contra a privatização da praia; preservar o ambiente que mora, entre outras coisas, correspondem a um nível de “consciência cotidiana”. Não se trata de uma consciência forjada nas artes e nas ciências, que para se desenvolver precisa ir além do imediato, como bem lembra Konder(2002). É uma forma de consciência construída sob a pressão das injustiças sociais, da degradação ecológica e da falta de condições materiais de vida, repousando na superfície da empiria, do imediato, *“no cotidiano predomina a lei do menor esforço”* (konder, 2002:239).

Superar a fragmentação do território e a imediatividade das ações é um processo complexo, contraditório, repleto de avanços e recuos, pois as práticas de resistência sócio-ambientais, não modificam de modo mecânico e espontâneo as práticas de conformismo de boa parte da população e a força do poder hegemônico. Fazer referência à necessidade da formação de uma consciência cotidiana crítica, que transcenda as barreiras do imediatismo, não é uma indicação meramente utópica, sem mediações com as condições reais de vida dos sujeitos do bairro.

Ao contrário disso, significa disseminar, como plataforma política, que os problemas de ordem política, econômica, social e ecológica que aparecem na realidade do bairro não podem ser entendidos e enfrentados, exclusivamente, na dimensão da singularidade, do imediato e da ação pragmática, mas, numa perspectiva que a um só tempo, articule a luta pela realização das condições materiais de vida, com a formação de uma consciência crítica sobre o cotidiano,

identificando, em cada manifestação concreta de resistência, o germe do inconformismo coletivo, que é uma forma particular de um conjunto de indivíduos manifestarem sua indignação com o vivido. Lembremos que Mãe Luiza é reconhecida, também, por sua tradição em abrigar lideranças populares que se formaram na trajetória da luta pelo acesso ao direito à moradia e ao direito à cidade.

Tudo isso faz com que, nesse universo de lutas imediatas que misturam práticas de resistência e conformismo, se desenvolva um sentimento de reconhecimento do direito, uma percepção da situação de escassez e da necessidade objetiva e subjetiva de estarem organizados. As lideranças do bairro, quando se referem ao Estado, revelam uma nítida compreensão prática em relação a sua funcionalidade na defesa dos interesses dos promotores imobiliários e dos interesses dominantes. Podemos, então, afirmar que o processo de formação da consciência cotidiana crítica é dinâmico, contraditório e se estabelece na politização das lutas cotidianas.

3.2. As práticas sócio-ambientais dos(as) moradores(as): luta, memória e história de um lugar

Desde a década de 1960, os(as) moradores(as) de Mãe Luiza lutam pela permanência/sobrevivência nesse território. Lutas que se estabeleceram para que pudessem reivindicar condições de infra-estrutura no bairro; para evitar a derrubada de suas casas pelo poder público; para resistir à “expulsão branca” tão corriqueira no bairro; luta contra a privatização da praia. São práticas que trazem mudanças ao processo de sociabilidade na área, fazendo de Mãe Luiza um lugar singular pelo caráter da organização popular.

As práticas sócio-ambientais no bairro de Mãe Luiza são reconhecidas como ações de resistência dos(as) moradores(as) contra o uso privado do espaço; contra a forte especulação imobiliária e os apelos do mercado para a criação de novos espaços lucrativos. Direccionam-se, também, contra as ações ineficientes do Estado na promoção de políticas públicas e por uma legislação eficaz, voltada para a preservação ambiental e para a regulação do uso do solo no espaço urbano.

São práticas que reagem ao individualismo e ao imobilismo tão presentes na dinâmica da vida cotidiana. Através dessas práticas de perfil cultural, religioso ou mesmo ecológicas e através das ações do Conselho Comunitário os(as) moradores habitantes de Mãe Luiza sobrevivem, lutam e resistem às variadas formas de degradação ambiental. Quais são, no entanto, as possibilidades sócio-históricas dessas práticas? Como podem contribuir com o desenvolvimento sustentável no território de Mãe Luiza? Até que ponto, através dessas práticas, os(as) moradores(as) conquistam poder político e conseguem resistir à ação dos especuladores imobiliários?

- **O entendimento sobre Meio Ambiente e a direção social da luta**

Diante de um cotidiano vivido em sintonia com a escassez, poderíamos pensar que Mãe Luiza aglutina mulheres e homens resignados, conformados com o seu dia-a-dia. Ao contrário, são inúmeros os espaços em que se pratica a resistência frente ao ambiente natural e construído, frente às dificuldades vivenciadas. Grupos e associações lideram essas práticas, revelando sua preocupação com o meio ambiente. E, como veremos adiante, esse entendimento inclui não somente a ecologia, mas a cultura, a religião e tudo que constitui o seu mundo. Ao solicitar aos(às) entrevistados(as) o seu entendimento sobre meio ambiente, um dos pontos ressaltados é o conjunto de condições que dizem respeito à vida social:

(sic) meio ambiente é um conjunto de coisas: a questão da arborização, do lazer, a questão do respeito do companheiro com o outro, tudo isso faz parte do meio ambiente. A questão do esporte, essa mata que nós temos aqui, essa vegetação que é muito importante para a gente, a conscientização que a gente colocar entre as pessoas é justamente isso o que eu vejo (Representante do Grupo de Jovens).

(sic) para mim Meio Ambiente é onde a gente está, quem sou eu, o que quero. Tudo isso é meio ambiente. Quem sou eu? Onde estou. Estou no mundo. O que quero? Viver (Representante do Grupo de Teatro Filhos da Mãe).

(sic) Antes a gente compreendia meio ambiente com a natureza e preservação das praias, do Parque das Dunas. Mas na minha compreensão hoje meio ambiente é tudo isso que a gente se insere, é o nosso lar, é o nosso meio de Assistência Social, é a preservação da própria vida. Que hoje a gente defende o meio ambiente defendendo a nossa vida (Representante do Grupo de Resistência Ecológica).

As lideranças revelaram, em seus depoimentos, uma concepção ampla do termo meio ambiente, nele incluindo, os aspectos social, humano, cultural e político. As práticas sócio-ambientais, portanto, extrapolam o caráter ecológico. Vejamos, então, as principais características de cada uma das práticas sócio-ambientais vivenciadas pelos indivíduos em Mãe Luiza e a direção sócio-política que assumem no enfrentamento dos problemas do bairro e na busca de efetivação do desenvolvimento local sustentado.

- **Práticas culturais e religiosas como expressão sócio-ambiental de resistência**

No campo das práticas culturais, encontramos uma série de ambigüidades que denota a tendência ideológica dominante que faz com que os segmentos

populares se adaptem e aceitem como sua, a produção ideológica da cultura de massa; do culto ao individualismo e da reprodução de formas clientelistas de atuação política. No entanto, percebe-se, na contra mão desses processos, a possibilidade objetiva e o esforço de vários indivíduos e grupos coletivos em Mãe Luiza que lutam para criar e estimular, no dia-a-dia do bairro, o surgimento de práticas culturais que se diferenciam das ações conservadoras historicamente consolidadas.

A cultura está presente em Mãe Luiza como um traço forte de resistência. As escolas de samba, as quadrilhas juninas, os grupos de capoeira, a dança, o teatro e a poesia lírica dos(as) poetas que expressam as emoções e o cotidiano, são, portanto, referências importantes na construção da vida sócio-ambiental do bairro. O “morro” aflora a sua resistência, os laços de afetividade e pertencimento, a revolta, através da poesia. Dentre os(as) poetas conhecidos do bairro, destacamos o poeta “marginal” Edgar Borges⁵⁷, conhecido como “Blecaute”. A poesia de Blecaute expressa, sem dúvida, a mistura de inspiração que inclui as territorialidades do bairro, suas paixões, rebeldia, boêmia e o forte traço político que define os seus versos:

R/evolução

Blecaute (Edgar Borges)

Tinha 15 anos

Quando a palavra não era dita

Tinha 20

Quando o livro não era aberto

Tinha 30

Somados

Rascunhados na minha própria favela

⁵⁷ Blecaute fez parte de um momento político-cultural de grande efervescência histórica em todo o país, que também, sacudia Mãe Luiza. Segundo Aparecida (2000), o Grupo Aeon, do qual Blecaute fazia parte surgiu no final da década de 1970 e através da música, da poesia, das artes plásticas e de discussões políticas, esse grupo (re)desenhou o relevo artístico, cultural e político do bairro.

*Onde transportava todos os dias
Sonhos de morro a morro
Tinha 40 anos
Quando o sucesso era verde e amarelo
No Bê a Bá da minha escola
Ah! Tinha muitos anos para viver em Cuba...
Mas
Num ato infeliz fuzilaram-me...*

O envolvimento com as práticas culturais é (re)apropriado de diferentes modos pelos habitantes do bairro que o encaram como atividade de lazer, passatempo, oportunidade de conhecer melhor outras pessoas, e, também, como forma de denúncia das condições objetivas precárias. Os grupos mais jovens interagem com os segmentos mais idosos e buscam socializar, através das práticas culturais, a dor, a alegria, a informação, a denúncia dos problemas existentes no bairro e, principalmente, a esperança que têm em dias melhores.

No entanto, são múltiplas as dificuldades encontradas na materialização das iniciativas culturais em virtude da falta de incentivo financeiro nesta área. Quando as instituições públicas, as ONG's e parcelas significativas da população dos bairros populares debatem sobre os problemas e as necessidades do cotidiano das classes subalternas, em geral, verifica-se um certo descaso em relação à cultura.

Isso porque o acesso ao teatro e ao cinema, por exemplo, são, equivocadamente, identificados como algo supérfluo quando se pensa nos problemas dessas classes. Mãe Luiza resiste a esta lógica e mantêm os seus grupos de teatro vivos. Além disso, segmentos organizados em torno da cultura fazem das festas populares uma grande expressão da criatividade, da sensibilidade e da resistência popular.

Nessa perspectiva, é relevante registrar, aqui, o esforço, a luta e as ações dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza na preservação da cultura popular, através dos festejos juninos que enfeitam e dinamizam as ruas do bairro com quadrilhas, fogueiras e bandeirolas. Outras manifestações da cultura popular referem-se: às rodas de capoeira que enchem os olhos da garotada de alegria pela descoberta do lúdico e da arte; à escola de samba que apesar de funcionar com dificuldade, consegue reunir homens e mulheres que valorizam a dança, a expressão corporal e a música. *Para o representante da Sociedade e Cooperativa Escola de Samba Acadêmicos do Morro:*

(sic) a nossa escola não é só carnaval como as outras. As outras são só mesmo no período do carnaval. Nós trabalhamos com o cultural e o social também. Passou o carnaval, mas nós temos mantendo as reuniões semanalmente as segundas-feiras. Nós temos apresentações em hotéis, na casa da criança com câncer, que foi um evento solidário. A gente faz apresentação no SENAC. Nós fazemos datas comemorativas. Temos um projeto cultural pra ser lançado nas escolas e o nosso maior objetivo é conseguir uma sede para Escola de Samba, porque a gente ia colocar realmente práticas do nosso interesse que é trabalhar com crianças. Por exemplo, ter a escola para mestre-sala, diversas atividades da Escola e mais qualquer coisa que possa tirar a turma que vive aí na rua.

As manifestações culturais no bairro integram, também, os campeonatos de futebol organizado pelo centro desportivo; as apresentações artístico-culturais do Grupo de teatro Filhos da Mãe que socializa os espetáculos de rua em rua, oportunizando ao conjunto dos(as) moradores(as) o contato com o teatro. Para o representante do grupo teatral Filhos da Mãe, apesar de todos os problemas, as práticas culturais conseguem aglutinar as pessoas, constituindo-se numa referência importante, também, para a juventude.

(sic) Ainda tem muitas entidades que querem trabalhar. Não só os filhos da Mãe, mas também tem outros grupos que estão surgindo, João Paulo que está formando o *Grupo de*

Teatro Mano Arte que é importante também. E tem o Jonas com o *Atitude Periferia* que é um jornal. Então são pessoas que estão surgindo agora que eu acho daqui uns dois anos, Mãe Luiza vai tá bem legal, o modo de pensar, devido a essas pequenas coisas que estão acontecendo.

As práticas culturais em Mãe Luiza contribuem de modo significativo na construção da identidade dos indivíduos com o bairro, despertando em alguns segmentos um sentimento de pertencimento em relação ao seu território. A cultura é um importante meio de comunicação entre os(as) moradores de Mãe Luiza e o ambiente como um todo, é uma manifestação que resulta em identidade, pertencimento do lugar e uma sustentação no processo das relações sociais entre os indivíduos. “A cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. É por isso que as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar” (Santos, 2002:61).

A cultura popular é uma importante aliada no processo de resistência das classes subalternas frente ao poder ideológico dominante que impõe estilos, gostos e modos de ser, numa investida poderosa para homogeneizar as práticas culturais, destituindo a memória popular e as particularidades territoriais. São manifestações culturais múltiplas que acontecem no bairro, a música, a poesia, o teatro, a dança, os ritos. A criatividade, a resistência e a afetividade são ingredientes do caldo cultural existente em Mãe Luiza. O representante do *Grupo de Teatro Filhos da Mãe* é autor do hino do bairro, música que exprime a história de luta e resistência dos(as) moradores(as):

Mãe Luiza Existe e Resiste
(letra e música de Wilson Pala)

Subida do morro, poeira na cara
A favela do lado, menino chorando
O povo fazia, o poder destruía
E todos diziam dali não saiam

E resiste, Mãe Luiza Existe e Resiste
Resistiu à fome e sede e a alimentação
Resistiu pelo progresso e a discriminação
E Resiste, Mãe Luiza Existe e Resiste
O povo unido não está só
Vamos lutar por um bairro melhor
Plantar segurança nos corações
Unificar as religiões
Lutar por saúde e educação
Juntar nossa gente e buscar solução
E Resiste, Mãe Luiza Existe e Resiste

Essa música é hoje considerada o hino de Mãe Luiza e é cantada em todos os encontros político-culturais que acontecem no bairro. Ao utilizar-se da cultura no seu cotidiano, os(as) moradores(as) estão resistindo e preservando um poderoso e inestimável legado da humanidade: as suas manifestações culturais. A quadrilha junina, os folgedos, o espetáculo mambembe resiste aos apelos midiáticos sensacionalistas comumente utilizados nos dias atuais. Segundo o representante do Grupo de Jovens de Mãe Luiza e do Centro Desportivo, os grupos culturais se ressentem da falta de apoio financeiro no desenvolvimento de suas atividades e isto, dentre outros aspectos, provocam a extinção de alguns grupos, no entanto novas iniciativas brotam no dia-a-dia do bairro.

(sic) temos a escola de samba; 04 grupos de dança eram 10 e hoje só tem 04 por falta de apoio e esses grupos morreram, tinha hip-hop, tinha strit-funk, tem o grupo Estilos, tem Roberto Leal, tem os grupos de capoeira, então são todo esse pessoal.

As práticas culturais se desenvolvem pelo poder que têm de conduzir os indivíduos para uma interferência no ambiente construído, através dos valores

políticos e sociais que reproduzem nas músicas, nas poesias, peças teatrais e pela possibilidade de resgatar a memória popular, à medida que mantêm viva as festas e tradições, ocupando, de forma concreta, as ruas estreitas do bairro, delimitando seu território de resistência diante das práticas culturais reiterativas e alienadas que disseminam uma concepção de popular identificada com simulacros da realidade, com tudo que é grotesco e superficial.

Como a cultura, a religião assume um papel importante na vida social em Mãe Luiza. A religião é uma poderosa ferramenta de concentração, “participação”, aglutinação e ideologização, constituindo-se, assim, outra modalidade de prática sócio-ambiental desenvolvida por homens e mulheres residentes naquela localidade. De acordo com o representante do Conselho Comunitário, existe em Mãe Luiza um número muito grande de centros onde são exercidas as manifestações religiosas.

(sic) temos hoje 23 igrejas em Mãe Luiza. Temos em média 13 a 14 centros espíritas e são um povo que a gente tem contato com todos eles.

Apesar da multiplicidade de manifestações religiosas existentes em Mãe Luiza, é necessário enfatizar o papel desempenhado pela Igreja Católica que exerce enorme influência na vida dos indivíduos do bairro, desde os anos de 1960, inspirada nos ideais das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Naquele período, quem estava à frente da igreja era o Pe. João Perestrello que direcionava a intervenção da Igreja para a busca de melhorias infra-estruturais no bairro. O legado, deste período, refere-se ao processo de organização de associações e grupos variados que se formaram na luta contra as condições materiais de vida aviltantes.

A Paróquia N.S.da Conceição e o seu Centro Social⁵⁸ se constitui um espaço fundamental no bairro, pelo papel político, social e religioso que exerce sobre os indivíduos. Atualmente, o Pe. Sabino Gentile é o responsável pelo protagonismo da Igreja nas ações de resistência inferidas no bairro. Todas as ações, mobilizações, campanhas, como a coleta seletiva, desratização; palestras de educação ambiental; campanha e discussão sobre as drogas; debates sobre a reformulação do Plano Diretor e tantas outras atividades são promovidas pelo Centro Sócio-Pastoral da Igreja. Para o representante da *Sociedade e Cooperativa Escola de Samba Acadêmicos do Morro*,

(sic) os grupos estão fazendo seus trabalhos. Tem hoje o Pe. Sabino que tá aqui e tem um grande trabalho aqui, buscando realmente tirar os jovens da marginalidade com cursos e tudo que tem aqui.

Assim, as formas organizativas de resistência sócio-ambientais no bairro contaram com a presença significativa da Igreja Católica, introduzindo dinâmicas de organização popular que aliava práticas religiosas com práticas políticas de resistência, reivindicações e lutas cotidianas. Padre Sabino não é somente o pároco da Igreja, ele é a principal referência política e social dos(as) moradores(as), é o grande articulador, reconhecido pelo conjunto dos sujeitos entrevistados. O Centro Pastoral que Pe. Sabino preside é o núcleo de assistência do bairro, em que são assistidos os idosos, as crianças, a juventude e toda a população. O Centro Pastoral promove cursos de informática, cursinhos pré-vestibulares; oficinas e palestras sobre várias dimensões da cidadania, além de coordenar o fórum de entidades em Mãe Luiza.

A missa na paróquia de Mãe Luiza é um momento de oração, confraternização, religiosidade, mas é, também, o momento para convocar a população para discutir os problemas do bairro, chamá-la para participar das

⁵⁸ Fundado pelo Pe. Sabino em 08 de Dezembro de 1983, O Centro Sócio-Pastoral Nossa Senhora da Conceição é uma entidade civil de caráter filantrópico que objetiva promover a dimensão humana e social de Mãe Luiza (Cf. Fernandes, 2000:121).

reuniões e informá-la sobre o cotidiano do bairro. Para Fernandes (2000:129), *“percebe-se que a formação dessa liderança religiosa destoa com a visão da Igreja Tradicional, porque a perspectiva de se levar em conta as expressões religiosas e culturais manifestas cotidianamente pelos atores sociais, prescinde do objetivo de formar fiéis”*.

As práticas religiosas no bairro de Mãe Luiza, principalmente no que se refere a ação da Igreja Católica se reveste numa direção social que busca fortalecer o poder organizativo das entidades no bairro, por outro lado, é possível constatar, através das entrevistas, a forte representação política, messiânica e assistencialista que os(as) moradores(as) reconhecem na Igreja, o que não anula a importância do Centro-Pastoral na luta para defender os interesses dos diferentes segmentos que atuam no bairro.

- **O Conselho Comunitário e a reprodução da democracia representativa**

Outra modalidade de prática sócio-ambiental se encontra nas formas políticas de atuação do Conselho Comunitário de Mãe Luiza, que se constitui um dos principais canais de interlocução entre a população e o poder público.

As principais reivindicações do Conselho são demandas oriundas desde a fundação do bairro que foram progressivamente agravadas mediante o desenvolvimento histórico: políticas públicas para a promoção de bens e serviços para o bairro; saneamento básico; implantação de um núcleo de segurança comunitária; melhoria infra-estrutural do posto de saúde e das escolas; construção de mais uma creche; programas de geração de emprego e renda; capacitação profissional; elaboração de uma “nova” regulamentação de uso e ocupação do solo; definição dos limites do bairro, entre outras reivindicações.

As formas de expressão que o Conselho utiliza para reivindicar as demandas do bairro são feitas através de audiências marcadas com o poder

público, em que se formam comissões representativas do bairro; contratação de carros de som para avisar sobre os eventos; o “boca-a-boca” que é o meio mais comum de comunicação; abaixo-assinado e ofícios. Para o Vice-Presidente do Conselho Comunitário, a entidade participa de todos os eventos políticos-culturais realizados no bairro e desenvolve várias atividades, tais como: construção de muros de arrimos; reforma de casas; doação de remédios e de caixão funerário; apoio aos grupos culturais e clubes desportivos.

(sic) a gente ajuda mais em termo de transporte. A gente vai com o ofício na Secretaria de Transportes e pega um carro para o enterro, pra jogo de futebol, pras Igrejas fazer algum passeio, aí a gente consegue ofício para empresa e ela libera o transporte. Temos assim aula de alfabetização que é um pessoal da universidade. Temos capoeira, temos um trabalho com os idosos, em termo de fazer uma festinha.

De acordo com as diversas territorialidades praticadas no bairro, há opiniões divergentes sobre a atuação do Conselho Comunitário. Para uma parte dos(as) entrevistados(as), o Conselho é mais um aliado na luta contra as variadas formas de degradação sócio-ambiental que se processa em Mãe Luiza e no seu entorno. Para outros(as) entrevistados(as), a inserção política do Conselho se desenvolve mediante práticas clientelistas e assistencialistas.

Segundo o Presidente do Conselho Comunitário, o trabalho realizado pelo Conselho relaciona-se com os principais problemas do bairro:

(sic) O IBAMA, fala muito em Meio Ambiente e não respeita. Tem um prédio ali no pé do morro, que tiraram uma árvore mais velha que tinha, uma maçaranduba, mais de cem anos, uma coisa linda. Para rico não tem limite, para pobre se tirar um caju é preso. O Conselho participa dessas discussões, procuramos informar a comunidade.

A partir dos anos de 1980, após o “boom” da organização popular voltada para a defesa dos interesses da população, através de práticas democráticas de

contestação do autoritarismo e do clientelismo praticados pelo Estado, reaparecem, com força, nos bairros populares, práticas fundamentadas numa cultura política conservadora. Em Natal, a maioria dos Conselhos Comunitários foi transformada em verdadeiros alicerces eleitorais.

As lideranças são estimuladas a se comprometer com determinados candidatos em troca de um conjunto de serviços no campo da assistência social que seriam disponibilizados sob o controle do conselho comunitário. De acordo com o Presidente do Conselho, as doações e convênios são frutos de parcerias estabelecidas entre o Conselho e empresas de Natal e órgãos da Prefeitura.

No entanto, nos períodos eleitorais é comum que alguns representantes do Conselho se constituam em verdadeiros cabos eleitorais. Esta situação se agrava na medida em que os interesses políticos da população ficam secundarizados diante dos interesses “eleitoreiros”. Um entrevistado chama atenção para o fato de que algumas lideranças do Conselho passam toda a gestão arregimentando votos em troca de favores individuais.

As práticas de doação de remédios; caixões funerários; autorização de exames médicos etc demonstram a insuficiência dos serviços públicos no atendimento das necessidades da população e contribuem para a manutenção das práticas eleitoreiras conduzidas pelas “lideranças” que se transformam em cabos eleitorais. Desse modo, ao invés do acesso ao direito à saúde e ao conjunto de políticas públicas, a população é levada a estabelecer uma relação de dependência política diante de algumas lideranças do Centro Comunitário, bem como frente a determinados políticos locais. *Segundo o representante do Grupo de Jovens:*

(sic) aqui na comunidade existe alguns currais eleitorais. Então fulano tem que aparecer; então não pode abrir muito porque se não outras pessoas vai surgindo e pode prejudicar alguém que quer aparecer.

Para esse entrevistado, a atuação do Conselho é restrita, atingindo apenas parte dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza, uma parte significativa que se

submete às práticas clientelistas presentes no bairro. Afinal de contas, o clientelismo é uma herança da cultura política autoritária vigente no país em largos períodos históricos.

A forma arraigada com que esta cultura política se consolidou, historicamente, faz com que as práticas clientelistas se (re)atualizem diante de diversos fatores. O clintelismo presente no bairro é um elemento desagregador da organização política e afasta a possibilidade da formação de uma consciência cotidiana crítica. *“O indivíduo emudece e empresta a sua voz, tornando-se, paralelamente, o ventríloquo daquele que fala em seu lugar”* (Santos, 2002:73).

O clientelismo é uma marca ignóbil da política brasileira e alguns Conselhos Comunitários tendem a assumi-la localmente, mediante os apelos das necessidades individuais, mediante uma intensa degradação do tecido social e ecológico e do jogo populista de alguns candidatos que oferecem em troca de apoio político, oportunidades, dinheiro e promessas de melhoria infra-estrutural no bairro. Essa é uma das faces perversas das práticas sócio-ambientais que o conselho abriga. Por outro lado, faz necessário lembrarmos das lutas e reivindicações que o Conselho exerce frente ao poder público na solução dos problemas do bairro.

Segundo o Presidente do Conselho, a entidade abre suas portas, diariamente em horário comercial, para atender a população. São inúmeros os ofícios encaminhados pelo Conselho à Prefeitura solicitando as reivindicações dos(as) moradores(as), que, na maioria das vezes, ficam sem resposta. São inúmeras as dificuldades que o Conselho enfrenta, como por exemplo, a falta de recursos para atender às demandas sociais do bairro. Questionado sobre as estratégias utilizadas com o objetivo de chamar a atenção do poder público para os problemas existentes no bairro, destacou, além dos ofícios, a realização de reuniões envolvendo a população residente em Mãe Luiza e os(as) representantes(as) do poder público. Nestas reuniões são discutidos os problemas e as possíveis soluções. *Para o Presidente do Conselho,*

(sic) nós faz o convite a Carlos Eduardo⁵⁹, aí ele manda um representante, o representante já vem conversando, vem pra passar manteiga, é como Vilma fazia, é como Agripino fazia e Garibaldi. Manda uma pessoa que não é nem secretário. A gente convida pra mostrar os problemas do bairro, as reivindicações. Em ofício acho que bati um recorde, foi mais de trezentos quase quatrocentos, para todas as secretarias⁶⁰.

Os limites e as contradições na relação entre o Conselho e o poder público expressos na fala do entrevistado revela, entre outras coisas, o descaso, desse último, com a população e os problemas sócio-ambientais do bairro. A relação política que envolve o Conselho e o Estado se consolida através da ação de políticos locais, muitos dos quais, conservadores que apóiam as lutas populares, exclusivamente, em troca de votos.

Desse modo, o Conselho se transforma em instrumento eleitoral para determinados candidatos e o bairro em depósito de votos que só merece atenção nos períodos eleitorais. *Para o representante do Movimento de Resistência Ecológica*, o clientelismo é um traço forte e negativo do cotidiano em Mãe Luiza:

(sic) o que eu não gosto aqui, são os determinados grupos políticos que vem e se instalam na comunidade, tipo uma fundação que a gente tem aqui, logo em frente aí. E que vem e faz todo aquele trabalho de benefício, dito social, mas atitudes financeiras por trás, atitudes clientelistas devido à política. Isto é uma das coisas que tenho repúdio, com a arrogância com que tratam a gente e com a falta de respeito aos moradores da comunidade. Por que eles são sempre tratados como objetos e sempre como uma classe de marginais mesmo.

⁵⁹ Carlos Eduardo é o atual prefeito da cidade do Natal. Ele foi eleito na condição de vice-prefeito na chapa de Vilma de Faria e assumiu o cargo quando a prefeita Vilma renunciou para se candidatar à governadora do Estado. Os outros nomes mencionados na fala do entrevistado são todos ex-prefeitos do Natal.

⁶⁰ É necessário chamarmos atenção para o burocratismo que se estabelece entre o Conselho e o poder público. A ida e vinda de ofícios não resolvem os problemas sócio-ambientais do bairro, ao contrário, essa prática de “ofícios” burocratiza o movimento popular, e, por vezes, afasta-o de uma ação direta mais ofensiva no enfrentamento dos problemas do bairro.

Segmentos expressivos da população, diante dessas práticas clientelistas, acabam se afastando do Conselho e de outros grupos associativos, desacreditando, assim, do protagonismo das entidades e suas lutas. Mesmo que alguns sujeitos exibam algum proveito individual, há um caráter nitidamente negativo e desmobilizador nas práticas clientelistas.

Diante das diversas territorialidades e interesses individuais, se configuram divergências de opiniões sobre as práticas políticas do Conselho Comunitário. Para o Presidente do Conselho Comunitário, a maior dificuldade do Conselho refere-se à escassa participação dos(as) moradores(as):

(sic) a gente quer deixar a comunidade informada. A gente passa com um carro de som, mas se trouxer uma banda boa, patrocinada por A e B, pra fazer um show e trazer um cantor bom, eles vêm. Vêm porque querem dançar. 80% ou 90% não vem aqui para ver o que o Conselho faz. Eles só vêm aqui quando a casa tá caindo. Às vezes passa o carro de som dizendo – vai ter uma reunião em benefício da comunidade, não vêm. Se tivesse uma banda. É difícil trabalhar com Mãe Luiza, a não ser que tenha algum interesse, a não ser que você dê o café da manhã. Pouca gente se envolve.

Do nosso ponto de vista, o Conselho Comunitário tem um papel importante no processo de organização popular, além de se constituir como representante legal de Mãe Luiza na luta contra as degradações que ameaçam o meio ambiente do bairro. No entanto, as práticas clientelistas e conservadoras de algumas lideranças obstaculizam a visibilidade do Conselho como espaço coletivo de resistência dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza, além de alimentar a continuidade das práticas conservadoras de determinados partidos políticos.

- **Práticas ecológicas como forma de resistência**

Na análise das práticas sócio-ambientais dos sujeitos em Mãe Luiza, destaca-se, uma outra modalidade - que são as práticas ecológicas. As práticas ecológicas possuem como objetivo a preservação ambiental e se concretizam através da Educação Ambiental⁶¹. Em Mãe Luiza, essas práticas se materializam na denúncia de crimes ecológicos e na resistência contra as ações dos promotores imobiliários. *Segundo o representante do Movimento de Resistência Ecológica*, a denúncia é a melhor forma de resistência:

(sic) a gente já teve momento de denunciar ao próprio poder público, construções irregulares, e aqui nós temos alguns motéis que são de pessoas influentes na cidade. Teve motel que foi cedido a área de preservação ambiental, que não pode fazer nenhuma construção. E no lugar de se fazer um trabalho de preservação ambiental se cedeu a área pra fazer um motel e até hoje existe lá a lei proibindo e o motel construiu uma entrada e uma saída para dentro da duna. E a prefeitura tá lá, todo mundo sabe. De certa forma o poder público ele estimula essa agressão branca que vem dos grupos financeiros que existe na cidade. A gente resiste mesmo, procurando denunciar e fazer as nossas ações.

São motéis, hotéis de luxo, postos de gasolina, prédios residenciais, mansões que destoam completamente da realidade dos(as) moradores(as). A injustiça social impera na paradisíaca e contraditória paisagem de Mãe Luiza. Os(as) moradores(as) em Mãe Luiza quando degradam o meio ambiente são punidos com rigor pelos órgãos de fiscalização ambiental. Isto não acontece da mesma forma e com tamanha eficácia, quando se trata de um empresário local ou

⁶¹ A proposta de Educação Ambiental vem sendo discutida desde a década de 1970 e, é, concebida como um processo que envolve ações que reforçam os aspectos políticos, sociais, ecológicos e culturais de cada sociedade, tendo como meta a efetivação do Desenvolvimento Sustentável, pressupondo formar para autonomia, participação e o reconhecimento dos direitos e deveres das sociedades.

de grupos empresariais, como se referem às seguintes falas⁶². Para o presidente do Conselho Comunitário,

(sic) a gente fica sem saber dizer nada, lutar contra rico né? O IBAMA, o IDEMA, só olha o lado do rico, se o rico quer fazer uma construção dentro da mata faz.

O representante do Movimento de Resistência Ecológica é enfático:

(sic) hoje a gente luta contra um inimigo invisível, os grupos imobiliários que estão aí, enxertados no governo. (...) Eles destroem e não acontece nada. A destruição que ocorre em Mãe Luiza, é a destruição de orla marítima, que era tratado e beneficiava a comunidade. Hoje eles deixou os hotéis cobrir falésias com areia, para colocar bancas de restaurantes. Então essa destruição é muito grande, e a destruição em relação ao meio ambiente tá crescendo muito e a destruição do pouco de cidadania que a comunidade busca cada vez mais exigir.

As práticas ecológicas assumem, um aspecto bem peculiar no bairro: a defesa do meio ambiente é antes de tudo uma defesa dos meios de sobrevivência da população. A população percebe que preservando o meio ambiente está defendendo a sua casa, a família, a sua identidade, a praia que freqüenta como área de lazer, o ar puro que respira, a água que bebe. A proteção ao meio ambiente no território de Mãe Luiza, é de certa forma, um meio de resistir às

⁶² São típicos e corriqueiros os casos da severa fiscalização ambiental brasileira que aplica a justiça devidamente e que viram piada nacional. Por exemplo, o caso do senhor que foi preso por raspar o cascalho de uma árvore para fazer um chá para esposa. Caso também, do homem que foi condenado por ter matado um tatu. São as contradições e paradoxos da justiça brasileira que viram piadas; ao invés de reflexão; transformam-se em risos, quando na verdade merecia a nossa indignação. São inúmeros exemplos de biopirataria que se pratica nas nossas florestas e reservas ambientais por empresas transnacionais; por contrabandistas. São agressões contra nosso patrimônio natural e coletivo que devem ser punidas. Prender um garimpeiro que está poluindo o rio com mercúrio e deixar o dono da mineradora livre e sua empresa funcionando, é também, um modo de degradação sócio-ambiental, quando não se faz justiça. É deixar que a culpa recaia sobre o indivíduo quando a degradação do meio ambiente é parte constitutiva da fúria por novas oportunidades empresariais e de obtenção de lucro.

constantes ameaças de “expulsão branca” do território; trata-se de defender o bairro das construções irregulares que degradam o ambiente.

Para exemplificar essa relação intrínseca entre sobrevivência e preservação ambiental, poderemos citar como exemplo, a relação de muitos grupos sociais com a natureza, como é o caso dos ribeirinhos, dos(as) trabalhadores(as) sem-terra, dos(as) indígenas, garimpeiros(as), entre outros. Quando estes e demais grupos lutam pela preservação da natureza acontece, inicialmente, uma defesa imediata das suas fontes de sustento. As práticas de preservação ambiental acontecem, na maioria das vezes, quando ocorre a luta pela sobrevivência. Sobre isso, Scherer-Warren (1993:102) analisa:

entre as populações rurais, quando a luta pela sobrevivência se expressa na luta contra a expropriação do próprio habitat, da terra e outros meios de produção; contra a ameaça à identidade cultural e comunitária, esta luta vem acompanhada da necessidade de preservação do meio ambiente, e surge a possibilidade histórica de ecologização de seus movimentos.

Para o representante do Grupo de Teatro Filhos da Mãe,

(sic) a comunidade não destrói o meio ambiente de forma decidida. Existe os especuladores, donos dos hotéis, os gringos que estão começando a invadir pela Via Costeira, estão fazendo uma devastação legal. As encostas, por exemplo, que mora muita galera abastada, mais pobre não tem tanta destruição assim das encostas. Eles conseguem respeitar, fazem uma cerca, respeitam. O pessoal maior não, eles vão entrando na mata, derrubando, tirando areia. Então existe sim essa destruição dessas áreas, este sim, destrói o meio-ambiente.

Desse modo, as práticas ecológicas dos(as) moradores(as) em Mãe Luiza não implicam, necessariamente, em práticas conscientes de preservação do meio ambiente. No entanto, essas práticas entrelaçadas nas práticas culturais, políticas e religiosas resistem às constantes degradações do território e do ambiente

humano. Não se trata da materialização de uma “consciência ambiental” que pressupõe a conservação da natureza por esta se constituir um bem coletivo. A consciência ambiental vai além do imediatismo da vida cotidiana e da luta em defesa da sobrevivência.

No passado, período que remonta à ocupação em Mãe Luiza, a própria população contribuiu com o processo de degradação ambiental, quando ocuparam, com aval do poder público, uma área de preservação⁶³. A retirada de madeira e areia do Parque das Dunas tanto era feita pelos(as) moradores(as) (em menor quantidade) como pela indústria da construção civil. De acordo com a *representante do Clube de Mães*, no período da ocupação do bairro, quase todos os indivíduos utilizaram areia e madeira do Parque das Dunas, usando a natureza de forma predatória e sem limites.

(sic) agora melhorou, mas tiraram muita areia, madeira. Até que as pessoas também porque era pra construir suas casas, pra cozinhar. Porque hoje graças a Deus tá muito bom, mas de primeiro o pessoal ia pegar lenha que era pra cozinhar e também pra fazer suas casas. No caso quando eu vim morar aqui minha casa era de taipa e aí as pessoas foram pegar lá madeira para construir. Agora se for fazer qualquer serviço tem que comprar areia.

O representante do Movimento de Resistência Ecológica, também, se refere à ação predatória dos sujeitos em Mãe Luiza:

(sic) naquela época a destruição era muito constante. Eles usavam a madeira para fazer carvão, para fazer seu alimento mesmo.

⁶³ De acordo com Maricato(2001:85), “os loteamentos ilegais surgem nas terras vazias desprezadas pelo mercado imobiliário privado. Não é por outro motivo que as favelas se multiplicam em áreas públicas, áreas ambientalmente frágeis sobre as quais incidem leis protecionistas como é o caso de áreas *non aedificandi* nas beiras dos córregos. Nas terras vazias situadas em regiões valorizadas pelo mercado imobiliário, até mesmo quando são públicas, a invasão não é admitida. Aí o poder de polícia municipal é exercido e as normas se aplicam.

As entrevistas revelam a utilização predatória da natureza por parte da população e que essas ações se encontram profundamente relacionadas com a questão da subsistência. É possível afirmar que a falta de consciência ambiental e coletiva dos indivíduos em Mãe Luiza contribuiu, também, para a degradação do meio ambiente, no entanto, se impõe neste processo uma questão de determinação estrutural, ou seja, a dilapidação ao meio ambiente é uma forma de garantir a sobrevivência, evidenciando as contradições postas pela desigualdade social. As ações da especulação imobiliária, da indústria hoteleira e do mercado agilizam e agudizam o processo de degradação do meio ambiente.

O uso e a ocupação do solo transformado em valor de troca intensificam o processo de degradação sócio-ambiental, pois o espaço é visto numa relação direta com o que pode retornar em termos financeiros. A população utilizou os recursos naturais das áreas de proteção ambiental para construir suas casas, para cozinhar os alimentos, o que caracteriza ações predatórias. Mas vale referir a imposição da luta pela sobrevivência⁶⁴. Já os promotores imobiliários utilizam os recursos naturais da área com o objetivo de expandir seus negócios e obter lucro.

(sic) Hoje em Mãe Luiza, a gente consegue vislumbrar algo positivo, em relação à retirada de madeira nativa, areia, vem diminuindo cada vez mais. Mas em relação ao mercado imobiliário, aí sim, o Parque das Dunas tá cada vez mais sendo destruído. E aí quando o mercado imobiliário chega... O hotel lá embaixo além de entrar dentro do Parque das Dunas, ainda derrubou a vegetação nativa e ainda fez, como o gringo fez aqui do lado, ainda fez daquela encosta um jardim se beneficiando do Parque e o poder público não fez nada. Então a destruição feita pelo mercado imobiliário com o aval do poder público com a história do Caribe (motel), do outro motel que construíram recentemente aí, é uma destruição que vem do mercado imobiliário. Isso é uma destruição que a gente não tem como, a comunidade com os seus meios não tem hoje como impedir. A não ser que o

⁶⁴ Novamente, devemos enfatizar o papel do Estado como gestor, fiscalizador e regulador do espaço urbano que historicamente não cumpre efetivamente a sua função. A população de Mãe Luiza no início da ocupação do bairro foi praticamente “empurrada” para o morro pela Prefeitura, para uma área de dunas que deveria ser preservada, um lugar “longínquo” do centro da cidade e sem nenhuma infra-estrutura, soma-se a esses fatores, a falta de condições materiais dos(as) moradores que ao se apropriarem do território, buscavam na natureza os elementos essenciais para assegurar a sobrevivência.

poder público tivesse consciência e desse poder para comunidade fazer isso, se as denúncias fossem ouvidas.

Nas duas últimas décadas, em conseqüência do caráter imperativo que a preservação do meio ambiente assume no mundo inteiro, operacionaliza-se, nas cidades e bairros dos países periféricos, programas voltados para a educação ambiental da população. Em Mãe Luiza, a educação ambiental é realizada através de projetos em parceria com a universidade, com ONG's e prefeitura.

Registre-se, aqui, a presença dos movimentos ambientalistas que foram os primeiros a defender, no bairro, a preservação do ecossistema dunar como condição para a garantia do futuro do bairro e da permanência da população em Mãe Luiza. O discurso da sustentabilidade local⁶⁵ tornou-se para os indivíduos uma importante estratégia para garantir a permanência no lugar e para limitar a especulação imobiliária no bairro e no seu entorno. Mais do que garantir a sustentabilidade local trata-se de amenizar os efeitos e a continuidade da ação predatória de determinados segmentos.

As práticas ecológicas efetivadas pelos(as) moradores(as) se fundamentam no ideário do Desenvolvimento Sustentável Local que é interpretado e apreendido de várias maneiras, contudo, seus pressupostos básicos se encontram no caráter endógeno do seu processo, ou seja, a perspectiva da sustentabilidade local é a promoção de melhorias nas condições de vida da população, através da conquista dos serviços públicos, da expectativa do crescimento econômico, da democracia participativa, da preservação ambiental e da diversidade cultural. Para Silveira (2002: 108),

o projeto societário hoje hegemônico – ainda que tenha como base essencial a acumulação privada – reforça-se por intermédio de hierarquias, normas e legislações

⁶⁵ É preciso esclarecer que o discurso do Desenvolvimento Sustentável não é empregado diretamente e conscientemente pela população de Mãe Luiza. Algumas práticas sócio-ambientais é que apresentam, de forma velada, os ideários da sustentabilidade local, mesmo que isto não seja absolvido por muitas lideranças e segmentos da população.

legitimadoras de uma igualdade anunciada, ainda que formal, para a qual se atribuem regulações e disciplinamentos democráticos que irão dar sustentabilidade legal à desigualdade instituída. E este projeto, o do capital, majoritariamente é aceito e, mais que isto, internalizado pelos sujeitos. E que ao se reproduzir, assegura não apenas a sua reprodução, mas a do modo de produção capitalista, a da sociedade capitalista. São as relações mercantis que vem conformando os processos sociais. O homem, nesse contexto, ele próprio mercadoria, coisifica-se, se fragiliza e se fragmenta, se desfigurando na qualidade de produtor de coisas e de usar a própria consciência.

As práticas ecológicas que fizeram de Mãe Luiza um bairro singular e pioneiro na preservação ambiental em Natal se materializam em micro-ações cotidianas com destaque para: o Projeto de Coleta Seletiva; o Mutirão de Limpeza e Desratização; o Projeto Saúde Comunitária realizado pelo Centro Sócio-Pastoral N.S^a da Conceição; a criação do Movimento de Resistência Ecológica, a fundação do Grupo de Jovens Revolução; a inserção política no bairro da Pastoral Operária etc.

Uma iniciativa importante destacada pelos sujeitos entrevistados foi a realização do I Seminário do povo “Mãe Luiza Existe e Resiste”, em 1989, que tinha como objetivo central debater com a população os problemas ambientais do bairro, as conseqüências da especulação imobiliária e os rebatimentos econômicos e sociais gerados após a implantação do complexo turístico na Via Costeira. Sobre isso, *o representante do Movimento de Resistência Ecológica, comenta:*

(sic) uma das maiores conquistas da comunidade que foi no período de 1992 pra 1995 foi feito o Plano Diretor de Mãe Luiza. A gente discutiu de forma organizada com todos os grupos, durante uma semana nós fizemos os debates, com as Igrejas, clube de mães, nas associações e conseguimos fazer um Projeto de Lei só para Mãe Luiza. Foi aprovada na Câmara e até hoje, esse projeto de lei estão tentando derrubar, porque foi uma luta da comunidade que participou independente de cor, branco, preto, grupo A político ou B.

Nós impedimos que Mãe Luiza fosse vendida de uma só vez para 02 ou 03 grupos hoteleiros. Existem vários projetos para transformar essa área só numa área turística⁶⁶.

As práticas ecológicas assumem uma dimensão de resistência, a exemplo de todas as outras práticas sócio-ambientais do bairro, à medida que possibilita a reação coletiva contra os interesses especulativos do mercado e de outras formas de degradação ambiental em Mãe Luiza. Segundo *o representante do Movimento de Resistência Ecológica*, as atividades que o grupo realiza são de cunho prático, de embate e denúncia:

(sic) hoje a gente tá mais na área de pesquisar e denunciar mesmo algumas agressões que nós sofremos no dia-a-dia. Aqui em Mãe Luiza, a comunidade, ela consegue realizar as atividades de preservar o seu meio, mas o que vem de fora fere diretamente e, geralmente, a gente é agredido.

As práticas ecológicas têm sido fundamentais para contribuir na formação da “consciência crítica” de homens e mulheres do bairro. A organização coletiva e os protestos em torno da preservação ambiental revelam, mesmo que de forma imediata e pragmática, algumas conquistas. A regulamentação do Plano Diretor em 1994, que inclui Mãe Luiza como Área de Interesse Social (AIES), só foi possível mediante a pressão popular frente ao Estado. Vale destacar, no entanto, que mesmo sendo regulamentado o uso e a ocupação do solo em Mãe Luiza, o bairro continua em acelerado processo de degradação sócio-ambiental.

A população vem, paulatinamente, internalizando o discurso e ações de respeito ao meio ambiente. Prevaecem, todavia, as conseqüências da ação dos promotores imobiliários ao longo da história de Mãe Luiza. Além disso, os

⁶⁶ O entrevistado se refere a elaboração do Projeto de Lei para a regulamentação do uso e ocupação do solo da Área de Interesse Social do bairro de Mãe Luiza, desenvolvido por alunos e professores do Departamento de Arquitetura da UFRN, em conjunto com a ONG “Terra e Teto e entidades do movimento comunitário do bairro. Mesmo com a aprovação do Projeto de Lei que considera Mãe Luiza como AIES (área de Interesse Social) o bairro sofre com constantes agressões ambientais por parte da especulação imobiliária.

promotores imobiliários, na defesa dos seus interesses, se distanciam do ideário de preservação ambiental.

Preservar o meio ambiente em Mãe Luiza e no seu entorno é estratégico para a população. A conservação da natureza contra as ações entrópicas dos indivíduos ou dos grupos empresariais se reveste numa prática de resistência frente à especulação imobiliária que ameaça a vida social no território. A defesa do meio ambiente é, ao mesmo tempo, a defesa do território; pelo direito aos bens e serviços da “cidade formal”. As práticas ecológicas sócio-ambientais dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza devem ser entendidas como uma luta diária pelas condições materiais de vida e pelo direito ao trabalho e à cidade. Isto revela que essas lutas embora importantes se projetam no plano do imediato da vida cotidiana.

Dessa forma, as práticas sócio-ambientais e os grupos associativos estão fundados sobre as chamadas “determinações fundamentais da cotidianidade” – a heterogeneidade, a imediaticidade e a superficialidade extensiva – que aparecem como componentes ontológico-estruturais da vida cotidiana. A imediaticidade torna-se, cada vez mais, uma característica nítida no cotidiano das pessoas, seja no trabalho, na sua casa ou nas suas ações de resistência à degradação sócio-ambiental. Os indivíduos sociais imersos nesse cotidiano complexo, tenso e fragmentado por determinações de natureza estrutural estão submetidos à constante privação material e subjetiva. São, desse modo, levados a responder pragmaticamente às questões colocadas. Segundo Neto (1989:67),

os constrangimentos da dinâmica cotidiana exigem que os indivíduos respondam a eles sem pôr em causa a sua objetividade material – mesmo o solipsista mais extremo, atravessando uma avenida, estuga o passo para escapar de um veículo, sem questionar a natureza da sua representação mental. A mesma dinâmica requisita dos indivíduos respostas funcionais às situações, que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão-somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes – o que conta não é a reprodução voraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém o desfecho em si; no plano da

cotidianidade, o critério da utilidade confunde-se com o da verdade.

As organizações populares “*não têm fôlego para ultrapassar o funcional, deixando intacto o estrutural. Seu papel se esgota com o atendimento dos reclamos patrimoniais, e com isso se esgota a ação do grupo. É o mercado, afinal, que triunfa*” (Santos, 2002:75). Afinal, o modelo de desenvolvimento hegemônico que produz, cada vez mais, desigualdade social, desemprego, fome, violência, desterritorialização leva os sujeitos a se aprisionarem no imediatismo da vida cotidiana. Para Bihl (1998:125),

responder ao desafio que hoje constitui a crise ecológica não supõe, portanto uma ação específica, setorial, limitada, mas uma política no sentido mais amplo do termo: um pensamento e uma ação visando a reorientar e reorganizar inteiramente as sociedades contemporâneas.

Na contra-mão da organização popular em Mãe Luiza, verificamos, ainda, através das entrevistas, um certo pessimismo em relação às lutas coletivas e ao movimento associativo. Aspecto esse que reforça o signo do individualismo presente na vida social que (re)configura as relações dos sujeitos com o meio.

A luta coletiva e a organização popular que fizeram de Mãe Luiza um símbolo de resistência às diferentes formas de degradação sócio-ambiental, em determinados momentos históricos, perdem o vigor e se transformam em recordações presentes na memória, socializadas nas conversas dos(as) moradores(as) mais antigos que têm orgulho de lembrar do bairro como o cenário vivo da reivindicação. *Para o representante do Grupo de Teatro Filhos da Mãe*, os movimentos de resistência persistem, mas a cada dia vai ficando mais difícil a capacidade de mobilização das pessoas.

(sic) Algumas pessoas estão cansadas, existe mais outra coisa que é o fator de se manter, se manter vivo e você

acaba deixando o movimento um pouco de lado, mas existe sim, esse espírito de luta em Mãe Luiza, basta você despertar. Ela tá organizada um certo ponto e desorganizada em outros pontos.

(sic) o povo é a força, mas é desinteressado. (...) Às vezes a gente tem um problema que gostaria que toda a comunidade participasse, que é do interesse de todos, mas só participa mais aqueles grupos pequenos, as pessoas que estão na frente dos grupos. (Representante da Escola de Samba Acadêmicos do Morro)

A insustentabilidade sócio-ambiental se instaura como parte funcional da sociabilidade do bairro. Os critérios da sustentabilidade definidos por Sachs(2000) que compreende, no campo social o alcance da homogeneidade social, a distribuição de uma renda justa, igualdade no acesso aos bens e serviços; nível razoável de coesão social; segurança alimentar; superação de disparidades inter-regionais; democracia e apropriação efetiva dos direitos humanos; respeito à autodepuração dos ecossistemas naturais, entre outros critérios, mostram o caráter, ainda, profundamente insuficiente das práticas sócio-ambientais desenvolvidas em Mãe Luiza.

Desenvolvimento sustentável e equilibrado implica o fim da precarização do trabalho e das injustiças e desigualdades sociais. Como atingir isto diante do poder metabólico do capital? A sustentabilidade local não se efetiva na realidade dos sujeitos em Mãe Luiza. O que se tem e o que se experimenta no dia-a-dia são as insustentabilidades do meio ambiente natural e construído. *O Representante do Movimento de Resistência Ecológica* norteia o caráter da luta:

(sic) a gente não pode se esquivar e ficar discutindo só meio ambiente de forma isolada já que a gente é produto do meio. Não só preservar a natureza, mas buscar preservar também a cidadania, a vida. Estamos fazendo, mas falta muito (...).

A fala do entrevistado sinaliza para possibilidades e sem dúvida deve-se buscá-las. No entanto, o que se destaca para nós diante de um momento histórico tão complexo e problemático é a expropriação dos bens fundamentais para a vida humana. Na análise das práticas sócio-ambientais de resistência dos(as) moradores(as) nos deparamos com um território fragmentado, produzido pelo tipo de desenvolvimento efetivado no contexto da mundialização do capital.

Em Mãe Luiza, o território vivido expressa o acontecer da vida cotidiana, palco do projeto da dominação capitalista e da resistência popular. Mediante a falta das condições materiais e subjetivas, os(as) moradores(as) se vêm obrigados(as), a dar respostas imediatas e pragmáticas no enfrentamento dos seus problemas sócio-ambientais. Bairro onde o povo discute, se reúne e(re)criam possibilidades, mesmo diante das contradições e paradoxos da vida cotidiana.

A análise da direção política das práticas sócio-ambientais de resistência em Mãe Luiza sinaliza para o fazer pragmático e imediato na busca, principalmente, da sobrevivência e da permanência no território. A proposta de Desenvolvimento Sustentável, muitas vezes, minimiza a complexidade da realidade, embora que, na efetividade das práticas analisadas, tenhamos constatado a criação de espaços para questionamentos/participação/discussão sobre os problemas do bairro, mas o fato é que estas práticas populares sócio-ambientais de resistência não conseguem alcançar propostas alternativas mais orgânicas e ousadas em termos sócio-políticos. São práticas fundadas sobre os pilares da efemeridade e imediatividade do cotidiano, porém necessárias e importantes mediante o quadro de desigualdade social.

As tentativas de promoção da sustentabilidade local verificada nas práticas sócio-ambiental, sejam elas ecológicas, culturais, religiosas, esbarra em dois importantes empecilhos: as forças metabólicas do capital e o imediatismo da vida cotidiana, que aparecem nitidamente nas falas dos representantes de entidades em Mãe Luiza. As "palavras mágicas" atuais que condensam o ideário do Desenvolvimento Sustentável Local: participação; empoderamento; associativismo; descentralização; promoção do desenvolvimento comunitário;

organização e protagonismo dos sujeitos são diluídos pelo poder e ação do mercado imobiliário em Mãe Luiza.

Assim, o cotidiano em Mãe Luiza é constituído por um conjunto de determinações externas e locais, e, as possibilidades para novas “territorialidades” e para a conquista de um ambiente realmente sustentável devem estar conectadas às transformações estruturais. É fundamental pensar em propostas e práticas que (re)orientem os indivíduos para a reflexão crítica sobre a vida cotidiana, identificando para além do plano da imediatividade e sinalizando para ações cada vez mais elaboradas que possibilitem o enfrentamento real dos problemas vividos e para a formação de uma consciência política crítica de carácter anti-capitalista.

A compreensão das práticas sócio-ambientais dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza coloca a necessidade de pensarmos a direção política e a organização popular sobre outros patamares, além do discurso do desenvolvimento sustentável. Pensar proposta que articulem as lutas imediatas com reivindicações estruturais, fomentando, iniciativas concretas que possibilitem a compreensão da sociedade capitalista e sua incapacidade de atender às necessidades humanas das classes subalternas.

A constatação de que as práticas sócio-ambientais de resistência se direcionam para a não efetividade do desenvolvimento sustentável não apaga a história, a singularidade e a riqueza do território de Mãe Luiza. O conteúdo histórico, a memória popular, a cultura, a luta pela apropriação do lugar, as reuniões, as entidades e todos os eventos da vida cotidiana sintetizam a força do movimento popular, apesar de suas contradições e limitações, e, nos faz acreditar *“que a pessoa é a coisa mais maior de grande, pois que na sua riqueza revoluciona e ensina, pois pelas aulas do tempo, revolta por cima⁶⁷...”*

⁶⁷ Trecho da música “Mais maior de grande” de Gonzaguinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Marco Pólo descreve uma ponte, pedra por pedra. – Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan. – A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que estas se formam. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta: - por que falar das pedras? Só o arco me interessa. Polo Responde: – sem as pedras o arco não existe” (Ítalo Calvino).

Neste momento histórico desencadeia-se, no tecido social, uma série de crises produzidas, substancialmente, pelo produtivismo no contexto da mundialização do capital: desemprego; violência; acentuada destruição do patrimônio ecológico; degradação do gênero humano, dentre muitas outras questões. Para Mészáros (2001:763),

a única possibilidade de se alterar as tendências destrutivas do capital é a substituição desse modo sociometabólico por uma alternativa hegemônica socialista que possa orientar mesmo as demandas mais imediatas, uma vez que estão esgotadas as estratégias anteriores de postergação das contradições do sistema do capital.

Nessas condições, os segmentos dominantes lançam mão de estratégias com o objetivo de amenizar os efeitos destrutivos da crise mundial. São exemplos, entre outros, o discurso da cidadania; o apelo à solidariedade; à participação voluntária da população em programas sociais. O foco de tais estratégias é a transferência para os indivíduos, em sua singularidade, das responsabilidades político-sociais em detrimento da ação do Estado. Desse modo, os segmentos dominantes tendem a se apropriar das estratégias e reivindicações históricas das classes subalternas, colocando-as sob o controle de suas decisões e interesses.

A proposta de Desenvolvimento Sustentável insere-se neste universo de estratégias. Esta proposta oriunda das preocupações dos segmentos democráticos e populares que intervêm, historicamente, na questão ambiental foi apropriada pelo projeto hegemônico como alternativa viável para manter a acumulação capitalista em sintonia com o discurso do crescimento econômico e do desenvolvimento humano. Dissemina-se, assim, a idéia de que o problema central é controlar a produção capitalista, através da “preservação” dos bens renováveis e não-renováveis da natureza, utilizando o argumento ideológico de “preservar” para as gerações futuras.

As cidades – “purgatório da beleza e do caos”, sob a égide do capital, exprimem a insustentabilidade ambiental. São Metrôpoles multifacetadas com seus territórios fragmentados; com as relações sociais entre os indivíduos calcificadas pela lógica da política neoliberal; com as diversas territorialidades transitando seus interesses no espaço citadino; lugar dos arranha-céus de concreto e das palafitas que se erguem a margem do direito à cidade.

É nesse espaço denso, repleto de desigualdades, diferenças e contradições que residem, tanto as forças conservadoras que se (re)atualizam de variadas formas e metabolismos para garantir a sua dominação, bem como as forças populares que reagem, se desiludem, se acomodam, se organizam e buscam, através de suas práticas políticas, o direito à existência e à cidade.

Mãe Luiza é alvo constante da ação dos promotores imobiliários e do mercado que se empenham em especializar o território mediante os interesses voltados para o aumento da riqueza de determinados grupos. Especializar um território de moradia para usos e funções de serviços (comércio, posto de gasolina, hotéis, motéis) significa degradar o meio ambiente natural e construído do bairro; significa *desterritorializar* uma população inteira do seu habitat; significa, entre outras coisas, negar o direito ao território, à cidade e aos meios de sobrevivência.

O desenvolvimento da cidade tão necessário à qualidade de vida da população fica comprometido quando interesses particulares se impõem às

necessidades humanas. Historicamente ameaçados, os indivíduos residentes em Mãe Luiza tentam resistir aos diversos fatores de degradação sócio-ambiental no bairro e no entorno, constituindo-se em verdadeiras “teimosias”, ao lutarem para permanecer no território.

O objetivo deste estudo consistiu em analisar a direção política das práticas sócio-ambientais dos(as) moradores(as) de Mãe Luiza, a partir da indagação sobre o poder político que tem esses segmentos para interferir na agenda do Estado sobre promoção de políticas públicas, controle e gestão ambiental, nas Leis de Zoneamento de uso e ocupação do solo, com o objetivo de reduzir o acelerado processo de degradação sócio-ambiental no bairro e sintonizá-lo com a perspectiva do desenvolvimento local sustentável.

A pesquisa revelou um cenário multifacetado e dividido, imerso às diversas territorialidades existentes no cotidiano que acompanha tanto a fragmentação desse território vivido, como o estilhaçamento da vida social presente. De um lado, afirma-se a luta, a resistência, a organização popular e a preservação da própria memória histórica, do outro lado, concentra-se uma população estranhada com esses signos de participação; com as práticas de resistência; desagregada da dinâmica das reuniões; dos fóruns de entidades que acontecem no bairro e do ideário coletivo.

Identificamos nas entrevistas realizadas que, nos últimos anos tem diminuído o envolvimento da população com os problemas do bairro, apesar dos grupos associativos estarem sempre à frente das lutas pela melhoria das condições materiais e culturais dos(as) moradores(as) e convocarem a população para a participação política. O cotidiano em Mãe Luiza é atravessado, também, pelo pessimismo e pela atomização de grande parcela de homens e mulheres que resignados ou sem esperança, vão “levando” a vida no seu dia-a-dia.

O pessimismo dos(as) moradores(as) é constitutivo do processo de insustentabilidade sócio-ambiental. O que constatamos é que a participação e a gestão democrática local, pressupostos fundamentais para o desenvolvimento sustentável, são iniciativas incipientes e acabam sendo reapropriadas pelo poder

do mercado imobiliário que, com o apoio do Estado, (re) modela o uso do solo, tornando-o um valor de troca especializado e submetido aos interesses econômicos. O ambiente natural e construído revela-se insustentável.

O meio ambiente em Mãe Luiza se encontra em proeminente desequilíbrio, seja na sua dimensão humana, seja na sua dimensão ecológica. A população se vê diante de uma luta desigual, num duelo diário contra o poder do capital que se alia com o Estado para garantir sua reprodução. Para Santos (2001:23),

há um uso privilegiado do território em função das forças hegemônicas. Estas, por meio de sua ordem comanda verticalmente o território e a vida social, relegando o Estado a uma posição coadjuvante ou de testemunhas, sempre que ele se retira, como no caso brasileiro, do processo de ordenação do uso do território. Então, sob o jogo de interesses individualistas e conflitantes das empresas, o território acaba sendo fragmentado.

Estariamos, assim, diante da primeira grande derrota na perspectiva da efetivação da sustentabilidade local. Trata-se do papel do Estado. Longe de se constituir um árbitro neutro ou de defender os interesses públicos voltados para a maioria da população, acaba favorecendo interesses particulares dos grupos econômicos e financeiros.

Apesar das contradições e ambiguidades expressas no cotidiano dos sujeitos em Mãe Luiza, muitos já se percebem como parte do meio ambiente. O caráter da preservação faz parte da agenda política dos grupos e movimentos do bairro. Para muitos(as) moradores(as), as práticas sócio-ambientais revelam apenas o aspecto ecológico da conservação da natureza, para outros sujeitos, a compreensão do espaço cidadão, com suas territorialidades vividas integram o meio-ambiente que é, simultaneamente, natural e construído.

Não podemos afirmar que em Mãe Luiza a maioria da população possui uma “consciência sócio-ambiental”, pois estaríamos, de certa forma, negando as contradições e interesses que fervilham no campo das territorialidades, negando, também, a existência de outras práticas que circulam no bairro. Há muitos relatos

que colocam a desinformação e a falta da “consciência ambiental” como fatores que contribuem com a degradação sócio-ambiental. Certamente isto tem um fundo de verdade, mas não é nem de longe o eixo principal da degradação sócio-ambiental, determinada, esta sim, pela forma societária vigente que desintegra e fragmenta os indivíduos no espaço citadino. O que podemos afirmar é que os(as) moradores(as), apesar das contradições e dos limites da vida cotidiana, vêm, paulatinamente, internalizando a preservação do meio ambiente como estratégia de luta e de resistência.

O fato é que o mito construído ideologicamente de que a responsabilidade pela degradação do meio ambiente seria dos sujeitos em sua individualidade tem que ser desmistificado. Quem mais degrada, quem mais polui é o sistema produtivo e a sua fome eterna de maximização do lucro, de acumulação, de consumo. O indivíduo, imerso na sua dimensão singular, quando degrada o ambiente, faz pela via das necessidades imediatas, pela força e emergência da sobrevivência ou pela questão da “desinformação ambiental”, pela falta de uma consciência verdadeiramente coletiva.

Na pesquisa realizada, identificamos que, em Mãe Luiza, a população utiliza o argumento da preservação como estratégia para assegurar a sua permanência no território. Lembremos, no entanto, que as práticas sócio-ambientais se fazem no palco do imediatismo, das respostas rápidas frente aos problemas e demandas sociais; integram aspectos da agenda do desenvolvimento local, sem, no entanto, questionar ou tensionar a estrutura tão desigual da sociedade e dos processos urbanos que (re) ordenam os espaços para atender aos interesses da reprodução do capital. A sociabilidade, sob a égide do capital, permanece, assim, inabalável pela insuficiência de respostas estruturais protagonizadas pelas classes trabalhadoras e subalternas.

A sustentabilidade do meio ambiente local e seus ideários de participação, emponderamento, descentralização e gestão dos recursos naturais que são os pilares para a implantação do desenvolvimento sustentável não se concretizam. As tentativas de promoção dessa sustentabilidade local verificada nas práticas

sócio-ambientais analisadas, sejam elas ecológicas, culturais, religiosas, esbarram em dois importantes empecilhos: na ação dos promotores imobiliários, da indústria turística e hoteleira e na realidade das condições materiais e subjetivas dos indivíduos que terminam por circunscrever suas respostas políticas no imediatismo da vida cotidiana.

O discurso da sustentabilidade se reveste de uma maquiagem poderosa e sedutora com poder ideológico para mascarar a realidade da crise estrutural que ameaça a sociabilidade humana. São propostas que não condensam na sua agenda a centralidade do trabalho e a superação da desigualdade social. Desse modo, a proposta de Desenvolvimento Sustentável local, independente da vontade dos sujeitos envolvidos em sua implementação, tende a minimizar a complexidade do momento histórico, obstaculizando a elaboração de estratégias de enfrentamento sócio-político que coloquem em cena as determinações reais dos problemas pertinentes à degradação sócio-ambiental.

As práticas sócio-ambientais de resistência dos(as) moradores(as) em Mãe Luiza criam espaço de conhecimento, questionamento e discussão sobre os problemas do bairro. O fato é que estas práticas populares não conseguem intervir organicamente nas decisões do poder público e, desse modo, não se configuram em alternativas concretas de enfrentamento do poder constituído dos promotores imobiliários e seus interesses particulares. São práticas necessárias e importantes, mas estão fundadas sobre os pilares da efemeridade e imediaticidade do cotidiano.

Como então superar a fragmentação social e territorial num espaço em que se logra o efêmero, o imediato, o paliativo? Como pensar em práxis cotidiana com o ser e o fazer pragmático, com os sentimentos, o trabalho e a vida tão imersos na alienação? De acordo com Konder(2002:241),

o campo da cotidianidade, em seu conservadorismo básico, constitui um desafio essencial para os que se empenham em promover transformações históricas revolucionárias. A maior dificuldade está não em reconhecer a existência das limitações conservadoras da consciência cotidiana, mas em

saber encaminhar as mudanças mais profundas que puderem ser realizadas, distinguindo, no plano da reflexão e da consciência crítica, entre o que a ação deve conservar e o que ela precisa, efetivamente, superar.

A superação da consciência imediata para uma consciência crítica, integra o processo dinâmico, complexo e contraditório de construção de alternativas anticapitalistas, que entram em choque com as propostas que tentam unir mercado e sustentabilidade, fundadas no ideário de reforço ao neoliberalismo ambiental e ao reformismo ecológico. Não dá para pensar na sustentabilidade local em Mãe Luiza ou em qualquer espaço, sem problematizar a forma hegemônica da sociabilidade capitalista.

Não podemos pensar no direito à cidade e ao território sem o (re)ordenamento e a (re)democratização efetiva do uso do solo nos centros urbanos. Se assim não for, tanto as práticas sócio-ambientais dos sujeitos em Mãe Luiza, quanto o protagonismo dos movimentos sociais e ambientais ficarão reféns da insuficiência do discurso do desenvolvimento sustentável.

Milton Santos(2001) nos coloca uma afirmação pertinente para entendermos porque a luta deve se orientar para a superação do imediato e da ação pragmática no cotidiano dos indivíduos. *“Neste período a crise é estrutural. Por isso quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de mais crise”* (2001:35). As lutas de resistências que são travadas, cotidianamente, em Mãe Luiza sinalizam para a formação da identidade político-cultural de homens e mulheres; são formas de reação e indignação. As lutas não nascem prontas e politicamente orgânicas. Construí-las é tarefa árdua, sobretudo, se o objetivo for a formação de sujeitos políticos dotados de uma “consciência crítica e coletiva”.

Apesar de não encontrarmos em Mãe Luiza uma direção política organicamente consolidada numa perspectiva crítica, talvez sejamos apenas testemunhas do seu florescer. Nas conversas com a população, a forte reivindicação é por trabalho, a luta aponta um inimigo difícil de ser vencido, o mercado imobiliário – mas ele é visível aos olhos da população; há inconformismo;

existe de fato uma indignação contra o poder político e econômico que privatiza a natureza e mercantiliza as relações sociais entre os indivíduos. “*Tirando leite de pedra e vendo o tempo correr...*”, é assim que definimos a luta dos(as) moradores(as), das suas lideranças políticas e da vida cotidiana em Mãe Luiza.

As suas práticas sócio-ambientais revelaram mais do que resistência, nos mostraram o sentido da luta e da construção da identidade no território vivido; das significações entre sujeito e natureza; das suas respostas imediatas e urgentes num contexto de crise estrutural e evidenciam a aridez da realidade em que vivem. Realidade que se estende pelas ruas e adentra as casas simples do bairro, realidade dos duelos desiguais entre a população que reivindica direitos e o poder do mercado imobiliário, hoteleiro, turístico, que conta com o inegável e fundamental apoio do Estado.

A pesquisa mostrou, também, que o lugar abriga o conformismo, o pessimismo e que são muitos os sujeitos que são tragados pelos vórtices do imobilismo. Mas Mãe Luiza que cheira a maresia concentra o perfume forte da indignação, ainda que suas práticas sócio-ambientais de resistência denotem o caráter do imediato, do fazer pragmático. Saibamos, no entanto, que tais lutas são históricas, por isso memoráveis, contagiantes, singulares.

Redescobrir Mãe Luiza foi como descerrar para nós, o pano da invisibilidade, do fenomênico e de tudo o que é aparente. O bairro tornou-se para nós real, nítido, visível e palpável e devemos conceituá-lo como um território vibrante, complexo, contraditório, caótico e belo. Um lugar que apesar das desigualdades sociais e da degradação do seu meio físico, não descansa, está sempre alerta à “chegada do estranho” que caminha a passos pesados, velozes e violentos para expropriar o território da população. Identificar e analisar as práticas sócio-ambientais dos sujeitos em Mãe Luiza foi, sem dúvida, um mergulho na história, na memória, no real.

Assim, as práticas dos sujeitos em Mãe Luiza seguem no acontecer da vida cotidiana: da agonia de quem está procurando emprego; das filas que se formam na madrugada para pegar uma ficha no posto de saúde; dos números crescentes

de criminalidade; das constantes ameaças de “expulsão” de seu território, de sua casa, identidade, valores. Lutas e práticas sócio-ambientais que se agigantam na memória popular, indicando que, apesar de todas as agressões sócio-ambientais, existem homens e mulheres que continuam a resistir, numa teimosia singela, urgente, vital para quem tem que lutar dia-a-dia pelo direito à existência.

Reorientar as práticas sócio-ambientais para a crítica à sociabilidade vigente constituiria o “*verdadeiro alvo da transformação emancipatória*” (Mészáros, 2001:451). O morro tem seu movimento, heterogêneo, contraditório, imediato. Seu movimento é resistente e em toda a cidade escuta-se a voz da luta cotidiana, contudo, seus passos ainda são curtos para alcançar um modo de vida efetivamente sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (In) sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
_____. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro : Revan, 2000.
- BARROCO, Maria Lúcia. **Ontologia Social e Reflexão Ética**. PUC: São Paulo, 1996. (Tese de Doutorado).
- BARROS, Rosiane Maria; MAIA, Tatiana de Lucena Beltrão. **Uso e Ocupação do Solo em Mãe Luiza: proposta de regulamentação**. Monografia de Graduação em Arquitetura e Urbanismo: UFRN, 1992.
- BENTES, Dulce. O Plano Diretor frente à questão ambiental urbana. **In: Ensaio sobre Política Urbana e Plano Diretor**. CCHLA/UFRN, 1993.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa** (O movimento operário europeu em crise). São Paulo: Boitempo, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
_____. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
_____. **Lutas urbanas e poder político**. Porto: Gráfica Firmeza, 1983.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 5ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001.
_____. Espaço-tempo na metrópole. São Paulo: Contexto, 2001.
_____. A natureza do espaço fragmentado. In: Santos Milton (org) et alli. **Território, globalização e fragmentação**. 5ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2002.
- CARNEIRO, Bartolomeu Silva. **Fisionomia de um bairro: renovação do espaço e organização comunitária em Mãe Luiza**. CCHLA, UFRN. Natal:1999.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **História da cidade do Natal**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

- CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. V.II. 4ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo : Xamã,1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3ªed., São Paulo:Ática,1995.
- _____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: Santos Milton (org) et alli. **Território, globalização e fragmentação**. 5ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2002.
- COSTA, Fernando José de Medeiros. Aspectos do Plano Diretor de Natal. In: **Ensaio sobre Política Urbana e Plano Diretor**. CCHLA/UFRN,1993.
- DAVID, Burnie. **Fique por dentro da ecologia**. São Paulo: Cosac & Naife edições, 2001.
- DIAS,Edmundo Fernandes. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. In: **Revista Outubro, nº 01**, Maio de 1998.
- _____. A liberdade (im)possível na ordem do capital. **Textos Didáticos**, nº29, UNICAMP, 1999.
- ENGELS, Friedrich. Introdução à dialética da natureza. In: MARX, Karl & Engels, Friedrich. **Textos**. Vol. 02São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976.
- FERNANDES, Maria Aparecida da Silva. **O morro ama – Comunidade e sociedade no bairro de Mãe Luiza**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFRN, Natal: mimeo, 2000.
- FILHO, Cândido Malta Campos. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. 4ªEd. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. In: **Crítica Marxista nº04**. São Paulo: Xamã,1997.
- _____. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp: Imprensa Oficial, 2001.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2002.
- GONÇALVES; Carlos Walter porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

- HOBBSAWN, Eric. **A era dos Extremos: o breve século XX(1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras,1995.
- HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Nação: província da sociedade global? In: Territorialidade e corporação: um exemplo. In: Santos Milton (org) et alli. **Território, globalização e fragmentação**. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. In: **Serviço Social e Sociedade, N° 72**. São Paulo: Cortez, 2002.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- _____. Escritos Urbanos. São Paulo: Ed.34, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Casterman: Editora Ulisséia, 1972.
- _____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP& A Editora,1999.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes,1998.
- _____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LESSA, Sérgio. **A ontologia de Lukács**. Maceió: EDUFAL, 1996.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. **A construção social da cidade do prazer: urbanização turística, cultura e meio ambiente em Natal (RN)**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP, Campinas, 1997.
- LOUREIRO, Frederico B. (Org.) **Sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Cortez,2000.
- LÖVY, Michael. **De Marx ao ecosocialismo**. In: Pós-Neoliberalismo II - Que Estado para que democracia. RJ: Vozes,1999.

- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. MetrÓpole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: Viana, Gilney. et alli. O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach.** São Paulo: Moraes, 1984.
- MARX, Karl. **O capital.** Vol 1, livro 1, tomo 1, 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988
- _____. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1996, col.Os pensadores.
- MEDEIROS, Marjorie da Fonseca e Silva. **Do barraco ao sobradinho: proposta de relocação para os moradores da favela do Sopapo.** CEPAU:UFRN. Natal, 1995.
- MESQUITA, Zilá & Brandão, Carlos Rodrigues. **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul, 1995.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. Ir além do capital. In: Globalização e socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.
- MINAYO, Cecilia de Souza(org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 3ª Ed. Petrópolis : Vozes, 1994.**
- MOISÉS; José Álvaro. et alli. **Contradições urbanas e movimentos sociais.** 3ºed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, Centro de estudos de cultura contemporânea,1978.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.
- NETA, Luiza Câmara Bezerra. **Registro das alterações ambientais nas dunas costeiras entre as praias de Areia Preta e Ponta Negra (Litoral Sul de**

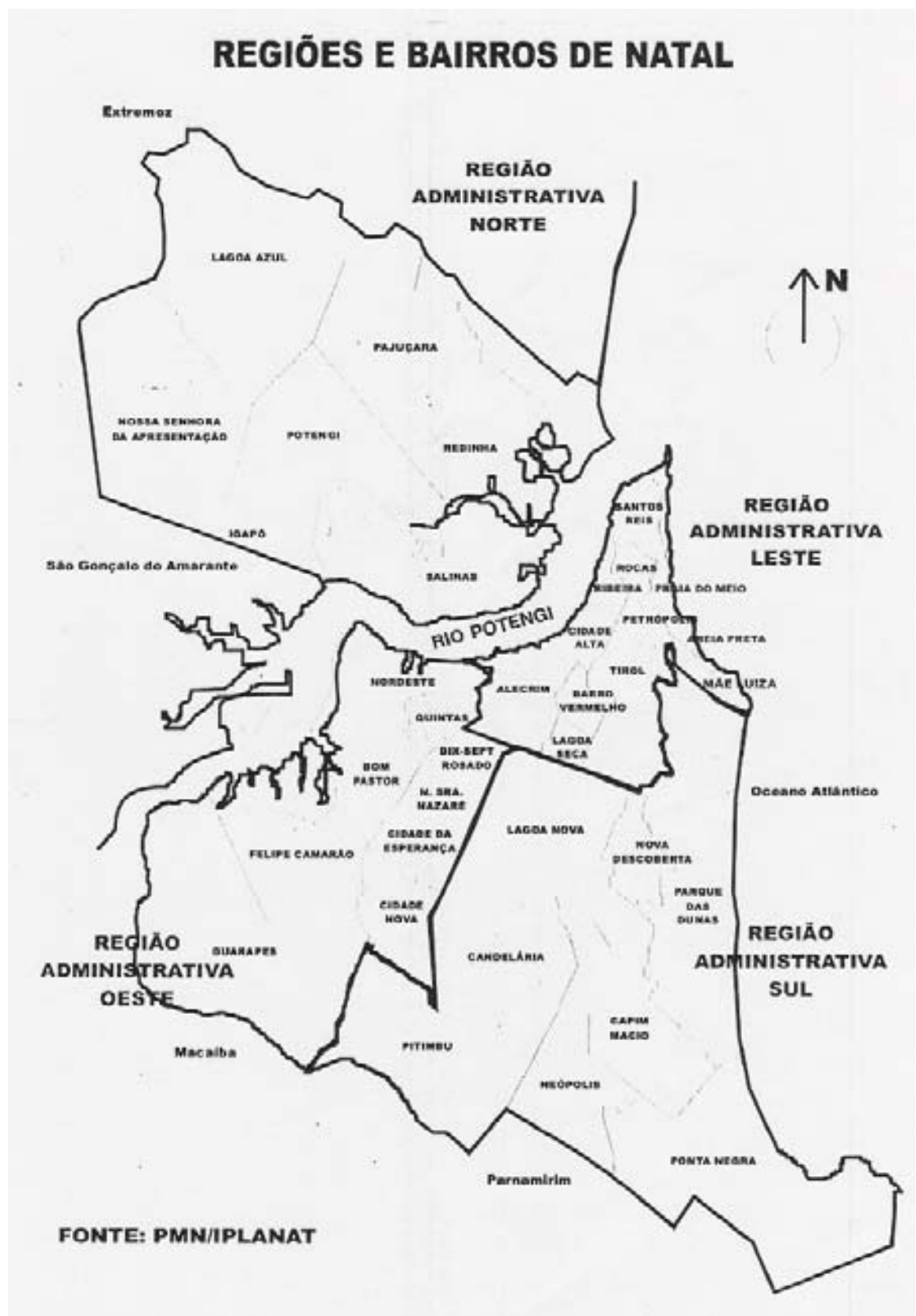
- Natal-RN**). Dissertação de Mestrado em Geografia. UFPE, Recife: mimeo, 1995.
- NETTO, José Paulo(org) Friedrich Engels: política. São Paulo: Ática, 1981.
- NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- PASSOS, Rubens. **Natal em Perfil**. 1ª Ed. Natal: Mandato Popular,1992.
- _____. **Natal em Perfil**. 2ª Ed. Natal: Mandato Popular,1998.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SANTOS, Milton (Org). **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec,1997.
- _____. **Técnica, espaço e tempo**. 3ªed., São Paulo: Hucitec,1997.
- _____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- _____.**Território e Sociedade**. 2º Ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- _____. **O espaço do cidadão**. 6ª Ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.
- _____. (org) et alli. **Território, globalização e fragmentação**. 5ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- SELVA, Vanice Santiago Fragoso. **Organização espacial urbana de Natal**. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFPE, Recife: mimeo,1998.
- SILVA, Andréa Lima. Para a inclusão da dimensão ética no entendimento da questão ambiental: elementos para o debate. In: **Presença Ética - anuário filosófico-social do GEPE-UFPE, Ano 1, V.I**. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE, 2001.
- _____.Elementos reflexivos sobre a insustentabilidade do desenvolvimento sustentável na sociabilidade do capital. In: **Presença Ética - anuário filosófico-social do GEPE-UFPE, Ano 1, V.I**. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE, 2001.
- SILVEIRA, Maria Lídia Souza. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. In; **Revista Outubro, nº07**. São Paulo: 2002.

- SORRENTINO, Marcos. **Educação Ambiental, Participação e Organização**. In: Em Aberto. Nº49. Brasília, 1991.
- TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Marília: Mimeo (Tese de Doutorado), 2001.
- TORRES, Edvânia Aguiar Gomes. Agendando velhos reencontros: relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos. In: Sposito, Maria Encarnação Beltrão(org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: UNESP, 2001.
- TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa. **População e Meio Ambiente**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- VARGAS, Paulo Rogério. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: Becker, Dinizar Fermiano (org.) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- VIANA, Gilney (et ali). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

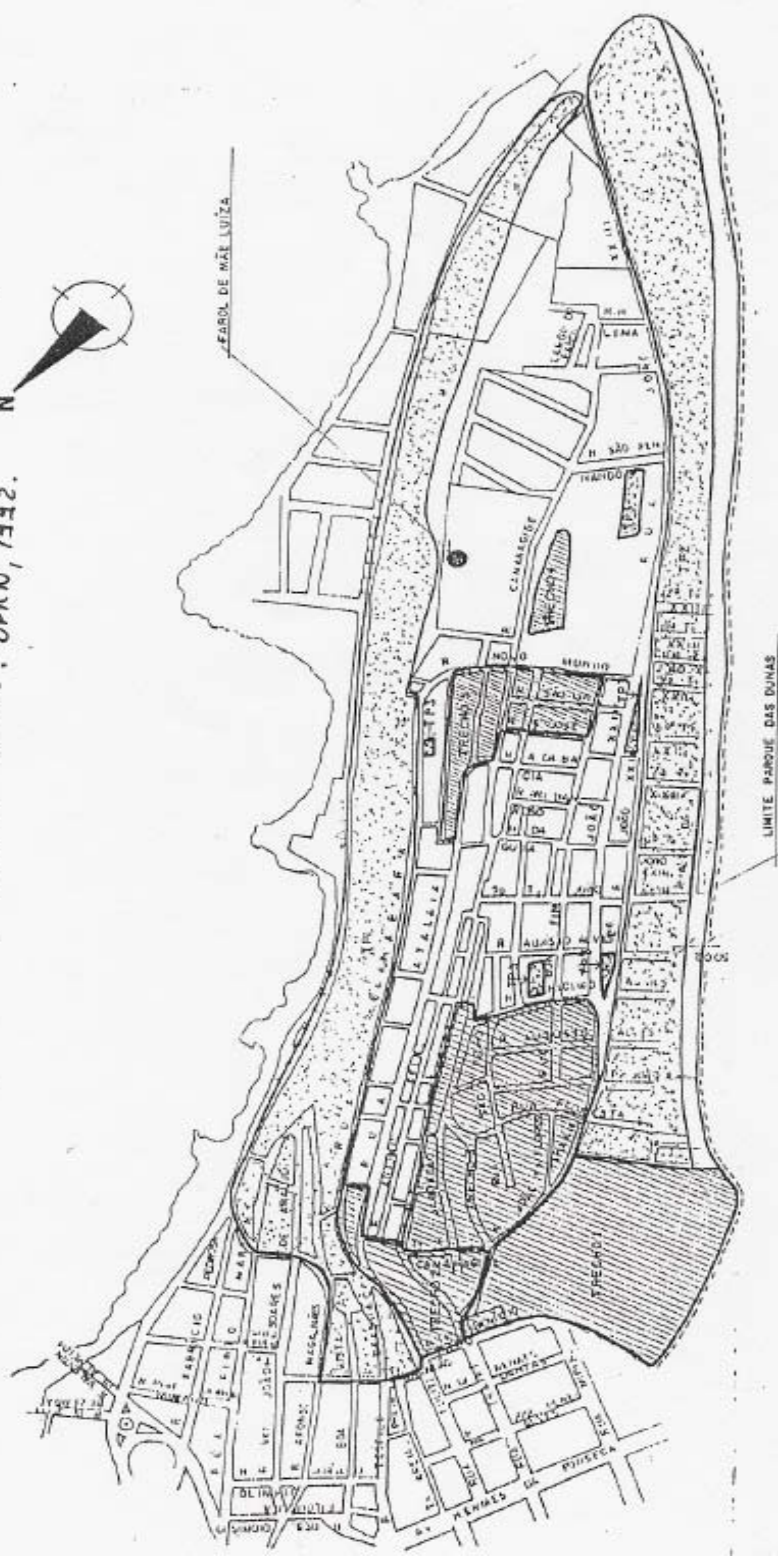
OUTRAS FONTES DE PESQUISA

- Cadernos de Comunicações do CBAS**. Vol.I / Goiânia-GO/Julho – 1998.
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: **Relatório da Delegação Brasileira**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1993.
- Dito & Feito: crimes ambientais em Natal** - Mandato Popular do Vereador Fernando Mineiro. Natal, 2001.
- Lei do Plano Diretor de Natal**. Prefeitura do Natal. Natal, 1994.
- Projeto de Pesquisa e Relatório de Desenvolvimento: sociabilidade metropolitana – formas e significados das Relações Associativas contemporâneas** – (Org.) Miranda, Orlando. Natal, 09/1999.
- Revista Caros Amigos**, Ano V, Edição 53, Agosto de 2002.
- _____. Ano V, Edição 55, Outubro de 2002.



A N E X O S



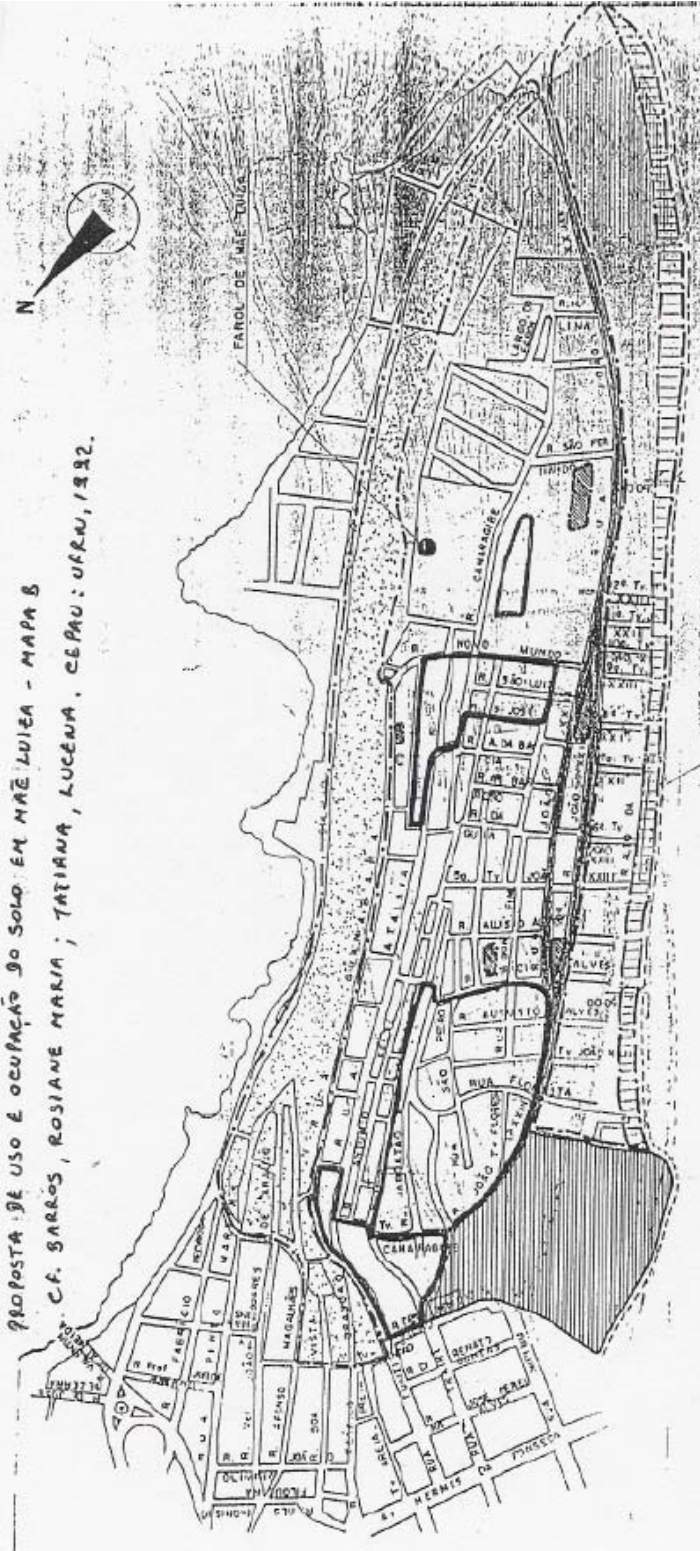
PROPOSTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM MAZÉ LUIZA - MAPA A
C.F. BARROS, ROSIANE MARIA; TATIANA, LUCENA. CEPAU: UFRN, 1992.







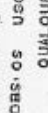
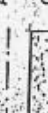



LEGENDA

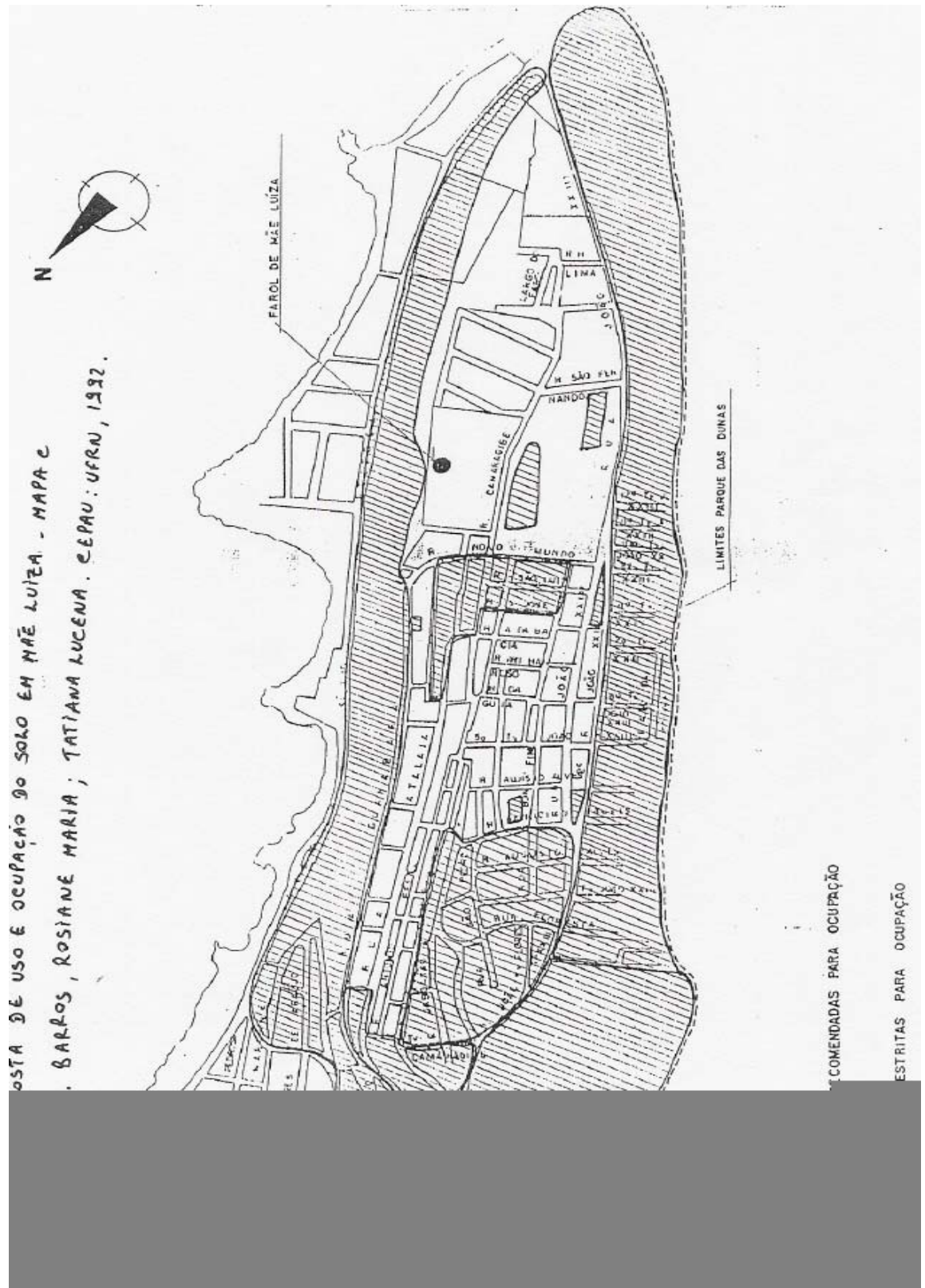
-  ÁREAS INADEQUADAS PARA OCUPAÇÃO
- TI - NÃO É RECOMENDADA NENHUMA FORMA DE OCUPAÇÃO POR EDIFICAÇÕES
- T2 A T5 - É PERMITIDO A OCUPAÇÃO E DENSIFICAÇÃO POR EDIFICAÇÕES
-  ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
- TP1 - NÃO É RECOMENDADO A OCUPAÇÃO POR EDIFICAÇÃO
- TP2 - ÁREA COM POSSIBILIDADE DE OCUPAÇÃO
- TP3 - ÁREA DESTINADA A PRAÇAS E ÁREAS VERDES

PROPOSTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM MÃE LUIZA - MAPA B
 C.F. BARROS, ROSIANE MARIA; TATIAMA, LUCENA. CEPAU: UFPA, 1992.



LEGENDA

- 
 ÁREAS RESTRITAS PARA OCUPAÇÃO
- 
 ÁREAS IMPRÓPRIAS P/ OCUPAÇÃO POR EDIFICAÇÃO
- 
 ÁREAS QUE PODERÃO SER OCUPADAS COM RESTRIÇÃO QUANTO AOS USOS
- 
 USO INDIVIDUAL
- 
 OBS: OS USOS RESIDENCIAIS E CONJUBADO SERÃO PERMITIDOS EM QUALQUER PARTE DO BAIRRO.
- 
 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL COM VALOR PISAGÍSTICO
- 
 TRANSIÇÃO.
- 
 PRAÇAS, ÁREAS VERDES E LAZER
- 
 ÁREAS RECOMENDADAS PARA OCUPAÇÃO



Ah! Querem uma Luz

Ah! querem uma luz melhor que a do Sol!
Querem prados mais verdes do que estes!
Querem flores mais belas do que estas que vejo!
A mim este Sol, estes prados, estas flores contentam-me.
Mas, se acaso me descontentam,
O que quero é um sol mais sol que o Sol,
O que quero é prados mais prados que estes prados,
O que quero é flores mais estas flores que estas flores —
Tudo mais ideal do que é do mesmo modo e da mesma maneira!

(Alberto Caeiro)

Hino a Natal

Natal, Cidade Sol, tu representas tanto para mim!
No início, Forte dos Reis Magos, Cidade Alta, Ribeira e Alecrim
Daí, sempre a crescer um cajueiro galhos a estender,
Brotou nas Rocas, Quintas e Tirol, em Igapó, Redinha e Mirassol
Chegou à Zona Norte, em Mãe Luíza se enraíza no farol.

O mar, enamorado, colar de praias te presenteou;
E o Potengi amado em teu regaço com o porvir sonhou.
Natal provinciana a tua história nos contou Cascudo
a luta com batavo, as procissões, o pastoril entrudo.

Natal, Cidade Sol, tu representas tanto para mim!
No início, Forte dos reis Magos, Cidade Alta, Ribeira e Alecrim.
Daí, sempre a crescer um cajueiro galhos a estender,
Brotou em Morro Branco e Bom Pastor, em Candelária, Felipe Camarão;
Do Morro do Careca em Ponta Negra, vem rolando até o chão.

O mar, enamorado, colar de praias te presenteou;
E o Potengi amado em te regaço com o porvir sonhou.
Natal espacial ao céu foguete vai levar mensagem
de amor e esperança a quem fiel evoca a tua imagem.

(Prof. Waldson Pinheiro)

Uma didática da Invenção

Do "O livro das Ignorâncias"

IV

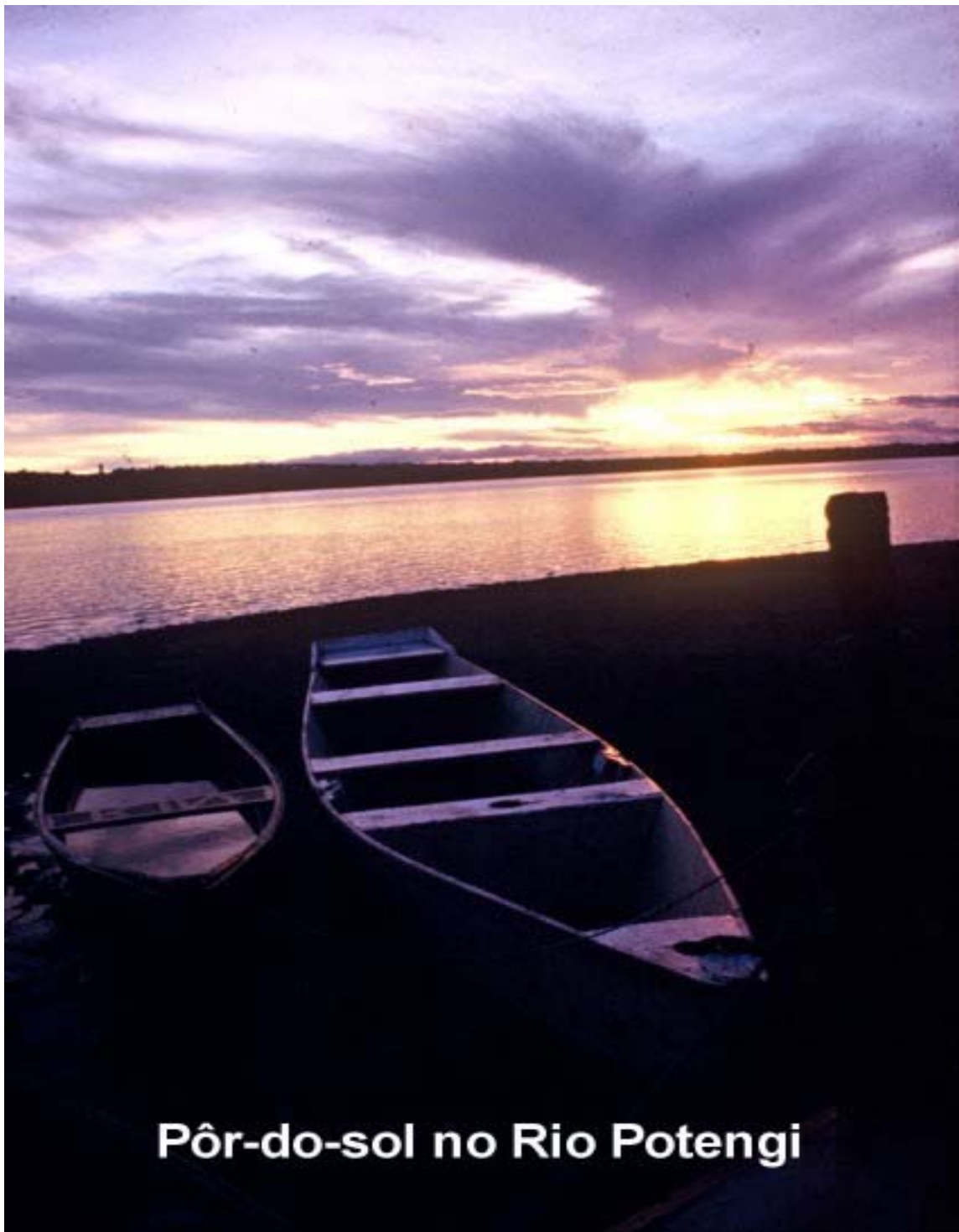
No tratado das Grandezas do ínfimo
estava escrito:
poesia é quando a tarde está competente
para Dálias.
é quando ao lado de um pardal
o dia dorme antes.
Quando o homem faz sua primeira lagartixa
é quando um trevo assume a noite
e um sapo engole as auroras

IX

Para entrar em estado de árvore é preciso
Partir de um torpor animal de lagarto às 3 horas da tarde,
No mês de agosto.
Em 2 anos a inércia e o mato vão crescer em nossa boca.
Sofreremos alguma decomposição lírica até o mato sair na voz.
Hoje eu desenho o cheiro das árvores.
O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa
Era imagem de um vidro mole
Que fazia uma volta atrás de casa.
Passou um homem depois e disse: essa volta que o rio faz
Por trás de sua casa se chama enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.

(Manoel de Barros)





Pôr-do-sol no Rio Potengi



Panôramica do Farol de Mãe Luiza



Acesso à Mãe Luiza pela Via Costeira





Lixo é lama: aspectos da (in)sustentabilidade ambiental



Crime ambiental: poluição das praias



A vida cotidiana em Mãe Luiza



***"Toda a cidade é um labirinto,
esconderijo, encruzilhada..."***